

Anais do  
Seminário  
Estratégia  
Agroalimentar  
para o Mercosul

Pelotas, RS, Brasil  
1999

Digitized by Google



Anais do  
Seminário  
**Estratégia**  
**Agroalimentar**  
**para o Mercosul**

BR9904516

E 71  
2 21



Universidade Federal de Pelotas  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-  
Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado  
Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura  
Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul

↑  
**Anais do  
Seminário  
Estratégia  
Agroalimentar  
para o Mercosul**

**Editores:**

Ingelore Scheunemann de Souza  
Luiz Clovis Belarmino

**Co-editores**

Francisco de Jesus Verneti  
Juan Pedro Puignau  
Sandra Cristina Gnoatto

Pelotas, RS, Brasil  
Editora e Gráfica Universitária – UFPel  
1999

This One



YPAK-840-LGPR

Digitized by Google

*Layout e editoração eletrônica: Fernando Coelho de Faria Corrêa*  
*Capa: Fernando Coelho de Faria Corrêa*

Impresso no Brasil

A919. Anais do Seminário Estratégia Agroalimentar para o Mercosul. Pelotas: Universitária-UFPe / EMBRAPA-Clima Temperado / IICA / SARGS, 1999. 145p. Editado por Ingelore Scheunemann de Souza, Luiz Clovis Belarmino.  
Política agrícola; Agronegócio; Economia rural; Planejamento estratégico; Recurso natural; Produção agrícola; Alimento; Comércio; Exportação; Abastecimento.

CDD: 338.1

# Sumário

O Mercado Comum Europeu (União Européia) .....	7
O Mercado Asiático e do Pacífico .....	13
O Mercado Africano e do Oriente Médio .....	21
Mesa Redonda: “Características e potencialidades dos recursos de produção, integração comercial e globalização dos países do Mercosul” .....	25
1. Introdução .....	25
2. Indicadores sócio econômicos e recursos naturais .....	25
Palestra 1 - Argentina .....	25
Palestra 2 - Bolívia .....	33
Palestra 3 – Chile .....	39
1. Evolução da política nacional de desenvolvimento .....	39
Palestra 4 - Paraguay .....	47
Palestra 5 – Uruguay (I) .....	55
Palestra 5 – Uruguay (II) .....	63
Palestra 6 - Brasil .....	69
Palestra 7 – Câmara de Comércio Brasil - Japão .....	73
<b>ESTRATEGIAS AGROALIMENTARIAS PARA EL MERCOSUR .....</b>	<b>77</b>
<b>I. PERFIL DEL MERCOSUR AMPLIADO .....</b>	<b>77</b>
<b>POSICIONAMIENTO .....</b>	<b>78</b>
1.1. Del entorno .....	78
1.2. Comportamiento de las macro-variables .....	78
1.3. Del comercio .....	79
1.4. La inversión externa .....	80
1.5. De la infraestructura .....	80
1.6. Consolidación y Profundización de la Unión Aduanera .....	81
1.7. Relacionamiento Externo .....	81
1.8. Necesidad de la búsqueda de la equidad .....	82
<b>2. LAS TENDENCIAS .....</b>	<b>82</b>
1. Tendencias Generales .....	84
2. Situación de los Recursos Naturales .....	85
3. Situación del Capital Físico y Humano .....	85
4. Perfil de las Agroindustrias .....	87
5. Caracterización de producción y mercados. ....	87
6. Políticas Públicas para el Sector Agroalimentario .....	88
7. Identificando el Rol .....	89
<b>II. VISUALIZACION DE SU COMPETITIVIDAD EXTERNA .....</b>	<b>90</b>
<b>COMENTARIOS SOBRE PROPOSTAS ESTRATÉGICAS PARA O AGRONEGÓCIO DO MERCOSUL ..</b>	<b>117</b>
<b>DEPOIMENTOS DE AUTORIDADES SOBRE O SEMINÁRIO ESTRATÉGIA AGROALIMENTAR PARA O MERCOSUL .....</b>	<b>127</b>



## Apresentação

**“O meio universitário marca, em toda parte, o roteiro das idéias, empresta-lhes o sentido da sua direção antes de penetrar nas massas e se cristalizar, através do livro, da cátedra e da imprensa, de forças vivas, orientadoras da inteligências, da sensibilidade e da cultura de cada país”.** Assim se pronunciou o Presidente Getúlio Vargas ao receber o título de doutor *honoris causa* na Universidade de Buenos Aires, em 24 de maio de 1935.

A Universidade Federal de Pelotas – UFPel, como laboratório do pensamento estratégico para desenvolver o espírito de fraternidade americana, muito além da simples troca de produtos e serviços, também entende ser atual a citação de Vargas de que **“o esforço das chancelarias em favor de entendimentos políticos e econômicos resultaria quase improficuo se não houvesse um contínuo intercâmbio espiritual assinalando a identidade do nosso sentir, a analogia dos nossos modos de ver, as afinidades morais e a solidariedade real que entre nós existe”.**

A Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul – SARGS, baseada nessa analogia de sentimentos e de tradições, e em benefício da comunhão americana, que historicamente inspiraram a ampla política de aproximação entre nossas nações, sempre buscou essa admirável continuidade, para crescer em intensidade e se desdobrar em benefícios comuns, baseado na admiração, respeito e qualidades comuns. Ademais, a SARGS, em seus 65 anos de atividades, sempre objetivou incrementar as relações entre os profissionais das ciências agrárias dos países da América Austral, em virtude da necessidade de proporcionar valorização e profissionalização aos seus homens de ciência, aos seus clientes e à comunidade em geral.

**A concepção do Seminário Estratégia Alimentar para o Mercosul partiu de dois pontos básicos: da atual realidade dos países da região e das macrotendências globais, considerando as recentes mudanças nos cenários políticos, econômicos e mercadológicos, as quais alteraram e continuam alterando os sistemas de produção e comercialização de alimentos e matérias primas.**

As justas e urgentes necessidades de acelerar o desenvolvimento econômico, para melhorar os nossos indicadores sociais e oferecer maior qualidade de vida à população, aliado ao caráter dinâmico do setor primário, constituem motivações que se agregam à iniciativa de constituir um fórum regional de discussões sobre o agronegócio, na exata medida das potencialidades quase exclusivas dos recursos de produção existentes na região e do promissor comércio internacional.

A promoção do Seminário pela UFPel e pela SARGS marcou a firme disposição das duas entidades em participar ativamente das discussões e soluções dos principais problemas econômicos e sociais do Mercosul ampliado, para oferecer ao mundo acadêmico, público e privado alternativas para a prosperidade e para o crescimento vigoroso, consideradas nossas promissoras e grandiosas forças de produção. Ademais, deve-se ter claro que neste momento o destino afastou nossos países de quaisquer motivos de atrito que dificultem o intercâmbio de produtos, serviços e inteligências.

Assim, os objetivos deste primeiro Seminário foram definir a contribuição do setor agroalimentar para o desenvolvimento econômico regional, com visão prospectiva, através da identificação dos serviços e das funções que os setores público e privado deverão desempenhar no processo de converter a potencialidade agropecuária em efetiva e maior participação no comércio de alimentos e matérias primas. Para isso, tornou-se indispensável a visualização da competitividade externa das nossas principais culturas e criações, empregando ferramentas do planejamento estratégico, e a seleção das principais ações estratégicas recomendadas para o setor agroalimentar do Mercosul ampliado, com a efetiva participação das lideranças técnicas e institucionais dos setores público, acadêmico e privado, em todas as etapas.

A primeira etapa deste pioneiro levantamento de informações regionais se constituiu de workshops nacionais, os quais foram planejados e efetivados com a destacada participação e liderança dos respectivos Ministérios de Agricultura e das Agências do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura em cada país, reunindo os principais atores do agronegócio para debater sobre os recursos de produção e sobre os níveis de integração comercial (globalização).

Os dados e informações, após a consolidação nacional realizada durante o mês de julho de 1998, foram coligidos para um documento único, prévio ao Seminário, o qual foi analisado pela Comissão Científica e aprovado para ser apresentado e debatido durante o Seminário.

Este documento apresenta os Anais do Seminário Estratégia Agroalimentar para o Mercosul, resultado de transcrição daquilo que foi apresentado, discutido e aprovado nos dias 28 e 29 de agosto de 1998.

Ingelore Scheunemann de Souza  
Reitora da UFPel

Luiz Clovis Belarmino  
Presidente da SARGS



## O Mercado Comum Europeu (União Européia)

Mário Sosa

A União Européia tem acordos preferenciais, que são chamados acordos de Lome e Sistema Anexado de Referências (SRP). Estes acordos são báculos que vem caindo atualmente. Apoiam todas as colônias, cerca de 69 países, que são as que tem cotas para exportar frutas, hortaliças, açúcar, carne, ou seja, todos os produtos que têm barreiras comerciais para entrar na Europa. Não se permite adição de novos. A União Européia não é um tratado de livre comércio. Pelo SRP se outorga uma modificação quantitativa cada ano: publica-se uma lista para os países em desenvolvimento, onde se lhes outorga certa preferência para produtos (10%, 30%), o máximo de preferências para cada um, segundo o produto.

Atualmente, há dois grupos de países que estão negociando com a União Européia para nela integrar-se: a República Tcheca, Romênia, Eslovênia, Estônia, Polônia e Chipre, formam o primeiro grupo de países que buscam a ela incorporar-se. A União Européia passará então, de 15 países atualmente, para 22 países.

A Comissão Européia se pronuncia a favor de um processo de integração diferenciada para cada um desses países, devido ao alto custo que tem esta política agrícola. É preciso verificar que setores paulatinamente se vão integrar abrindo e eliminando taxas, e nestes vão-se criando fundos, que vão permitir adequar as economias desses países para que possam integrar-se à União Européia.

A política agrícola ocupa um lugar especial na política geral da União Européia, Criou-se um mercado único para a agricultura, regulado pela política agrícola comum, um grande guarda-chuva, que dá todas as diretrizes para todos os países membros. Nenhum dos países pode aplicar, independentemente alguma política diferente, ou modificar a que se denomina Política Agrícola Comum (PAC).

Esta tem três princípios básicos: 1. criação e manutenção do mercado único; 2. respeito a noção de preferências comunitárias e a eliminação entre eles de todas as barreiras comerciais, e 3. o compromisso com o princípio da solidariedade financeira, que implica financiamento comunitário. Na política vigente, todos aportam o orçamento a este escritório central e, a partir deste, se distribue, a cada país, a quantidade de fundos necessária.

A Espanha tem uma, Portugal tem uma e Alemanha tem outra necessidade, em função das características de produção de cada um deles, e este dinheiro vai especificamente para os programas de cada país e não pode ser modificado.

No começo de 1990, a União Européia decidiu reformar a política agrícola, com o objetivo de cumprir com seus compromissos de redução de subsídios na OMC, de reduzir os apoios via preços de garantia, ou de uma compensação financeira para redução do preço e superfície de produção, através de pagamentos diretos ao produtor, vinculando-os à quantidade produzida. Atualmente, está em processo uma reforma de sua política de apoio ao produtor, onde pretendem, através de diferentes esquemas, substituir os pagamentos de subsídios via preço, por apoios diretos a hectares desvinculados da produção.

Outro dos objetivos da reforma, é estabelecer os sistemas de controle de quantidade produzida, mediante retirada de terras de produção, de uma carga máxima de animais por hectare e de cotas de produção, porque, devido ao alto subsídio existente, tem sido geradas ofertas excedentes ao consumo do mercado interno, em quase todos os setores. Esta é uma das formas pelas quais querem reduzir este custo é submetendo limites de produção aos agricultores.

A Política Agrícola Comum e seus instrumentos de aplicação se fazem através de organizações comuns do mercado. Estas contêm a parte dedicada a regular todos os setores. Os principais mecanismos de regulamentação são: 1. o estabelecimento de um regime de comércio restritivo, frente a três países; 2. um regime de compras através de preços de intervenção, para sustentar os preços ao produtor a um nível pré-determinado; 3. mecanismos de apoio ao preço de mercado, como preços objetivos combinados com um sistema de impostos variáveis e subsídios para exportação, e 4. pagamentos diretos aos produtores, mecanismo que recentemente acabam de incorporar.

Estas organizações comuns de mercado se aplicam à quase totalidade dos produtos agropecuários, se aplicam tanto para a produção, como para a comercialização interna e a exportação. Regulam toda a cadeia de produtos, desde a semeadura até sua etapa final.

As principais organizações comuns de mercado são dedicadas a cereais, oleaginosas, leite, lácteos, carnes, frutas, hortaliças, banana, aves, arroz, azeite de oliva, fumo, vinho, plantas ornamentais, ou seja, quase todos os produtos europeus estão interligados por estas organizações comuns de mercado.

Descreveremos como funciona o esquema. O preço de intervenção e respectivos preços mínimos de entrada, partem do preço mundial posto na União Européia, ou em uma parte da União Européia. O que fazem? Aplicam a estas importações um adicional e determinam um preço. Por exemplo, se forem hortaliças

(tomate) a diferença entre o preço mínimo posto em Rotherdam e o preço de entrada é o imposto que lhe cobram, e estas flutuações nos preços internacionais jamais serão refletidas no preço interno da União Européia. Sempre vai ser estável o preço que vai receber o produtor.

No caso das hortaliças, o mecanismo é tão complicado que, diariamente, tem um novo preço estabelecido pela União Européia. Hoje, o preço do tomate é um, amanhã é outro, ou seja, vão mudando este nível de preço. Este resultado é médio e o imposto adicional tem chegado até 80% sobre o valor da fatura. Se tomamos o preço internacional do tomate, por exemplo, em algumas ocasiões o preço interno tem estado acima de 80% do preço do mercado internacional.

O apoio ao preço está limitado por aplicações de um sistema de quantidades máximas garantidas, mediante o qual este apoio aos preços diminui quando a produção excede das quantidades máximas garantidas. O apoio garante certa quantidade de produto para cada país. Se algum país se excede na produção dessa quantidade, deixa-se de pagar sobre o preço do mercado interno, com uma parte se destinando à exportação sem subsídios e a outra utilizada para exportar com subsídios.

O esquema tem operado com açúcar, cereais e produtos cárnicos principalmente, e tem sido calcado nesse mecanismo de quantidade máxima, dado a sobreoferta que há em geral no mercado interno. O apoio ao preço tem, como complemento, medidas que tendem a retirar o incentivo à produção, fomentar a retirada de terras de cultivo, fomentar o uso de certos processos produtivos, promover a extensão e diversificação de produtos, assim como políticas de proteção ao meio ambiente.

Tem-se gerado uma pressão tão forte das medidas da OMC, que a União Européia tem políticas, por exemplo, para a “manutenção da paisagem”, que procura justificar mas não justifica muito um subsídio ao azeite de oliva na Espanha, por exemplo. Mas, para que se vejam as oliveiras, paisagem bonita, pagam um subsídio impressionante, justificando que não tem nada que ver com a produção, porém com a manutenção do ambiente da região, da tradição da região.

É como funcionam os esquemas dos subsídios às exportações, quando a sobreprodução exerce um efeito depressivo sobre o mercado: as empresas públicas de comercialização, as empresas do Governo Federal, retiram os excedentes e os enviam ao mercado internacional, a preços subsidiados, ou aos armazéns, financiando os custos financeiros do armazenamento. A diferença do preço mundial

que ocorre, os preços domésticos do mercado da União Européia a cobrem e, para poder exportar, se outorga ao governo ou, no caso, se armazena no governo e se paga o custo financeiro, até que esta sobreoferta tenha enfraquecido.

Os sistemas de preço de entrada e o equivalente tarifário se aplicam basicamente para as hortaliças e frutas. Servem para evitar que as importações provenientes de terceiros países possam entrar no território da União Européia com um preço inferior ao doméstico. Entre os produtos sujeitos a estes sistemas e períodos de aplicações encontram-se as laranjas, de 1º de dezembro a 31 de maio de cada ano. Aplica-se este esquema para as importações de laranjas, que tem um preço baixo, o qual, no momento que chega o produto à fronteira, recebe um adicional ao imposto para torná-lo equivalente ao do mercado interno.

No que se refere a como está a distribuição da produção da terra na União Européia, de toda a superfície cultivável, são 24% de cultivos permanentes e 33% de pastagens e florestas.

De sua participação na produção, os mais importantes são os cereais com 25%, as oleaginosas com 4%, as hortaliças com 2,2%, vinhos com 1,5% e os 15,5% restante de outros produtos.

A produção agrícola da União Européia, ou seja, o produto interno bruto agrícola, em 1995, foi de 98 milhões de dólares e sua tendência tem crescido desde 93, 94 e 95, se bem que a parte mais alta da produção é a produção agropecuária, com 107 milhões de dólares, com maior participação do leite.

Qual a política de apoio que se aplica ao setor de grãos e de oleaginosas na União Européia? Os produtos que são apoiados são: trigo, cevada, milho, sorgo, soja, girassol, colza e centeio, que tem preços de intervenção desde 1992. Há uma proposta para que diminuam gradualmente de 150 a 119 dólares por tonelada. Todo ano estes produtos têm um preço mínimo, têm pagamentos diretos, com base em rendimentos históricos regionais. Para serem protegidos, os produtores devem diminuir uma porcentagem de sua área, devem deixar sem plantar parte de suas terras.

Há um apoio especial ao trigo de grão duro, um pagamento adicional além destes dois mecanismos anteriores e há o subsídio à exportação e ao armazenamento também.

A carne tem mecanismos de intervenção. Produziram 7,7 milhões de toneladas em 1996. Dentro do levantamento de gado realizado, França, Alemanha e Reino Unido são os estados membros que apresentam o maior número de cabeças.

As importações de carne de ovinos se regem, principalmente, pelos acordos celebrados na OMC e pelo convênio com os países da Europa Oriental, situando-se em cerca de 500 mil toneladas anuais. Há um esquema de cotas de importação para as carnes.

As exportações comunitárias de carne ovina se realizam, principalmente, através de subsídios à exportação. Exportam, com subsídios, ao redor de 1,1 milhões de toneladas.

No caso dos suínos, há um subsídio à exportação. Os produtores mais importantes são Alemanha, França, Espanha e Holanda, que têm 64% do inventário de suínos. Também há um esquema de cotas para a importação de suínos, que gira ao redor de 45 mil toneladas.

As aves também têm subsídios à exportação. Há uma cota de 460 mil toneladas com subsídios a quem exporta e suas importações são de 271 mil toneladas anuais.

Assim se resumiriam os mecanismos de apoio que tem o setor pecuário. No caso dos bovinos, o setor conta com todos os mecanismos de apoio: tem subsídios à exportação, licença para exportação, preços de intervenção, apoio de intervenção em armazenamento privado, medidas especiais e excepcionais de apoio. Todos estes mecanismos são os que atualmente se outorgam ao setor bovino. O que menos mecanismos de apoio tem é o setor de aves, mas conta com subsídios à exportação e medidas excepcionais de apoio. Essas medidas excepcionais ocorrem quando há excedentes muito fortes ou se requerem maiores orçamentos, ou seja, as medidas necessárias para solicitar e obter mais dinheiro.

Os setores mais importantes, neste momento, são os setores lácteos. Para a União Européia, em 1995, representaram 18,4% da produção. Os principais produtores são França, Holanda e Itália. Os mecanismos de apoio que recebem os lácteos são preços objetivos. Há um preço fixado pelo governo para o leite e um preço de intervenção, assim como apoio ao armazenamento, medidas especiais de aquisição, que facilitam a compra do produto lácteo no mercado interno, que se aplicam também à manteiga, ao leite, ao leite em pó. Há um sistema de cotas de produção e subsídios à exportação.

A produção de açúcar é de 15,9 milhões de toneladas, atualmente. O principal exportador de açúcar no mundo tem, aproximadamente, 20% de excedente no mercado internacional. O consumo é de 12,6 milhões de toneladas, das quais 245 mil são destinadas para uso industrial e o restante para consumo direto. Os

mecanismos de apoio que desfruta são um preço de intervenção de compra; das agências nacionais os preços são 95% dos preços efetivos; o preço efetivo é superior a 5,2% do preço de intervenção e se aplica só ao açúcar branco standard; o preço básico se fixa para a União e se calcula a partir do preço de intervenção do açúcar; há um preço mínimo adicional ao de intervenção, para evitar as flutuações de preço.

Há um esquema de cotas de importação e cotas internas bastante complicados. Neste caso, é um dos mecanismos mais criticados pela OMC nas negociações de açúcar, por sua alta distorção e pela grande quantidade de subsídios que está gerando às exportações, com os quais está deprimindo, cada vez mais, os preços internacionais do açúcar.

No caso da balança comercial, o setor de produtos agrícolas, os saldos de produtos agrícolas da União Européia são deficitários, porque existem sete dos principais setores que são deficitários: frutas, hortaliças, produtos tropicais, café, fumo (tabaco), couro e oleaginosas. As principais frutas e hortaliças de importação consomem 8 milhões de euros; em segundo seriam as sementes oleaginosas com 4 milhões de euros ao passo que suas principais exportações estão no leite, ovo, carne e bebidas.

## O Mercado Asiático e do Pacífico

Juan Luis Ceballos

A preocupação com a União Européia não é somente uma preocupação acadêmica, é uma preocupação no sentido de todos os países do mundo requerem o poder seguir desenvolvendo-se, sabendo que todos os processos de desenvolvimento se fundamentam na expansão dos mercados.

Todo o mundo necessita que o mercado demande mais, demande coisas diferentes e quais são os focos positivos e negativos que se podem apontar. Por uma parte, está o dos subsídios, que é um problema a ser visto com a União Européia. Outro é de como converter este potencial que existe na Europa do Leste num mercado ativo, em um mercado mandante, que puxe as empresas, a atividade criativa e a atividade produtiva, para dar um impulso de crescimento ao comércio.

Nós podemos ser a parte passiva desse contexto e ser o mercado de expansão dos que querem crescer, ou podemos ser uma parte ativa e usar outros mercados para expandirmos. Daí a importância de construirmos nossa estratégia em função do que nós queremos conseguir. E tudo o que nós queremos conseguir passa necessariamente por fazer crescer nosso país, por fazer crescer nossa economia e por melhorar os níveis sócio econômicos da população. Que isto não seja apenas uma ação política, mas uma ação do próprio desenvolvimento, porque na medida em que nossa população melhora e cresce sócio economicamente, está em melhores condições de demandar produtos de valor e, em conseqüência, de criar uma força que demanda e gera os produtos em desenvolvimento, em toda a atividade econômica do país.

E esta é uma oportunidade do Mercosul. No Mercosul, todos os países são necessários e cada um deveria desempenhar um papel tão importante, sejam os maiores ou os menores. É o mesmo que numa equipe de futebol; todas as equipes tem defesa, tem meio campo e tem dianteiros, mas a equipe tem que ganhar. Se joga só com dianteiros o mais provável é que perca.

O mesmo se passa numa equipe de países, e o Mercosul é uma equipe de países, onde cada um vai ter que cumprir um papel, no sentido de otimizar o desenvolvimento da região. E é neste sentido que queremos convidá-los a analisar o que há no mercado do Pacífico. Vamos centrar a apresentação nos países Asiáticos do Oceano Pacífico.

São 12 países: Vietnã, Tailândia, China (Taiwan), Singapura, Nova Zelândia, Malásia, Coreia, Japão, Indonésia, Hong Kong, China continental e Austrália. Na média têm a renda “per cápita” de 4.100 dólares.

Aqui temos todos os indicadores, em termos da parte que outorgam ao seu consumo de alimentos. Mas o que é mais importante, estamos falando de 1.800 milhões de habitantes, dos quais a população rural é de 1.145 milhões. O total das exportações de alimentos é de 77 milhões e as importações de 98 milhões, quase 100 milhões.

Definitivamente, esta é uma zona que está demandando mais produtos alimentícios do que exportando. O que ocorre e não assusta muito nosso continente muitas vezes.

Na China, são 1.100 milhões de pessoas. Estão produzindo com baixo custo de mão de obra, podem ser tremendamente competitivos conosco, mas a única diferença que nós temos que entender e vamos ver mais adiante qual a situação real da China hoje em dia, é qual a perspectiva que teremos para o futuro. E neste caso nós tomamos 12 países, dos quais a média é o que importa.

Vamos ver a grande disparidade que existe na situação econômica de cada um desses países. Aqui estão a metade deles. Têm um ingresso “per cápita” conjunto de 186 mil dólares; entretanto, somente Singapura tem 24 mil dólares por mês.

Singapura é um país de 2 milhões de habitantes, com crescimento anual médio, nos últimos quinze anos, de 8%, graças ao comércio que tem conseguido criar ou participar, extremamente importante em toda aquela área.

Creemos que, efetivamente, na Ásia, existe um problema sério. Na realidade existe um problema, todos temos problemas, porém isto não deve fazer com que não sigamos olhando para a frente e construindo nosso desenvolvimento.

A renda “per cápita” de outros países: Coreia 10 mil dólares, Japão 41 mil, Indonésia, Hong Kong 21 mil. A Austrália produz 16 milhões de dólares no que se refere à sua exportação de alimentos; é um grande país produtor de alimentos, que exporta, fundamentalmente, uma parte a essa área e outra parte justamente atacando os mercados do Hemisfério Norte.

Citamos o Hemisfério Norte que é outro dos vetores a analisar nesta história. A linha do Equador, em alguma medida, marca as diferenças da capacidade de oferecer produtos agropecuários e alimentícios aos distintos países. Ocorre que 86% da população mundial está no Hemisfério Norte e 14% no

Hemisfério Sul. Somente observem o seguinte: Hong Kong está na altura do México. São lugares físicos que tem condições diferentes das nossas e, nessas condições diferentes, efetivamente, temos uma oportunidade, porque o mais básico da fortaleza de um país são as suas condições naturais.

Só o governo troca as vestimentas, troca o meio ambiente econômico institucional, pois afinal de contas os países produtores de café vão seguir sendo produtores de café, os países produtores de maçãs, vão seguir sendo produtores de maçãs, por mais que exista a melhor intenção, de quem gostaria que seu país fosse o grande produtor de todas as coisas.

Esta atitude é mais cara que dedicar-se a fazer bem o que um país dispõe como melhor possibilidade. De maneira que se um não vê que nosso mercado geral deve olhar o outro lado do Oceano Pacífico como alternativa de comércio, pelo menos vamos ver que também o Mercosul tem uma oportunidade geral, por sua localização geográfica.

Vejamos o comércio na América Latina como um total, "versus" o comércio que faz o PAC (Países do Oceano Pacífico). As exportações totais da América Latina, nos anos de 1990, foram de milhões de dólares; no ano de 1995, foram 213 milhões. Quer dizer que, no período, houve um crescimento de 84% da taxa de crescimento, a uma média anual de 13%. O que aconteceu com a exportação agroindustrial pelo Oceano Pacífico? Passou de 13 para 17 milhões; somente cresceu 33%, já mostrando um crescimento médio anual de 6%.

Este indicador nos mostra que nós, em relação a este mercado, estamos abaixo da média, que é a nossa capacidade e posição exportadora em geral. Com as importações ocorre algo similar. Enquanto nos anos de 1989 e 1990 as importações totais de produtos da América Latina eram de 89 milhões de dólares, passaram, em 1995, a 217 milhões, com um crescimento de 144%, a taxa média anual de 20%. O que se refere a importação de produtos agroindustriais do Oceano Pacífico, passou de 7 bilhões a 10 bilhões, com a qual houve um crescimento de 39% no período e 7% somente na média anual.

Agora, quanto ao maior crescimento nas exportações, temos que assinalar que a exportação dos países maiores tem sido à Ásia e, em segundo lugar, as exportações a outros países da América, que estão localizados ao redor do Oceano Pacífico. Sem dúvida, no caso das importações, as maiores têm sido dos países da Ásia.

Podemos ver assim o que é a tendência, vista eticamente como uma tendência, ou como se tem comportado o comércio em geral, tanto exportações, como importações, isto é, o que tem sido geral na América Latina “versus” como tem sido na Ásia. Em geral, as coisas em que mais magnitudes temos a ver é qual tem sido a nossa capacidade, nossa potência nesse mercado. Na verdade as coisas são mais débeis, no que se refere ao nosso potencial com o Oceano Pacífico, comparadas com o que tem sido o mercado geral. Agora, por que se tem produzido este crescimento na tendência do comércio em geral da América Latina? A melhoria pode ser atribuída ao fato de que esses países que compõem a América Latina introduziram reformas econômicas do tipo estrutural, que são bastante importantes, orientadas, fundamentalmente, a uma maior e melhor estabilidade macro econômica e, ao mesmo tempo, a conseguir uma maior liberalização comercial, o que tem ocorrido.

Visto a liberalização comercial muitas vezes discutida, queremos lhes dar um exemplo. A pessoa que é rica, que tem muita riqueza em sua casa, o mais provável é que coloque muita proteção, para evitar que ela seja roubada. E os pobres, de que se protegem? Na verdade, quando nos protegemos, nós que somos países mais pobres, o que estamos fazendo são colocar diques, para evitar que a riqueza entre. Desta maneira, cremos que o ponto está em como enfrentamos e cuidamos da nossa economia.

Nossos países têm crescido em virtude de termos aberto nossa possibilidade de comercializar com o resto do mundo. E na verdade é o que temos visto até agora. Essa tendência e muitas medidas dela decorrentes, surgiram do haver buscado ordenar variáveis macro econômicas da própria economia, o que tem produzido confiança, que se gerem inversões, que permitam, por sua vez, alimentar o futuro crescimento.

Hoje em dia, praticamente todos os países, por serem membros do GATT, estão ligados, formalmente comprometidos a manter uma política de aberturas multilaterais. Sem dúvida, a abertura e os acordos bilaterais são válidos. Nada é inválido na medida que favoreça o desenvolvimento dos países, não tendo que se olhar o que contraria essa visão. O desenvolvimento dos países é o melhoramento das condições de vida de nossa população e temos que ver que é muito mais fácil adiar as expectativas de uma pessoa, sobretudo quando não são urgentes. O problema é quando se adia aquilo que as pessoas efetivamente tem necessidade. E justamente a abertura tem provocado que, nesse caminho, se possa conseguir

melhora importante, boa ou má. Igualmente, chegamos a melhorar a condição daquela população mais modesta em outros países.

Qual é o problema? O problema é que temos uma grande quantidade de exportação de determinados produtos na América Latina. Vejam vocês que somente se considerarmos o café e a banana, temos 1/3 do que são as exportações agrícolas da América Latina. Isto é um problema com que temos que nos preocupar.

Que acontece com o fluxo do comércio que tem a PAC com a América Latina? Entre 1990 e 1992 a média de importações da PAC fora de 138 milhões de dólares, cifra que trocou para 177 milhões no seguinte período, quer dizer, um crescimento de 28%.

Dessas importações, 13 milhões vieram no primeiro ano da América Latina e 125 milhões do resto do mundo; no segundo período foram 17 milhões da América Latina e 160 milhões do resto do mundo. Que passa com o crescimento? Observamos que há uma maior demanda de produtos pela América Latina. A PAC quer, porque essas coisas não são forçadas, que importemos quando convém fazê-lo, não porque nos obriguem.

Se neste momento e neste período há uma melhor performance das exportações da América Latina para a PAC, por iniciativa das suas importações, quer dizer que estamos numa posição de interessar esse mercado. E o que acontece com as exportações da PAC? A América Latina tem aumentado 7%, enquanto que o resto cresceu 4%. Também existem condições pelas quais a PAC como mercado, está mostrando sinais de ter interesse por proporcionar um ambiente favorável à sua relação comercial com a América Latina.

Queremos fazer um parêntese e mostrar a situação chilena, para, a partir dessa experiência, voltar novamente a situação da América Latina, conciliando alguns fatos.

Há uma estatística do ano de 1981, do que é a exportação de conservas de frutas, de produtos desidratados, de sucos concentrados industriais e de produtos congelados hortifrutícolas. Desde o ano de 1981 até 1996, passaram de 24 milhões de dólares a 600 milhões. Porém, há uma queda em 1997 pela situação mundial do ano passado. Na prática, entretanto, localiza-se ao redor de 500 a 600 milhões de dólares. Essas são, na verdade, as coisas de que nós os chilenos sentimos orgulho.

O país está localizado na América do Sul e tem um clima mais ou menos semelhante ao de outros países, mas está junto ao Oceano Pacífico. São muitas as condições que se combinaram e é um pouco do que vamos comentar com vocês.

No ano de 1997 a exportação chilena foi de uns 19% para Europa, 68% a países da América e uns 10% a países da Ásia. Praticamente, há uma grande incidência para a América.

Queremos ir justamente aos países da Ásia e centrar-nos nos do Pacífico. Ignoro a Europa por não corresponder ao mercado dessa conjuntura. Vemos que para os países do Oceano Pacífico, a América representa 8%. Vamos ver que ressalta claramente a importância que tem os Estados Unidos e o Japão e se nos reportamos aos países da Ásia, vemos que parte importante da exportação agroindustrial chilena, 92%, tem sido para o Japão. Por que isto? Por que não aos mercados restantes? Por que o Chile que tem crescido num período tão concentrado não tem tido o mesmo desempenho dos outros países? Então, aqui há algo relacionado com o tipo de produto e o tipo de mercado no qual nós concorreremos.

É nos permitido estruturar o mercado da Ásia em três grupos de países: países que são colocados em um grupo A, estão compostos por Japão e as duas Coreias; Hong Kong e Taiwan estão incluídos no segundo grupo e, no terceiro grupo, estão Singapura, Malásia, Indonésia e Filipinas. Se observarem bem, não foi considerada a China, mas vou mencionar porque. No total estão os 10% que dizemos da Ásia, mas dos quais 48 milhões de dólares de 51 milhões provêm dos países industrializados (grupo A), ou melhor dizendo, daqueles países que industrializam produtos. Esses são países que compram matéria-prima, compram "commodities". O Chile, que é um país pequeno, que realmente não tem um mercado que lhe permita ser um ágil e experto produtor de "commodities", se converteu em um grande produtor de "insumos" industriais e isto é que faz com que nosso principal mercado sejam os países industriais.

Que é o segundo grupo? Hong Kong e Taiwan são as portas de entrada da China, são países que consomem produtos de consumo direto. China, Hong Kong, Taiwan, o que importam são bens de consumo, para a população. Entendamos uma coisa, quando nós dizemos que a China importa produtos de consumo, estamos nos referindo àqueles estados que estão às margens do Pacífico e leste da China, que são 120 milhões dos mil e cem milhões que habitam a China, que tem um nível de consumo altíssimo, tão alto como o de Hong Kong, Singapura e Taiwan. De forma progressiva, vão se incorporando aos milhões de habitantes do leste chinês os milhões restantes, que é a população agrícola e que recém está se liberalizando.

Portanto, vemos que há uma grande concentração no que é a demanda industrial e países que combinam produção industrial com demanda de consumo direto.

A conclusão é que na América Latina ocorre o mesmo fenômeno, existe uma grande concentração de produtos industriais. O que teremos que fazer, para romper este nó, é desenvolver nosso mercado, para que, efetivamente, sejamos competitivos, produzindo bens de consumo direto. Creemos que o Mercosul, na medida que permita o desenvolvimento de produtos finais, vai se converter em um exportador de bens de consumo de valor agregado, ou vamos nos manter no tempo, exportando "commodities" e não desenvolvendo nosso país.

Cuidado com a concentração da atenção no Japão, pois o próximo mercado que vem é o da Índia, que vai incorporar mais de 800 milhões de habitantes. Na medida que o Mercosul e os países associados podem perder outros mercados, que aproveitem este competitivo mercado de consumo.

Não se pense, por isso, que o melhor mercado do mundo, que é o mercado europeu, vai ser um mercado disponível, acessível a todos os países exportadores. Não vai ser, por uma razão principal: é um mercado que já está saturado, é um mercado onde as pessoas já atingiram níveis de consumo de alimentos, quase que diríamos, máximos.

Portanto, a margem de aumento do consumo não existe, a população já não cresce, não vai aumentar o consumo e a oferta atual, apesar de tudo, é suficiente para abastecer a procura. Portanto, não vai ser fácil desalojar produtores europeus, porque todos sabemos que existem produtores europeus tão eficientes quanto da América do Norte, América do Sul ou da Austrália.

Há muitas mechas na agricultura Européia, mechas regionalmente falando, que são perfeitamente aceitáveis nos mercados internacionais, não há que ter dúvidas a esse respeito. São super competitivas, por que são super subsidiadas.



## O Mercado Africano e do Oriente Médio

Yarisse Zoctizoum

Vamos abordar a estrutura agroalimentar da África hoje em dia.

Na África houve três espaços importantes. Um primeiro espaço, era o que se chamava economia de troca. O que quer dizer economia de troca? Os europeus levam os produtos agrícolas; não se interessam em produzi-los. Compram dos camponeses por meio de trocas, trabalho esse que se emprega em Marrocos, para atrair os recursos da Europa e, na América Latina, sobretudo no México, ainda sobrevive: dão-se espelhos aos indígenas em troca de produtos. É o que seguem fazendo todos os dias com ajuda generalizada: o espelho que dão, para levar outros recursos. Finalmente, esta economia de troca vem sendo realizada na zona de Savana, na África. Nesta zona os europeus não suportam muito o clima e deixam a produção na mão dos camponeses, com seus úteis e rudimentares instrumentos para trabalhar.

O segundo espaço agrícola na África, chamada economia capitalista agrícola, é localizada numa zona onde os europeus se adaptam e, assim, podem produzir café, cacau, etc. Esse tipo de economia permitiu ter trabalhadores agrícolas africanos, leia-se mão de obra barata para trabalhar e, assim, concretizar o exportar para a Europa.

O terceiro espaço está na chamada economia concessionária, parecida com os latifúndios na América Latina, onde os estados coloniais venderam as áreas dos indígenas aos europeus, para poder valorizá-las à sua maneira.

Foram os três tipos de organização durante a colonização. Quais eram os recursos para esta produção? Fundamentalmente, era o trabalho forçado que faziam desde as 6 horas da manhã às 6 horas da tarde, onde a maioria tinha três campos de cultivo: um dos quais era do governador Francês, ou Português, ou Espanhol; um do proprietário e outro do trabalhador. Esta é a maneira que funciona, para poder obrigar os camponeses a produzir na colonização. Outro tipo de propriedade é aquela em que os camponeses são pagos por tempo de trabalho.

Foi isso que se passou com a colonização e fez com que surgisse a independência em 1960. E que se passou em 1960? Pensávamos que a situação fosse mudar, mas não mudou. Por isso não se tem muitos dados do que se passa hoje na África. A nossa experiência na América Latina é de que muitos não sabem nada sobre a África e não pensam no prejuízo social do colonialismo. Mesmo

quando falamos com um grande intelectual ele não sabe nada, não sabe onde está a África, o que produz, etc.

Por isso, de maneira descritiva, apresentaremos alguns dados para orientá-los. Hoje em dia a África é um continente que representa 23% de terra firme, para produção e para se viver. Ali vive mais de 2% da população mundial. A África está prevista para ter 1,7 mil milhões de habitantes no ano de 2030. E há uma diferença enorme entre os países. Por exemplo: Sudão tem 2,5 milhões de km<sup>2</sup> e, como a Zâmbia, com 2 mil km<sup>2</sup>, está no mesmo nível de população. A Nigéria tem 120 milhões, enquanto tem nada mais que 123 mil habitantes. Essa diferença enorme entre os países, dificultam a organização da sua produção quando se chegou à independência. Hoje em dia, a África tem 720 milhões de habitantes.

O que aconteceu, a nível de agricultura, quando chegamos à independência? Houve uma euforia para desenvolver a economia, criaram-se bancos, todos os países tiveram o que se chamava de Banco de Desenvolvimento Econômico, o qual dava emprestado aos camponeses para formar uma cooperativa.

Isto permitiu à África crescer muito, como alguns países, em que se chegou até 9% a 10% ao ano. Mas, a partir de 1973, quando chegou a primeira crise do petróleo, a África começou a ter problemas graves, próprios de países com governos corruptos, como muitos na América Latina.

Tratou-se de orientar a agricultura às vendas ao exterior para obter divisas, o que fez com que os camponeses produzissem mais café, algodão, etc., para exportar e não os produtos alimentícios que poderiam produzir e consumir. Isto fez cair a produção de maneira drástica na África, no período que vai de 1973 até hoje, quando se observa uma melhora, mas este período foi muito grave para a África.

Os governos haviam criado a taxa de estabilização do preço, que era uma forma de recorrer ao dinheiro excedente dos camponeses, para fazer o ajuste de preço econômico. No momento em que se fixa esta taxa, com apoio da economia europeia que nela está interessada, os governos corruptos a utilizam para pagar as dívidas, ou para mandar para fora do país, para a Suíça, por exemplo. como o dirigente que tinha 5 milhões de dólares na sua conta na Suíça, enquanto muitas pessoas morriam e morrem de fome, fato que aconteceu na África em geral, com vários administradores governamentais.

Finalmente, surgiu a idéia de outro processo econômico, que foi conectar diretamente os camponeses com o capital internacional. Por isso, temos que cuidar bem quando nos falamos em globalização, de não conectar países assim,

precipitadamente, de fazê-lo paulatinamente e com muito cuidado, para que não nos absorvam assim a produção, comprando barato e cobrando caro pela compra de fertilizantes.

Há um trabalho que publicamos em Paris, que fala dos trabalhadores agrícolas domésticos na África, dominados pelo capital internacional tomado como empréstimo. Por que os camponeses trabalham para pagar os interesses dos credores? Isso deu-nos a idéia de escrever uma novela, que um dia apresentamos, quando éramos estudantes e que um dia vamos publicar. É a história de uma criança, que explica ao seu pai, que foi estudar na França, para saber mais sobre a economia do algodão. Retorna e informa ao pai o que ele deve fazer. Seu pai, que não sabe ler, ouve e ao chegar a estação de colheita, o compra. O algodão vai depois para venda e o representante que vende os fertilizantes cobra sua parte. Depois, o governo corrupto vem com o imposto a ser pago. O camponês paga e logo vem o comerciante do local e diz “tu me deves por que te dei roupa, sal, etc.” Esse senhor dá tudo o que recebeu e não tem mais nada. Volta ao comerciante para pedir roupa, mas este diz que ele não pode levar, porque não pode pagar. O senhor então diz que este é meu algodão e que vai levá-lo de volta. Esta é a revolta em todos os países, é o tema que seria a imagem de como se chegou à situação econômica na África em geral.

Outro aspecto que complicou a situação na África, a partir dos anos 1968 a 1980 e que vai golpear todos os países africanos, são as dívidas com o mundo, porém não em grande quantidade. Apenas a dívida do Brasil é equivalente a dez ou vinte vezes a dos países da África e a do México pode ser comparada a trinta países, dos 53 que existem naquele continente. Porém, tudo é relativo; se um país não tem muito recurso, não pode desenvolver-se. Isso foi o que aconteceu na África, onde a dívida era 50 milhões de dólares nada mais, no ano de 1970 a 1975, e hoje é de 273 milhões, sem falar dos juros que se acumulam. A África se tornou um exportador de capital aos grandes países, o que é muito grave para um continente, onde uma pessoa trabalha para pagar a comida. É difícil de aceitar.



# **Mesa Redonda: “Características e potencialidades dos recursos de produção, integração comercial e globalização dos países do Mercosul”.**

Coordenação: Rita de Cássia Milagres Teixeira Vieira

## **Palestra 1 – Argentina**

Jorge Iturriza

### **1. Introdução**

A Argentina tem potencialidades reais como produtora de produtos primários e industrializados oriundos da agropecuária. É, também, exportadora desses produtos para os mercados internacionais próximos e longínquos. Tem, portanto, vocação agropecuária de excelência.

De outra parte, enfrenta condicionantes das potencialidades e para a projeção do país nos mercados internacionais. Estamos tratando de superar os entraves que limitam parcialmente a plena exportação das potencialidades e a projeção internacional aos mercados. Não basta ter vocação agropecuária. É preciso que se materialize em realizações, ou será meramente enunciativa. Nesta altura do desenvolvimento da humanidade deve concretizar-se em alimentos e produtos.

É dentro deste ponto de vista que a política agropecuária na Argentina integra-se com políticas que se orientam, na sua totalidade, à produção de alimentos e produtos agroindustriais processados.

Apresentamos, brevemente, as condições em que, na atualidade, o setor agroalimentar participa, com vistas ao mercado doméstico, e se projeta sobre o mercado internacional.

### **2. Indicadores sócio econômicos e recursos naturais**

Com população de, aproximadamente, 37 milhões de habitantes, a esta altura do ciclo, a Argentina tem relativamente pouca população rural, num contexto latino americano, com uma taxa de alfabetização de 96,5%, segundo as estatísticas disponíveis. Particularmente, não existe uma deserção escolar bem marcada, que implica, sim, em um começo de escolaridade da ordem desta cifra. Porém, no transcurso dos anos, por necessidades sociais, vai degradando-se. A taxa de atividade é de 42% e a taxa de desemprego, medida em termos conjunturais, é de 13%, para o presente ano.

O PIB é de 360 milhões de dólares, com participação de 7,5% do setor agropecuário. Do total da indústria manufatureira de 25%, ao qual se integra uma parte importante do setor alimentício de bebidas; do processamento de têxteis e madeiras, na ordem de 6%, chega-se a um total, para o setor, de 14%.

A taxa de inflação do ano de 1997 registrou, praticamente, um valor nulo. Na ordem externa, as contas comerciais da balança de pagamentos indicam um déficit importante em contas correntes, não tanto na ordem de mercadorias, como na ordem de serviços. Estes, são compensados por suporte pela conta de capital, com ingressos de inversão que implicam numa troca de reservas na ordem de 3 milhões de dólares.

Com alguma degradação do nosso comércio exterior, mencionamos que as exportações são de 26 milhões de dólares, no ano de 1997, com uma distribuição de destinos em que o Mercosul passou, nos últimos anos, a ocupar o lugar principal. A União Européia segue sendo um destino significativo para as vendas externas da Argentina e, em menor medida, o Oriente, quando o resto das regiões mundiais vão adquirindo crescente importância.

Desde o ponto de vista das importações, na ordem de 30 milhões, o Mercosul cede a primeira posição, enquanto existe provedor pela União Européia, que historicamente tem tido essa significação.

A Nafta tem maior importância como destino de nossas exportações e, simultaneamente, o resto do mundo, perde a significação. Isto, de alguma maneira, é claro, quando se considera qual é a estrutura do nosso comércio exterior: é um país com fortes exportações de "commodities" e produtos com baixo nível de elaboração e com importação com maior grau de processamento.

A superfície aproveitável, em termos agropecuários e de produção primária, alcança os 177 milhões de hectares. Esta é a dimensão em que estamos em matéria de possibilidade de recursos naturais. Os cultivos anuais são o coração da produção argentina e também o coração quantitativo do que se exporta. A superfície não apta se refere a água, caminhos, cidades e montanhas altas. Queremos referir que o território aproveitável na Argentina se encontra totalmente ocupado, desde o ponto de vista econômico.

Não ficamos com recursos de terras virgens, se não muito marginalmente. Em conseqüência, desde o ponto de vista de uma estratégia de desenvolvimento dos recursos produtivos, nós podemos cifrar toda a nossas expectativas de produtividade na incorporação de capital e tecnologia. Vamos marcar a cidade de

Buenos Aires, não por uma questão particular, que tão claro tem, em geral, os portenhos sobre o valor de sua cidade, se não simplesmente para marcar um entorno, em matéria de qualidade de terra. Coloca-se o centro na cidade de Buenos Aires, marca-se um semicírculo de 500 Km e se identifica onde está a terra de maior produtividade e qualidade do país e onde se produz a maior quantidade de cereais e oleaginosas, ou seja, a maior quantidade de recursos que finalmente vão para as exportações.

Na periferia do país, se localiza grande parte de cultivos que nós denominamos industriais, onde, justamente por estas circunstâncias, chamamos de economia regional, porque, a partir de uma característica agroecológica distinta, conformam unidades diferenciadas, com respeito à zona que marcamos como a de mais alta produtividade.

Queremos fazer uma breve menção do desenvolvimento da pecuária, porque, para as condições que se apresentam no território do país, a pecuária apresenta características muito peculiares: ocupa a zona periférica de maior concentração de alta produtividade. Centro e Sul constituem a zona de criação de gado, onde confluem a zona de maior produtividade e a de maior área de pastagens para terminação de animais. Esta é a zona de invernada, que coincide com a zona de cereais e oleaginosas. A característica que está fortemente manifestada, nos últimos anos, tem sido que os altos preços agrícolas originaram uma transformação, uma reconversão da zona de invernada, que se desloca para fora, até terras de menor produtividade e, por sua vez, a zona de cria torna-se ainda mais periférica.

Neste momento, estamos com um estoque de pecuária muito baixo, originado por uma forte liquidação, pela reconversão que fizeram muitos pecuaristas para a agricultura, devido aos bons preços e, como todos sabem, estes pecuaristas terminam chorando porque se encontram com preços em baixa dos produtos que passaram a produzir. Assim, querem voltar para a pecuária, com altos custos de obtenção de todo o ciclo de cria e engorda.

A zona produtora de milho e soja coincide com a de criação de aves e suínos, que se situa ao norte da província de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios. Aproveitando a apresentação do Sr. Ministro dos Transportes do Brasil, confirmo que a principal via de circulação fluvial é denominada hidrovia do Rio Paraná. Para nós, o Rio Paraná, em condições de alta navegação, começa na altura de Rosário, onde se encontram os grandes portos de exportação. É possível nele entrar, com plena segurança, com 28 pés até 32 pés de calado.

A hidrovía continua pelo Paraguai e Paraná até Itaipu, onde temos a interrupção da navegação por falta de eclusas. No Rio Paraguai, continua até Cáceres. O Rio Uruguai, por sua vez, tem navegabilidade algo inferior, porém está numa bacia produtiva de grande volume de grãos, onde seria o grande motor da produção; é, porém, inferior à bacia do Rio Paraná, de onde sai o resto da produção.

A população argentina tem uma forte concentração em torno do que denominamos de pampa úmido, que coincide, em termos gerais, com as localizações industriais vinculadas com esta produção e que se encontra, em matéria de frigoríficos, até o Sul de Santa Fé e Norte de Buenos Aires. Em matéria de indústrias de óleo, nesta mesma região existem indústrias vinculadas às produções regionais, com pequena dispersão geográfica e certo grau de descentralização. Algumas, situadas ao norte de Corrientes, são de fumo, que tem um primeiro processamento, e a indústria de açúcar está na província de Tucumán, ao noroeste da indústria cítrica, e a indústria de frutas finas e de caroço, no oeste, junto a República do Chile.

Queremos mencionar que o território argentino tem uma diversidade agroecológica que nos habilita para um amplo espectro de produtos, não todos, ainda que se pretenda todos. Temos uma diversidade de climas que vai desde o subtropical até os extremamente frios e com regimes de chuvas, de intensidade solar e de temperatura que permitem toda essa variedade de produção. Os solos marcados desde a Cordilheira dos Andes, a oeste do país, até o oceano, no oriente, se caracterizam por serem claramente sedimentares, onde o húmus se concentra justamente na zona de maior produtividade.

Temos um regime de chuvas, na zona do pampa úmido, de boa regularidade, salvo por alguma exceção que existe e que, neste ano, nos tem dado maus momentos, com excesso de chuvas e inundações. Em geral, as chuvas estão bem distribuídas ao longo do ano; estamos com um regime de 1200 mm a 2000 mm, segundo a zona, ou, até ao Sul do país, com regimes progressivamente mais secos.

Em matéria de sistemas de produção, a Argentina está experimentando importantes trocas e, sem dúvida, vinculadas com um crescimento da competitividade muito forte, basicamente em cereais e oleaginosas; os rendimentos na última década tem mais do que duplicado. Os sistemas de produção não se referem a incorporação de capital e insumos físicos no processo produtivo. Se, por

isto, não há forma de produzir, do ponto de vista empresarial, estão pleiteando condições distintas em relação ao que era tradicionalmente, para poder fazê-lo com a adição de insumos modernos.

Nas produções frutíferas, a inversão que se tem feito em algumas incorporações tecnológicas, estão sendo acompanhadas por fortes câmbios no manejo da atividade. Podemos citar o exemplo na produção extensiva (ainda que intensiva em matéria de insumos, fertilizantes e agroquímicos em geral) de cereais ou de oleaginosas, onde se formam consórcios produtivos, que chegam a manejar superfícies em exploração na ordem de 50 mil hectares e que geram certamente possibilidades de previsões de comercialização posterior muito fortes.

No setor agropecuário, terminaremos esta breve caracterização indicando certas peculiaridades das explorações agrícolas. O setor de pequenos produtores inclui uma quantidade de 250 mil unidades, com superfície bem inferior, na ordem de 4% dos 177 milhões de hectares.

A faixa média de produtores, que, segundo a zona, formam unidades econômicas, segundo o tipo de exploração e o caráter da produção de que se trata, situada entre os 10 e 1000 hectares, reúne 70% dos produtores, em 25% da superfície, enquanto que as explorações de mais de 1000 ha são 7% do total e concentram mais de 70% da superfície explorada.

Como em quase todos os processos de concentração, têm-se vindo incrementando ultimamente, na medida em que o mercado exige dos produtores, um grau de competitividade maior. O setor agroalimentar contribui à formação do valor total agregado de 50 milhões de dólares, vinculados aos 360 milhões, dos quais o setor primário chega aos 27 milhões e a 23 milhões o setor industrial.

Queremos, simplesmente mencionar que a política agrícola, nos últimos anos, tem significado o tornar possível uma troca qualitativa na produção argentina e a projeção ao comércio exterior. Basicamente assentada na estabilidade econômica permitida, tem sido viável o planejamento econômico na abertura, tanto em matéria de importação, como de exportação. Havia direitos de exportação que gravavam os produtos primários, que têm sido eliminados em quase toda sua totalidade.

Atualmente, contamos com regulamentos da importação que, em linha com os entendimentos internacionais, se referem à devolução de impostos indiretos. Nas importações, tratou-se de diminuir os impostos diretos da mesma e de uma eliminação forte dos obstáculos ao comércio.

Acompanhado pela política regulamentar, orientada para eliminação de restrições, em boa medida se eliminaram restrições administrativas, como as antigas licenças ou intervenções anteriores as importações. Simplificaram-se as questões sanitárias, colocaram-se em linha com os entendimentos internacionais, privatizaram-se os serviços de transporte, de portos, bancários, de energia, dissolveram-se reguladores do comércio, tanto externo como interno, como as juntas de grãos e de carne, que tem intervenção direta nos mercados respectivos. Impulsionou-se forte flexibilidade das organizações vinculadas ao comércio exterior, o que gerou um ambiente favorável para a evolução deste.

Vamos passar às exportações, onde assinalamos a real estrutura que tem o perfil exportador argentino, as exportações de cereais em 1º lugar, as sementes e frutas oleaginosas em 2º lugar, pescados e mariscos em outra ordem de magnitude, as frutas frescas com claras tendências de crescimento.

Falando de produtos industriais, falamos de gorduras e óleos como dominantes, resíduos (farelo) e desperdícios da produção de óleos vegetais na mesma linha, no mesmo complexo integrado, a produção de carne em terceira ordem e, logo, os peixes e mariscos elaborados. É uma ampliação detalhada e quantificada do que mencionamos anteriormente.

Vamos comentar agora, onde entendemos que estão centradas nossas expectativas. Basicamente no mercado interno argentino, no qual começou a ter mais vigor a característica de competitividade, tanto setorial como global. Vimos que isto se acentua em matéria de qualidade de produtos e tem implicado maiores requerimentos em matéria de sanidade e higiene dos alimentos.

Uma condição de modificar fortemente o cenário, que constitui um desafio grande nesta matéria, é o produzir para quem. Basicamente, aqui se assentam importantes campos. Hoje, a mentalidade dos produtores está em produzir para um mercado definido, tanto para exportação, como para consumo interno, dependendo do produto de que se trata, mas não nos baseamos no critério de exportar o saldo exportável, mas sim concretizando uma exportação para um mercado concreto.

E ademais, o considerar a cadeia produtiva em seu conjunto, é também um desafio que está determinando trocas significativas, como ocorrem, neste caso, desde a última etapa do processo de comercialização, frente às primeiras etapas, onde vão se encadeando os processos produtivos, com requerimentos concretos em matéria de produtos e suas características. A cadeia produtiva em seu conjunto é um elemento central que, em outras questões, está imperando na Argentina, como

a da criação de um órgão público executivo, que compreende o conjunto da produção primária e industrial.

Terminaremos, mencionando que o nosso principal mercado é o mercado internacional; que o Mercosul é um projeto que estamos desenvolvendo e entendemos que este projeto tem que nos projetar no mercado internacional em conjunto, os quatro países, reconhecendo nossas diferenças, habilidades, oportunidades e vantagens, entre outros, mas que, de nenhuma maneira, constitui um fim em si mesmo, mas que entendemos como uma etapa de potenciação.



## Palestra 2 - Bolívia

Miguel Carriquiry

Bolívia apresenta um êxito relativo, em termos de crescimento econômico: situa-se abaixo de 4%, mas é suficiente para atender às necessidades do país. Este processo de crescimento tem vindo acompanhado, nos últimos 15 a 20 anos, de um processo de urbanização da população, com marcada diminuição, em termos relativos, da população rural. Isto não tem permitido chegar-se a uma situação de estabilidade política e econômica.

Os economistas dizem que este é um tema de economia; não é nossa intenção tratar deste tema hoje. É um interessante processo de matéria institucional, vinculado aos termos da descentralização e participação popular. São mecanismos complicados em que não vamos entrar agora, por limitação de tempo. Porém, como país, nos encontramos como uma economia aberta, em termos teóricos e reais.

A partir do ano de 1990, a economia boliviana tem tido uma estrutura tributária unilateral, por fora de todas as negociações e integrações, onde está vigente um nível de taxas de 5% para os bens de capital, com um piso de 10% para o resto dos bens de importação. Como todos conhecem, as fronteiras são permeáveis, de tal maneira que existem outros níveis tributários, outros tipos de mecanismos de proteção, mas dificilmente isto seria aplicado à situação boliviana. Assim, nos encontramos com uma economia de abertura total. É o que estabelecem as medidas administrativas, as decisões administrativas. De fato existe uma proteção natural para as atividades produtivas locais, por razões da difícil acessibilidade à mediterraneidade, pela própria infra-estrutura de transporte, ambos aspectos tradicionais, que resultam em uma proteção natural da produção agropecuária.

Como se vincula este setor agrícola da economia boliviana com o mundo, depois destes processos? Digamos que a produção agrícola tem aumentado substancialmente sua participação no comércio exterior. Ainda assim, o que é o PIB agrícola manter-se entre 15 a 20% do total, segundo as diferentes estimativas?

A agricultura contribui ao volume de exportações com 13% do total, cifra significativa num país onde 80 a 90% do comércio exterior está baseado nos minerais. A Bolívia se vincula com o mundo de uma forma bastante equilibrada. Suas exportações vão a 40% para o Mercosul e comunidade Andina, 45% ao mercado comum do norte e à União Européia em seu conjunto. Suas importações retribuem de forma relativamente equilibrada: 30% vem do Mercosul e da

comunidade Andina, quase 50% do NAFTA ou da União Européia, e os provedores Asiáticos com 15 a 20% do total.

Nesta situação nos encontramos hoje em dia, com uma agricultura sob proteção natural e por elementos culturais altamente incidentes neste comportamento, que tem a ver com as crenças e com os aspectos culturais, em termos da população portadora de uma forte vocação agrícola.

O valor das exportações, em 1996, era constituído de 31% oriundos da agropecuária, o que representou um incremento de dez vezes, em termos de valor, com respeito do que era em 1985, quando representava apenas 4% da totalidade das exportações bolivianas. Esta expansão da agricultura depende essencialmente do crescimento da fronteira agrícola, ao incorporar a produção de terras que permaneciam até 5, 6, 7 anos inexploradas, enquanto que a Argentina, já há algum tempo, tem todo seu território nacional incorporado à produção. Isto não se verifica, entretanto, no caso da Bolívia, onde foi incorporado menos nos últimos 5 ou 6 anos. Foram mais de 500 mil hectares de cultivo de soja e algodão, em terras anteriormente inexploradas, por questões de infra-estrutura viária para retirar sua produção.

Pequenas medidas, como a abertura de alguns caminhos para poder chegar-se à hidrovia, têm permitido a expansão. Encontramo-nos com uma economia agrícola onde a oferta e a demanda de alimentos se encontra, em termos gerais, equilibrada; a produção consegue abastecer razoavelmente, ainda que com deficiência quanto às necessidades calóricas e protéicas de alguns setores da população, a demanda doméstica.

A Bolívia se auto abastece dos alimentos que consome e apresenta déficit tradicional na produção do trigo e seus derivados e nos produtos lácteos, onde não há capacidade, até o momento, de alcançar-se o abastecimento. Também gera um superávit em alguns ramos da produção agrícola e florestal. Assim, gera volumes exportáveis de soja e seus derivados, de madeira, de algodão, como produtos novos da última década, e, tradicionalmente, pequeno volume de açúcar, castanha e café. Trata-se da exportação de produtos primários, com pouco ou nulo valor agregado.

Existe um conceito geral de que há capacidade de expansão da fronteira agrícola. Na verdade, a Bolívia é um país que conta com recursos naturais ilimitados, entretanto está longe de alcançar seu nível básico de exploração. Há alguns técnicos que trabalham neste tema, manifestam alguma preocupação, enquanto há os que vêem uma certa sobrevalorização do potencial agrícola da

Bolívia. Entretanto, há uma fronteira agrícola para expandir e existe uma degradação importante dos recursos naturais do solo que são utilizados tradicionalmente. Fala-se de uma crise de estabilidade dos recursos naturais da Bolívia.

A agricultura em geral tem uma baixa produtividade, tanto em termos de solo, quanto em termos de mão-de-obra, tecnologia pouco intensiva no uso da terra, no uso do capital, no baixo uso de insumos. Estes aparecem em 10% do total da superfície cultivada, onde havia condições importantes para o crescimento da produtividade.

A Bolívia tem aproximadamente 1 milhão de km<sup>2</sup>. Os estudos que se tem feito destinam 15% desta superfície para uso agrícola, 30% para criação intensiva e extensiva de gado e 50% de terras de uso florestal.

Em termos de capital físico, de instalações e infra-estrutura, onde se inclui o capital humano, encontram-se sérias limitações para expansão e crescimento da produtividade no setor agropecuário, com uma rede de rodovias de apenas 7.600 km num território de mais de 1 milhão de km<sup>2</sup>, e com apenas 3.500 km de via férrea, divididos em duas que não estão intercomunicadas: uma rede no setor ocidental do país e outra no setor oriental. Foram desenhadas com a idéia de levar os minerais e os próprios mineiros até os portos e não vinculá-las à atividade nacional e à produção nacional. Isto determina altos custos para o transporte, já que o terrestre, pela mediterraneidade e pela carência de infra-estrutura, também é deficiente. No armazenamento de processamento de grãos há déficit. Apenas em Santa Cruz, com o desenvolvimento dos últimos anos, estima-se que tenha 1.5 milhão de toneladas da capacidade de armazenamento de grãos, quando estão manejando uma colheita somente de soja de 1 milhão de toneladas. As instalações e os processos são também inadequados. São antigos, sem capacidade competitiva a nível internacional, salvo no caso da indústria de oleaginosas, em que se tem desenvolvido, nos últimos anos, uma forte participação de empresas multinacionais.

Com relação aos recursos humanos, nos encontramos sem indicadores para quantificá-los, porém, em geral, são de baixa capacitação e, portanto, de baixa produtividade no campo. O PIB da agricultura é de 15 a 20%. Sem dúvida, temos mais de 40% da população economicamente ativa como população rural, o que nos dá a magnitude de uma cifra e outra, com respeito ao que estamos dizendo.

Existe um consenso quanto à algumas transformações necessárias, partindo da base de que existem recursos e mercados para a agricultura boliviana e

que se está necessitando de uma série de transformações, para poder derivar desta oportunidade recursos disponíveis ao mercado. O país tem um acesso privilegiado nos mercados europeus e dos Estados Unidos, por condição de país de menor desenvolvimento relativo e, no México, por que pertence à comunidade Andina, e tem acordo com o Mercosul. Não tem conseguido angariar rapidamente benefícios desta possibilidade.

Existe um consenso quanto a necessidade de melhorar a produtividade e preocupar-se com a sustentabilidade do uso dos recursos, para poder, desta maneira, assegurar a alimentação da população e a presença dos produtos bolivianos no mercado internacional de forma sustentável. Vê-se a necessidade de estar trabalhando intensamente, melhorar a infra-estrutura de rodovias principais e secundárias, para melhorar o transporte.

A Bolívia inaugurou, no ano de 1996, sua primeira conexão asfaltada na fronteira com o Chile e estamos para terminar a conexão da fronteira com o Peru, elementos básicos para chegar aos portos, tanto do sul como do norte do Chile, para, de alguma maneira, minimizar ou diminuir os efeitos negativos da mediterraneidade do território boliviano.

Estas melhoras nas inversões, em alguns casos, tam dado resultados em diminuições nos custos dos fretes, para a produção agrícola do departamento de Santa Cruz, uma área dinâmica, que tem um impacto muito significativo na competitividade desses produtos no mercado internacional. Assim mesmo, trabalha-se no fortalecimento dos serviços de apoio à produção, fundamentalmente o que tem a ver com pesquisa, transferência de tecnologia e sanidade, para impulsionar processos mais competitivos e certificar-se, de forma mais segura, os aspectos sanitários dos produtos que se está oferecendo no mercado.

Em definitivo, pensamos que a Bolívia tem, de acordo com a tônica desta mesa redonda, em termos de caracterização de oferta, potencialidades, idéias, por onde pode participar ativamente de processo de integração. E, através do processo de integração, vincular-se mais efetivamente com o mercado internacional.

Creemos que a situação política da Bolívia foi um elemento importante neste sentido. Podemos falar da consolidação democrática, a partir do ano de 1982, que se a veja como algo definitivo, apesar de ser sempre um trabalho de construção permanente. A nova política econômica não tem produzido estabilidade, abertura e regulação dos mercados. Avançou-se nas transformações institucionais,

modalidades absolutamente inovadoras, para o que é a realidade na América do Sul.

Conta-se com acesso ao mercado diversificado, através de diversos convênios e instrumentos do comércio internacional. Vemos que há um aumento de diversificação da oferta exportável de soja e algodão, que se agregam à oferta anterior tradicional de açúcar, café, castanha e borracha, como mencionamos anteriormente. Porém, vemos que temos problemas fundamentais de baixa produtividade da mão-de-obra e de pobreza, para resolver. Algumas luzes amarelas para não dizer vermelhas, por que não devemos ser alarmistas, aparecem, com respeito a alguns elementos da sustentabilidade desta situação, destas tendências.

A Bolívia tem feito bem seus deveres, cremos; tem melhorado e trabalhado de acordo aos ajustes econômicos e aos ajustes estruturais implantados na nova política econômica do ano de 1986. Tem-lhe dado permanência no tempo, têm-se cumprido com seriedade com todos os seus requisitos. Porém, apesar de tudo isto, vimos que não é suficiente para impulsionar um processo de crescimento com equidade e sustentabilidade, capaz de combater a pobreza e a segurança alimentar, como elementos centrais.

Do ponto de vista da integração regional, creio que há alguns aspectos que devemos considerar, a parte de tudo isto que temos mencionado, para os quais normalmente não prestamos demasiada atenção. Gostaríamos de tocar no tema da localização geográfica da Bolívia, no coração da América do Sul, como elemento de vínculo e de ligação no trabalho para conectar o Atlântico e o Pacífico e vice-versa, e nossos mercados, nossa produção da América do Sul com os mercados Asiáticos. Bolívia é lugar de serviços derivados de sua própria localização geográfica.

O aspecto da biodiversidade, em sua mais ampla concepção, muitas vezes nos esquecemos do que pode significar, em termos de uma estratégia agroalimentar, do que pode significar, em termos de uma visão integrada de nossa economia regional no Sul da América, é feito de cotas com três pisos ecológicos, claramente diferenciados, desde as terras baixas, tropicais e subtropicais, até a cordilheira; produção de gado nos Andes altos, com espécies características, com as lhamas, as alpacas. Esse conceito de biodiversidade aplicada pode, por sua vez, contribuir de forma substancial à integração e à produção de uma agricultura convencional, onde existem 200 variedades de batatinha, por exemplo, com seu germoplasma bem reconhecido; os cultivos Andinos, a criação de gado Andino são uma reserva de espécies, de material genético que pode fazer contribuições muito

importantes, na hora de pensar em uma estratégia com uma visão fora das quatro ou cinco “commodities” tradicionais, que podemos vir a manejar.

Finalmente, pensamos que, para o Mercosul atuar como um bloco único e estruturado no setor agroalimentar, temos que estabelecer mecanismos institucionais de coordenação de política e apoio financeiro, para desenvolver uma economia agrícola integral e sustentável. É o marco de uma cooperação solidária entre os estados participantes. Já vemos as dificuldades e as necessidades, bem como as particularidades que apresentam alguns setores da agricultura da Bolívia, que se deveriam ter muito em conta na hora de pensar em propor uma estratégia geral, de ter uma visão geral do que é a nossa agricultura no Cone Sul.

Como um exemplo claro que não podemos deixar de mencionar, estão os elementos da atual negociação entre a comunidade Andina e o Mercosul, com relação à possível eliminação das preferências para a soja boliviana pela comunidade Andina, elemento que pode aparecer relativamente menos, desde a ótica do volume e da competitividade do desenvolvimento tecnológico dos países do Mercosul. Porém, pode representar uma dificuldade muito séria para a Bolívia. No caso de perder estas preferências, sobretudo em curto e médio prazo, esta transformação não permitirá processar, em curto período de tempo, a urgente necessidade de fortalecer a inversão social num país com as características da Bolívia. E todos os outros temos que compreender como a preferência para a soja boliviana na comunidade Andina tem muito que ver, em termos de uma estratégia geral para a nossa região e para ambas as quais a Bolívia está articulada.

Estes são os elementos principais do que temos observado em nossas discussões, na Bolívia, com grupo de técnicos vinculados ao governo, à universidade, ao setor privado e isto queríamos trazer e compartilhar com todos.

## **Palestra 3 – Chile**

Roy Rogers

Em primeiro lugar, queremos agradecer o convite e a possibilidade de participar deste evento, particularmente à UFPel, à SARGS e ao IICA, que tornaram possível esta iniciativa.

No Chile realizamos um fórum de discussão em torno deste tema, com a participação da Universidade do Chile, IICA, funcionários e personalidades do Ministério da Agricultura. Portanto, vamos mostrar a vocês algumas destas conclusões.

É um país de aproximadamente 4 mil quilômetros de comprimento Norte-Sul, que se estende entre os contrafortes da Cordilheira dos Andes e o Oceano Pacífico. Subdivide-se, administrativamente, em 13 regiões e tem um sistema de governo presidencial, eleito por voto direto, em que o executivo conta com 21 Ministros de estado.

Esta franja comprida e estreita, com uma louca geografia como dizemos, tem um máximo de pouco mais de 370 quilômetros e um mínimo de 90 quilômetros de largura Este-Oeste. Nesta superfície se desenvolve e vive uma população ao redor de 15 milhões de habitantes, dos quais 16% vivem na zona rural e 40% concentrados na capital Santiago, localizada na zona central do país.

Os variados recursos naturais com que conta o país possibilitaram uma florescente indústria de minérios, pesqueira, frutífera e florestal, que hoje constitui a base de seu desenvolvimento produtivo. Aqui estão, em geral, as atividades que constituem nosso PIB, onde se destaca a indústria manufatureira, o comércio, os serviços financeiros, que dão conta de uma estrutura bastante variada e típica de um país em etapa de desenvolvimento.

A atividade silvo agropecuária participa de 6% a 9% do PIB e concentra 17% da força de trabalho existente no país.

### **1. Evolução da política nacional de desenvolvimento**

Para compreender o processo de expansão que experimentou a agricultura chilena, nos últimos 20 anos, tem-se que conhecer o que tem sido a evolução da política nacional de desenvolvimento, durante este período. Até o ano de 1973, o país havia implementado uma política de substituição de importações, igual ao resto da América Latina. Nossa evolução partiu de que essa iniciativa já havia se esgotado.

A partir do meio da década de 70, inicia-se um período de ajuste, que se traduz em abertura da economia aos mercados externos, propiciando um processo de transformação do setor silvo-agropecuário, especialmente notório nos setores frutífero e florestal do nosso país. A partir do ano de 1990, durante os dois governos democráticos, tem-se implementado o que chamamos uma política de desenvolvimento sustentável, que persegue consolidar e aprofundar a democracia e a justiça social, através de obtenção de adequados e sustentáveis níveis de crescimento econômico, assim como lograr uma distribuição equitativa dos benefícios do maior crescimento alcançado e que esse bem estar não signifique a deterioração dos recursos naturais.

No que diz respeito à política exterior, o Chile é forçado a aprofundar sua integração como resto do mundo, aproveitando seus vínculos econômicos e políticos com a América do Norte, Europa, Ásia e Pacífico. O Chile é membro fundador da ONU, pertence à Organização dos Estados Americanos e participa da maioria das agências especializadas destas entidades.

É membro fundador da OMC, pertencente ao grupo do Rio, ao Foro e à Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico e membro pleno do Conselho Econômico da Bacia do Pacífico.

Esta participação e a orientação política correspondente resultaram no desenvolvimento que o Chile tem alcançado desde o ano de 1983, onde se evidenciam os resultados desta estratégia. Um país como o nosso, com um mercado interno reduzido, requer uma participação ativa no mercado internacional, para manter um incremento sustentável de super-taxa de crescimento. Iniciou este processo com os países mais próximos da região, para logo integrar-se, esperamos em um tempo breve, com o NAFTA e a União Européia.

O Chile é um firme partidário da liberdade de comércio, mantém uma taxa paralela de 11% para suas importações, o que faz com que sua economia seja uma das mais abertas do mundo. Hoje, em nosso parlamento, estamos discutindo uma nova decisão unilateral, que baixará nossas taxas a 6%, em 3 anos;

A liberalização do comércio mundial, então, constitui uma prioridade para o Chile e com este fim, empregamos todos os esforços econômicos dos quais nos corresponde participar.

Quais são os resultados que vão surgir a partir destas definições, destas ações? A estratégia econômica e social desenvolvida no país, baseada em uma combinação equilibrada de crescimento econômico, mais empregos, melhores

remunerações, baixa inflação e redução da pobreza, tem significado quase 100% de crescimento sustentável nos últimos 10 anos, a uma taxa média de 7% anual. Neste período, o PIB chileno superou amplamente a média de crescimento mundial, incluindo a dos países desenvolvidos. E superou mais de 3 vezes a média da região.

Uma das causas de maior crescimento econômico tem sido o notório crescimento das exportações nos últimos 10 anos. Neste período, estas têm sido incrementadas desde 4.200 milhões de dólares a mais de 17 bilhões de dólares, quer dizer um aumento de mais de 400%.

Este é o nosso comércio exterior, o nacional e o silvo agropecuário; estas são as nossas importações nacionais e silvo agropecuárias no período de 1990 a 1997. Assim mesmo, as exportações têm-se diversificado, não só quanto ao tipo de produto, se não aos mercados de destino, chegando hoje em dia, a quase todos os continentes. Mostramos já, um pouco, a diversificação da exportação do nosso país, com 33% para o Mercosul, à Ásia com 17%, América do Norte com 25%, Europa com 13% e América Latina com 8%.

Por outra parte, devido à estabilidade do país, devido à existência de regras e normas claras, o Chile se transformou num importante pólo de atração para os investidores, na América do Sul. O fluxo de capitais estrangeiros tem chegado ao país de uma forma muito significativa. Assim mesmo, a internacionalização da economia tem impulsionado uma corrente de inversões chilenas ao exterior, concentradas, em sua maioria, na América Latina. Dessas, um número importante corresponde à empresas de alimentos.

Porém, toda implementação destas iniciativas tem que ter um correlato no conceito de equidade. Nesta matéria, este crescimento nos tem permitido oferecer melhores oportunidades para nossa gente. Temos alcançado uma taxa nacional de desemprego que, em quase todos os períodos do governo democrático, isto é do ano de 1990 a 1998, tem permanecido em 8%. Graças ao manejo responsável da economia e ao incremento focalizado no social, neste período, a quantidade total de pobres tem diminuído drasticamente, durante os últimos 7 anos: cerca de 40% no fim do ano de 1980 e pouco mais de 20% em 1996. O desemprego está baixando entre 1987 e 1996. A indigência tem diminuído e uma tendência a baixar o número de pobres. Ainda não estamos absolutamente satisfeitos com esse resultado.

Com respeito ao tema silvo agropecuário, no contexto político e econômico, a agricultura chilena se tecnifica e diversifica e tem contribuído, de maneira

importante, ao desenvolvimento atual do país. Devido à sua privilegiada localização geográfica, o país conta com importantes condições que favorecem, em grande medida, a atividade silvo-agropecuária.

A localização do país no hemisfério sul do planeta, faz com que sua temporada produtiva permita um tipo de produção em épocas opostas às dos principais mercados de consumo dos países desenvolvidos.

Outro aspecto importante para nós, é o nosso isolamento geográfico, produto das barreiras naturais que tem o Chile. Isto confere ao país uma grande vantagem, do ponto de vista fito-zoosanitário, permitindo uma agricultura limpa, que corresponde às mais exigentes demandas internacionais. Conta com uma frente costeira estratégica sobre a Bacia do Pacífico, possibilitando o acesso marítimo aos mercados mais dinâmicos do início do século 21, constituindo uma via de entrada para os mercados do resto da América do Sul.

Paralela a Cordilheira dos Andes se encontra a Cordilheira da Costa, conformando uma dupla espinha dorsal, que percorre o país em toda a sua extensão, dando origem à chamada zona de depressão intermediária e à zona costeira. Temos a Cordilheira dos Andes e um corte através do território pela Cordilheira da Costa, formando a depressão central, um vale muito fértil, permitindo-nos desenvolver nossa agricultura mais importante. Por esta razão, é interessante constatar isto: somente de 10% a 12% de nosso território são planícies, o que determina uma marcada vocação florestal e de criação de gado.

A condição topográfica, unida à distribuição anual de temperaturas e chuvas, assim como radiação e condições de umidade conformam uma diversidade de zonas e climas agroecológicos, que se expressam no sentido longitudinal e transversal, desde um clima desértico na zona Norte, ao temperado e chuvoso na zona Sul. A alta diversidade agroecológica assegura uma produção permanente de produtos agrícolas, para satisfazer o autoabastecimento de alimentos do país, assim como a exportação de produtos agrícolas.

Do total da superfície continental do nosso país, 75 milhões de ha, 1/3 tem potencial silvo agropecuário. Destes a maior superfície corresponde a solos com aptidão florestal, seguem os solos com aptidão para gado, e solos aráveis e cultiváveis. É importante destacar que com potencial cultivável total, o Chile conta somente com um milhão de hectares.

Em termos econômicos, o setor silvo agropecuário chileno tem-se expandido a uma taxa de 5,3%, na última década. As exportações no Sul são

industriais ou processadas agrosetoriais. O incremento do valor em dólar das exportações totais silvo-agropecuárias, em termos reais, foi de 176%; dentro do que podemos denominar agro-industriais, o incremento foi de 260% em seu valor neste período.

O processo de mecanização tem-se manifestado em uma maior produtividade setorial. Por exemplo, no caso do trigo, o progresso nos rendimentos tem significado um incremento de mais de 200% neste período e no milho de 250%.

Porém, não podemos estar ainda tranquilos; enfrentamos uma série de desafios e dentro destes, em primeiro lugar, a muito significativa heterogeneidade de nossas estruturas produtivas, que têm experimentado um constante processo de mecanização, para atender as maiores exigências no mercado, e, por outro lado, existe um setor atrasado com respeito a esta modernidade.

Por outra parte, vemos como fundamental contar com uma visão renovável, a qual persiga as mudanças como oportunidades, mais que como ameaças ao seu desenvolvimento. Esta visão considera a atividade como um sistema, onde participam cadeias agroalimentares e agroindustriais, que compreendem a necessidade de articular-se com todos os agentes envolvidos na produção, até o consumidor final, onde a rentabilidade total do sistema depende de cada uma das etapas em si mesma.

Assim mesmo, ademais de exportar matérias-primas, minerais, florestais e pesqueiras, o Chile tem assumido o desafio de, ainda que pendentes em muitos aspectos, incorporar maior valor agregado às suas exportações. Hoje em dia encontramos muitos países competindo com nossas exportações de igual para igual, em muitos dos quais cremos teríamos vantagens bastante assegurada. Isto exige um incremento significativo de nossa eficiência nos processos produtivos. Por outro lado, para conseguir isto, estamos convencidos de que nossos agricultores tem que se transformar em empresários. É o trabalho diário e cotidiano, no qual temos chegado a grandes níveis, de acordo com os líderes de associações de nosso país.

Assim, nos damos conta que temos muito o que fazer em matéria de nossos recursos humanos. Há um compromisso muito significativo dos recursos humanos no setor. Hoje em dia, o marco de análises e de ensino e implementação de políticas requerem profissionais com uma visão mais ampla. A sustentabilidade e crescimento econômico requerem uma maior atenção. Requeremos proteger, recuperar e melhorar a produtividade do uso da água, fator escasso no Chile, em

uma parte importante de nosso território, e recuperar a fertilidade dos solos. Esses dois elementos constituem prioridade em nossa estratégia.

Por outro lado, temos que seguir trabalhando na concepção do setor público e privado, em função de estratégias e tarefas comuns. Há um tema que é matéria de desafio. Cremos que temos que fazer a modernização de nossa atividade pública e privada. Nossa estratégia da política setorial pretende desenvolver o setor ambiental, para que este consiga um desempenho rentável e competitivo, acorde com dinâmicas de desenvolvimento sustentável a longo prazo, tanto do ponto de vista econômico, como ambiental, e o processo de transformação e crescimento pode e deve incorporar aos pequenos e médios produtores.

Em síntese, nosso enfoque de política setorial pretende, por um lado, um cenário que seja transparente, de oportunidade aos atores, podendo desenvolver sua capacidade de competir. Porém, todos sabemos que nem todos chegaram num dado momento em igualdades de condições. Nesta política lhe cabe uma opção de discriminação positiva em função de dois critérios: um critério de equidade para os pequenos produtores, aqueles particularmente que não contam com ativos, nem com capacidades suficientes para apontar nossas estratégias de política setorial e, por outro lado, devemos discriminar em função da manutenção, proteção e incremento do nosso patrimônio natural.

Nossa gestão pública tem focalizado nossa ação em uma estratégia que chamamos de agenda estratégica setorial. Temos priorizado o Ministério da Agricultura, que tem uma gama impressionante de opções de política; temos priorizado em seis linhas de trabalho, fundamentalmente, nossa ação, que aponta precisamente a gerar um cenário competitivo e melhorar as capacidades, os ativos dos agricultores. Para isto temos focalizado uma extensão no desenvolvimento da irrigação, na recuperação da fertilidade dos solos, na preservação do patrimônio fito-zoosanitário que, para nós, é uma variável estratégica, melhorando a gestão, a inovação tecnológica, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do mercado. Por último, o desenvolvimento florestal que, para nós é uma variável muito significativa.

Em conclusão, gostaríamos de compartilhar com vocês algumas idéias. Cremos que é muito importante destacar que, em política agrícola, em desenvolvimento e evolução setorial, não existem milagres, nem mesmo modelos. Cremos que isto é fundamental, porque as vezes tendemos a olhar modelos e pensar que aqui existe algo mágico a usar. Isto claramente conhecem os agricultores, que os tempos são longos e se têm que semear para poder colher.

O que o Chile tem feito é assumir suas desvantagens e transformá-las em vantagens. Um país que está no extremo do mundo, com uma geografia muito complexa, tem buscado uma forma de tirar proveito destas variáveis. A abertura é mais um desafio e os desafios são uma oportunidade, uma parte da solução do problema.

Temos escutado, quando falamos do comércio internacional e pensamos que os países em geral foram todos iguais para poder ter comércio, que na realidade, para incrementar o comércio é preciso que existam as simetrias. O Chile, de alguma forma, tem assumido que a abertura não é garantia de êxito, pois há países que não tem ido tão bem. Não podemos pensar que a abertura, muitas vezes, é parte do problema, porque, claramente, a abertura não é a solução dos problemas. É um cenário onde temos que construir estratégias, institucionalidades, políticas, consensos e, portanto, a abertura é só uma parte do caminho.

Creio que em matéria de entender e assumir vantagens, a abertura como uma opção, o Chile está avançando, se podemos resumir, em deixar atrás as “commodities”, passando a produzir “delicatessen”. O Chile tem estruturas produtivas pequenas e jamais vai poder competir com países extensos, que produzem “commodities”. Nossa estratégia vai procurar transformá-lo num país que é capaz de produzir alimentos, de características fito-zoosanitárias de alta qualidade.

O comércio tem passado a ser a base e o veículo das mudanças a incentivar. A integração não se pode fazer, como temos escutado na América Latina, a custa da desintegração do nosso povo. O comércio é o motor do desenvolvimento, do crescimento, porém, paralelamente, tomam força estratégias de desenvolvimento rural, de melhoramento e preservação dos recursos naturais.

Estes três elementos, que até agora olhamos de forma autônoma, passam a ser o que chamam alguns de trilogia sistêmica que se potencia, que são facilitadores. Por último, de tudo que temos escutado, podemos definir, em uma frase, o que temos que fazer como países: melhorar nossa capacidade para competir, mas também desenvolver nossa vontade para cooperar.

Nesta fórmula, nesta equação que temos que resolver, cremos que há espaço para que os países compitam, que setores e subsetores possam competir, mas não podemos perder de vista um espaço muito significativo para cooperar e essa cooperação vai ser, sem dúvida, um bem para todo o nosso povo.



## Palestra 4 - Paraguay

Ricardo Pedretti

Em primeiro lugar, queremos agradecer aos representantes do nosso país, aos organizadores deste evento, tanto à UFPEL, ao IICA como a todos que se envolveram neste excelente evento. Cremos que é um momento oportuno para dele participarmos, tomando em conta a evolução recente de nossa produção do setor primário e o momento histórico que estamos vivendo no Mercosul.

Assim como escutamos do representante da Bolívia, o Paraguai ocupa uma posição central na geografia do Mercosul. O território é de 400 mil km<sup>2</sup> e a população de 5 milhões de habitantes, os quais, no contexto do Mercosul, equivalem a 3,5% e 2,5%, respectivamente. Como dissemos, em relação aos outros, não é que sejam pequenos, se não que o Mercosul é muito grande.

O país está dividido em duas regiões bastante diferentes entre si. A região Ocidental, uma área extensa, é uma grande planície, de baixa altitude sobre o nível do mar, basicamente dividida em Zona Sul, úmida, e em Zona Semi-Árida, que representa 60% da superfície territorial do país, porém alberga apenas 2% da população. Em contraste, a região Oriental possui um potencial mais produtivo e um habitat mais agradável para se viver, onde se concentra 98% da população e a maioria das atividades do país.

Em relação ao clima, temos, no extremo sul, uma zona de maior pluviosidade e temperaturas mais baixas, subtropical tendendo a temperada, até uma zona totalmente tropical e árida na fronteira com a Bolívia, no extremo Noroeste. O Trópico de Capricórnio parte o país em duas metades, a parte tropical e a subtropical, as quais determinam a grande potencialidade produtiva do país.

Quanto aos solos, temos o último mapa recentemente concluído, inclusive a nível de detalhes, com a cooperação do Banco Mundial, que se baseia na sétima aproximação da classificação de solos dos Estados Unidos. A região onde temos os solos mais férteis e, como veremos a seguir, a região com maior potencial produtivo, é, neste momento, ocupada por agricultores a que denominamos "farmers".

Para todos os efeitos práticos e com base na classificação por capacidade de uso, que é a que importa, vemos que, dos 40 milhões de hectares que constituem o país, a metade tem um potencial de uso com criação de gado, 27,3% tem potencial agrícola e 21,2% tem potencial florestal. Quanto à utilização destes recursos naturais, o quadro é outro. Temos, no Paraguai Oriental, milhões de hectares, mas dos 7 milhões de hectares que tem potencial agrícola, estão sendo

utilizados 2,5 milhões de hectares e, em contraste, a criação de gado está super dimensionada, ocupando 7 milhões de hectares, em vez de 2,5 milhões que lhe devia ter correspondido.

No Paraguai Ocidental está a maior potencialidade do uso da criação de gado, com 15 milhões de hectares, dos quais 9 milhões estão em baixo uso atualmente. A atualização agrícola é praticamente nula. A área de potencial florestal está representada por áreas silvestres protegidas e bosques com poucas espécies de valor econômico, posto que estamos em zona úmida, seca e semi-árida.

Quanto à biodiversidade natural, no componente flora, temos a relação existente entre pastagens e florestas da região Oriental do Paraguai Ocidental e do Paraguai como um todo. Podemos observar os últimos remanescentes da superfície original dos bosques na região Oriental, onde estamos com uma aplicação rigorosa da legislação vigente, para proteger o que resta do que conhecemos como a Mata Atlântica. São aproximadamente 1.800 mil hectares. Anteriormente, tínhamos, nessa região, 8 milhões de hectares. A diferença foi, basicamente, incorporada, nas décadas de 70 a 80, principalmente para a atividade de criação de gado, pastagens artificiais e por dois processos de colonização muito diferentes que ocorreram de forma simultânea.

Temos um ponto de partida, no fim dos anos 60, onde podemos observar o que é característico na região Oriental: extensas zonas de pastagens naturais, na zona dos vales, que estão, até agora, em relativamente poucas mãos de latifúndio pecuário. E, nas zonas mais altas, há, principalmente, agricultura camponesa de subsistência, criando um complexo latifúndio-minifúndio, que ainda se vem caracterizando nessas estruturas de ocupação do território, sem que se tenha visto mudança significativa nos últimos 20 anos.

Veremos que, durante os anos 70 e 80, grande parte da superfície ociosa foi sendo convertida em pastagens pelos estancieiros, para a exploração de gado anteriormente existente. Mas agora é muito mais moderna, com maior inversão de capital, para obtenção de gado de corte de alta qualidade, com as pastagens artificiais e ciclos curtos de produção.

Na faixa limítrofe à fronteira com o Brasil temos, aproximadamente, 1,5 milhão de hectares em ativo processo de colonização de grandes latifúndios privados, onde se incorporou à produção, um novo tipo de agricultura anteriormente não existente no Paraguai, que é a agricultura mecanizada empresarial, tipo "farmer".

Nas zonas tradicionais de ocupação do país, de colonização antiga, a situação de minifúndio extremo tem levado a uma altíssima degradação dos solos. Este tipo de panorama levou algumas das populações de pequenos produtores, principalmente do grupo sócio-cultural camponês, a abandonar progressivamente as colônias agrícolas, por problemas de degradação dos solos, buscando novas terras em áreas de reforma agrária, ou seja, a ocupar terras fiscais, terras públicas. Este processo se realiza desde a década de 50, até o fim dos anos 70..

Posteriormente, com a troca do governo e a entrada do país no sistema democrático, após o golpe de estado em 1989, estas pressões sociais surgem com súbita força e, novamente, se inicia a ocupação de terras, desta vez por um processo um pouco mais adequado, via negociação e aquisição de terras privadas. Entre 1989 e 1993, outro meio milhão de hectares foi distribuído a umas 40 mil famílias camponesas.

Este tipo de exploração camponesa baseia-se na exploração seletiva da biodiversidade pré-existente. Concretamente, apesar de todas as legislações que tem tratado de controlar e evitar a extinção de espécies que começa como uma exploração seletiva, termina sendo uma destruição. Também temos que considerar, de acordo com o último censo agropecuário, do ano de 1992, que temos uma estrutura agrária com tendência de repartir a terra de uma maneira extremamente assimétrica.

Apesar de todo o processo de colonização, do aparecimento de um novo tipo de agricultor, que é o "farmer", e da reforma agrária realizada com as populações camponesas, temos, entretanto, uma altíssima concentração da terra. Dos 40 milhões de hectares que compõem o território nacional, 23 milhões estão sendo usados. Dos 23 milhões usados, 19 milhões estão em poder de 5% de proprietários, que são criadores de gado de forma extensiva. Mais de 80% da população dos proprietários das fazendas, equivalentes e umas 254 mil fazendas, são pequenos produtores majoritariamente, porém não exclusivamente camponeses, com parcelas iguais ou inferiores a 20 hectares por família. Desse modo, quando nós tratamos estes temas de produção, abastecimento do mercado interno e exportação, não estamos somente abordando aspectos econômicos produtivos, se não, também, este tema que tem profundas implicações de origem social e, portanto, político, em nosso país.

Vamos nos referir ao capítulo do capital físico. Em geral o equipamento setorial é pouco, com respeito aos demais países da região, tanto quando se

considera as unidades produtoras, como fora delas. Os equipamentos, máquinas, implementos, galpões, armazéns de grãos, são poucos. Existe uma grande disparidade, especialmente quando comparamos os extratos de pequenos produtores camponeses com a agricultura mecanizada do produtor "farmer".

Existem drásticas diferenças entre grupos sócio econômicos de nosso país. Podemos dizer que temos uma população econômica altamente heterogênea, ou assimétrica, porém, atrás destes conceitos, há um forte componente de injustiça social. Este pesa fortemente na vida política e social do nosso país, em especial desde que estamos nesta década de democracia, na qual temos conquistado e temos progredido enormemente nas liberdades conseguidas, utilizando, como instrumento, todo o desenvolvimento econômico, com as exportações como objetivo fundamental, dada a pequenez do mercado interno. Devemos prestar atenção aos temas que conduzem à equidade. Devido às disparidades mencionadas, precisamos dizer que, no Paraguai, a média não é a melhor estatística, mas sim a variância.

No que se refere ao capital humano, a população rural alcançou, em 1995, a 2,5 milhões de habitantes, representando 47% do total. Destaca-se o elevado índice de ruralidade do Paraguai, o qual duplica o índice do Mercosul. No censo de 1992, pela primeira vez, tivemos um pouco menos da metade da população na categoria rural; em 1960 tínhamos 65% da população como rural; atualmente, voltou a ser a metade. Porém, com o processo de imigração rural-urbano, prevê-se que estaremos, nos próximos 20 anos, seguindo as tendências atuais, com um índice de urbanização de 73%. Isto não significa que a população camponesa diminua, mas sim o contrário, posto que temos, a exceção do resto do Mercosul, um dos mais elevados índices do aumento de crescimento da população, com 2,7% a 2,8% anual cumulativo.

A força do trabalho setorial da população agropecuária economicamente ativa era, no ano do censo, 1992, de quase 500 mil pessoas, o que representa ao redor de 24% da população rural, registrando uma força de trabalho hoje estimada em 580 mil pessoas. Por outro lado, a população dedicada à atividade agropecuária possui um nível de instrução baixo, pois 80% dos trabalhadores neste setor finalizaram apenas o nível primário de escolaridade. O Paraguai tem uma baixa taxa de analfabetismo, porém a deserção escolar é sumamente rápida nos níveis primários. É um sério problema que temos a superar no futuro.

Repisamos que, de toda esta população, 98% está concentrada na região Oriental e esta heterogeneidade de distribuição tem profunda importância política, social e econômica.

Nas zonas novas de colonização, a grande maioria dos camponeses assentados possuem propriedades de 15 a 20 hectares. Das 254 mil estâncias de pequenos produtores, ou seja, com até 20 hectares, a metade são minifundiários com menos de 5 hectares. Este dado tem profunda significação no que respeita à política e ao desenvolvimento agropecuário, especialmente às exportações, até como uma forma de gerar ingressos melhorados para estes extratos populacionais.

Em outras palavras, os camponeses de subsistência, com os "commodities" tradicionais que produzem, não alcançam os benefícios da exportação. São camponeses inseridos no mercado e necessariamente devemos levar-lhes produtos e hortifrutíferos com bom valor agregado, como grande estratégia nacional, para solucionar vários tipos de problemas ao mesmo tempo.

Temos um outro tipo de cenário, a imagem típica da zona denominada dos "farmer", que representa, conjuntamente com grande parte do setor de criação de gado, os setores modernos. Temos algumas histórias produtivas em marcha neste momento: a dos setores modernos, empresariais, a pecuária tradicional e a agricultura "farmer", com uma tendência crescente de progresso, e a com sérios problemas, em crise, formada pelos setores camponeses de pequenos produtores.

O problema do camponês sem terra, que representa aproximadamente 5% dos camponeses, determina que o governo tenha que intervir, para resolvê-lo. Não temos alternativa, não podemos esperar que, de alguma maneira, a dinâmica própria do mercado vá à cidade. Não existe um amplo consenso no país de que todas as políticas que tivemos, inclusive as negociações para mercados futuros, devem servir a nós como uma oportunidade para resolver este tipo de desafio.

Quanto ao PIB, o Paraguai tem dependido da produção primária. Vemos que do PIB total, 26% é gerado por atividades agropecuárias e florestais.

Temos extratos populacionais bem diferenciados. Na nova constituição não o reconhecemos como um país pluri-étnico e multicultural, portanto devemos empregar políticas absolutamente diferenciadas, em busca de uma maior equidade, se é que pretendemos ser um país livre e democrático no futuro.

Entre as realizações mais importantes deste setor podemos mencionar as que se referem, especialmente, à parte de produção, comercialização e, sobretudo, exportação. O reconhecimento internacional do Paraguai como um país livre de

aftosa não tem reaberto as portas à nossa produção pecuária nos mercados internacionais, ainda que a mais tenhamos deixado de exportar durante todos os 20 anos que estivemos sem título de país livre de vírus. Temos exportado para a Europa, somente carne conservada e também carne resfriada e congelada aos países do Mercosul. Porém, neste momento, temos abertos para nós qualquer dos mercados do mundo. A médio e longo prazo os produtos, as carnes, passarão a ser parte de nossa vantagem comparativa e competitiva tradicional. Nestes 20 anos, o setor pecuário tem feito um esforço extraordinário no que se refere à composição genética do bovino de carne e a melhora genética obtida neste lapso prolongado não nos permite sermos qualificados como país exportador de carnes de alta qualidade. Mas, o aspecto sanitário pecuário, atualmente, nos posiciona muito favoravelmente e já estamos perseguindo o incremento das exportações.

Devemos mencionar que se tem duplicado de 5 para 10 milhões o número de cabeças de gado de corte. Entretanto, temos um grande potencial para aumentar este número de animais. Porém, com a abertura da fronteira agrícola, será melhor ainda, com o incremento da produtividade e com a intensificação da pecuária de cria, nos 16 milhões de hectares de pastagens naturais.

Cada ano, para nós, o setor “farmer” tem produção recorde. Até agora não temos parado, não chegamos a nenhum teto. Por culpa do El Niño, não chegamos a meta dos 3 milhões de toneladas de soja neste ano, mas a tendência segue sendo ascendente. No caso do trigo, a grande restrição que temos é o preço do mercado internacional que está entre 100/110 dólares por tonelada. Nos auto-abastecemos e exportamos umas 350 mil toneladas às províncias nortenhas ou aos estados brasileiros vizinhos. São pequenas quantidades até 100/150 mil toneladas por ano, tendo em conta o estado estacionário de nossa colheita.

No caso do milho, a troca interna tem recebido um impulso espetacular, assim como as exportações, principalmente para produção de aves e suínos no Brasil, cobrindo os déficits estacionais. Outro ganho importantíssimo, sobretudo no caso da agricultura “farmer”, tem sido a mudança tecnológica da sementeira tradicional, com todos os problemas erosivos e a degradação dos solos, substituída por outra mecanizada (plantio direto), que garante o uso sustentável do solo.

Este esquema com a sementeira direta, a rotação de culturas e a inclusão de alguns adubos verdes, como o que vemos nos sistemas de produção em cadeia, não somente nós o temos conseguido, mas é um ganho do Mercosul, com pouca publicidade. Porém é o que consideramos a segunda “revolução verde”.

Podemos ver que atrás do algodão está o camponês. Este é o cultivo pilar de exportação do setor camponês. Vemos a tendência decrescente e os grandes altos e baixos que estão acontecendo, por dois tipos de problemas: o El Niño e uma praga que se introduziu por toda a nossa região produtora, mas, sobretudo, pelo estancamento dos preços internacionais.

Podemos ver, nos outros produtos, uma tendência favorável. Entretanto, continua uma explosão da produção no caso da soja, como principal cultivo de exportação, que gerou no ano passado, 500 milhões de dólares ao país. Ao setor de carne começa a haver exportação melhor remunerada. Segue o setor madeiras e o de "outros", que são os subprodutos industrializados, com um valor agregado intermediário.



## Palestra 5 – Uruguay (I)

Julio Preve

A estrutura da palestra vai ser um pouco diferente, porém, quanto aos aspectos relativos à apresentação geral do país, que tem feito os que me antecederam, os damos por suficientemente tratados na documentação abundante reunida para a realização deste seminário.

Vamos deter-nos mais no que chamamos de reforma política pública de segunda geração, que constitui o desafio mais importante para o país, na próxima década, e que é motivo do seminário. Vamos apontar algumas idéias para a conformação de uma estratégia comum, quer dizer, apontar reflexões vinculadas ao que consideramos problemas desta região e desafios associados à estrutura e negociação internacional, tanto entre nós do Cone Sul, como, fundamentalmente, com respeito à ronda do milênio e à nossa negociação com outros blocos econômicos.

Sem dúvida e pela obrigação que estabelecem os termos de referência, ainda que com um mínimo resumo do desempenho recente da economia uruguaia, da reforma de políticas públicas operadas a partir de 1990, vou abordá-los superficialmente, por que existe documentação abundante a respeito.

Nosso setor agropecuário compõe entre 10% e 11% o PIB da economia uruguaia e podemos considerar que, do valor agregado nacional, muito próximo a 50% do PIB o compõem, ademais da produção agropecuária “estrito censo”, o agregado da indústria de origem agropecuária e dos serviços vinculados a ela.

O elemento mais destacado, desde o ano de 1990, é que o crescimento do setor agropecuário, do produto agropecuário, se vem realizando a taxas consistentes, superiores ao resto da economia, que tem sido bastante importantes, e que compartilhamos com o Chile as taxas de crescimento mais importantes da economia “per cápita” da América.

O fenômeno importante que caracterizou a economia agropecuária durante décadas foi seu importantíssimo estancamento produtivo, medido através dos indicadores clássicos. Importante é falar que existe registro de 35 anos anteriores ao ano de 1990 com estancamento produtivo, num contexto de uma economia também relativamente estancada.

O importante é, também, que o crescimento do setor agropecuário, na década de 1990, se dá basicamente em todos os setores, com a única exceção da ovinicultura, que mostra um importante retrocesso, com caídas significativas em

todos os indicadores produtivos, com perspectivas difíceis para médio prazo e, por certo, uma reestruturação da economia rural vinculada à baixa demanda e conseqüentes preços do mercado.

Com estas exceções, que são quantitativamente importantes, na ovinicultura e algumas produções vinculadas ao mercado interno, basicamente o açúcar e algum outro produto mais, o país tem um importante crescimento de seu produto agropecuário, que lhe é dado pela expansão da produtividade de todos os demais produtos.

Assinalamos, a título de exemplo e com informações abundantes, uma troca importante na agricultura de cereais de inverno, com opção de emprego de pacotes tecnológicos, que levam a conversão do Uruguai, nesta década, de exportador de produtos como trigo, à consolidação de sua condição de exportador de malte, cevada e de todo o complexo de malte e que duplicam, também, a produção de girassol e de sua exportação nos últimos cinco anos. Consolidou-se, também, um processo de exportação de arroz, incorporando novas técnicas ao cultivo e diversificando sua oferta de exportação, mais ao Brasil do que ao resto do mundo, com arroz de primeira qualidade.

Conforma um paradigma produtivo e agrícola associado, naturalmente, a uma troca técnica vinculada com a generalização do uso de agrotóxicos, com escalas de máquinas absolutamente superiores às que eram usadas antes da década de 90, com uma forte mudança, já mais difícil de medir, na característica de gestão empresarial, onde aparecem novas figuras vinculadas à terceirização de parte do processo produtivo e à generalização de serviços vinculados à produção.

Para nós e para o que estamos analisando, o tema gestão é sem dúvida mais importante, porque era o que mais se associava ao estancamento da economia uruguaia. O desenvolvimento da pecuária de carne, operado a partir da década de 90, requereu a maior quantidade de medidas regulatórias e políticas, a partir de 1990, para atender aos ditames da abertura econômica e sua regulação produtiva.

Na pecuária de carne havia se desenvolvido uma estratégia de mínimo custo, mínima produtividade, vinculada à necessidade de neutralizar os riscos derivados da contínua intervenção econômica do governo. A formalização de uma nova política econômica estabeleceu transferências positivas muito significativas à renda no setor pecuário, tradicional ponta de economia uruguaia face a outros setores econômicos industriais, de serviços e outros.

Este processo gerou importante documento, que contém o que deveria ser a mudança técnica num setor absolutamente estancado durante décadas e que foi o emblema até de posições políticas, que o identificavam como um bom exemplo do estancamento e da necessidade de reformas.

Naturalmente, aqui no Rio Grande do Sul são mais conhecidos também nossos progressos em outros setores, que tem continuado seu impressionante crescimento na produção e na produtividade, como o setor leiteiro. Só neste ano, graças ao El Niño, cresceu 13% em sua produção, ainda que as cifras devam ser tomadas com reservas, porque no ano passado cresceu muito pouco, devido a La Niña.

Da economia uruguaia em geral, não é conhecido o coeficiente da abertura externa da economia, que está ao redor de 85%. É importante se relatar que o país tem desenvolvido uma grande luta contra a inflação. É importante assinalar que a autoridade fiscal, a continência monetária, o cuidado zeloso a um eventual grande desequilíbrio da economia se fez sem os custos sociais que têm gerado, muitas vezes, políticas de choque, levadas adiante por outros países.

Neste momento, as últimas informações nos mostram um país sem déficit fiscal ou até com um livre superávit fiscal, se não se toma em conta como um componente importantíssimo do déficit fiscal, que nos leva quase dois pontos percentuais do produto, que é o financiamento da previdência social. O novo regime transforma o chamado de "solidariedade internacional" num regime de investimentos pessoais, sem abandonar por completo o regime anterior de solidariedade. Neste tão clássico costume uruguaio está um pouco de todos os modelos.

É um país sem problema da dívida externa líquida, depois da negociação realizada no começo de 1990 e em 1997.

Estamos com um crescimento importante na importação de bens de capital, que dá uma idéia de uma economia não somente em expansão, se não equipando-se, o que abre perspectivas interessantes numa economia agropecuária em crescimento, a uma economia em geral em crescimento, equipando-se e inserindo-se crescentemente no mundo, cuidando de seu equilíbrio e mantendo-o.

As cifras da CEPAL nos situam bem, a respeito da pobreza e indigência, concebida esta última como a quantidade de gente com necessidades básicas insatisfeitas. É um país que, junto ao Chile, tem crescido não somente em valores absolutos, quer dizer na redução do número de pobres, se não em termos relativos à distribuição da riqueza à sociedade que o Uruguai tem neste momento. Esta

vantagem importante é perfeitamente compatível com um fenômeno da sociedade moderna, que é o crescimento da marginalidade. Nosso Ministro da Economia assinalava como um grande desafio para a gestão imediata, nos próximos anos, a existência de 150 mil marginalizados no Uruguai, para uma população de 3,5 milhões de habitantes. É um número menor, porém com uma característica muito especial, que é de 80% dos marginais se concentrarem em Montevideu e de 46% serem menores de 17 anos.

Há um capítulo de trabalho, que se refere a explicar o crescimento da economia agropecuária em geral do país e quais são as mudanças mais importantes da política pública, ocorridas durante a década de 90. Não vamos cair no lugar comum, que tem sido citar a abertura e a desregulamentação, por terem sido as condições necessárias, porém insuficientes.

O que aconteceu no Uruguai, a partir de 90, a partir de primeiro de março de 90, e convertido em política de estado, ainda depois da mudança de governo, foi a formulação de uma verdadeira política agropecuária, que teve a peculiaridade de ajudar a linha geral da abertura, ao contrário da atuação anterior de autoridades do setor, que muitas vezes operavam através de imposições sanitárias, de fronteiras e regulações, em oposição aos objetivos gerais da política econômica.

O ponto central, para não descer as medidas concretas, foi golpear, através de uma série de instrumentos, não muito importantes do ponto de vista quantitativo, a formação do preço, como vamos ver imediatamente, se não a formação de expectativas. Havia uma série de interpretações sobre o estancamento produtivo do nosso país. Vieram todas as propostas de reforma agrária e políticas, que tentavam operar reduzindo e desapropriando, sobre as estruturas sociais de produção, tamanho e tenência da terra. Assim têm sido muitos projetos que alguns países implementaram.

A outra biblioteca que está atrás da reforma de políticas públicas operada nesta década, partia da hipótese de que as decisões da produção de consumo se orientam, basicamente, em função das reações dos preços ou das expectativas, das relações de preços dos agentes. É que, para poder expressar o potencial inverso, a partir de uma expectativa de reações de preços favoráveis, era necessário fazer duas coisas: primeiro despejar essas relações de preços de intervenção central sobre o mercado e segundo golpear a formação de expectativas dos agentes, com medidas de políticas de caráter emblemático. Vamos citar algumas. Até o ano de 1989, o país tinha um estoque regulador de carne de gado, que tinha o sonho de

gerar preços baixos para o consumidor no inverno, como qualquer estoque regulador. Eram 20 mil toneladas. Não querem dizer nada no nosso consumo, porém, o impacto na formação de expectativas foi negativo. Eliminou uma previsão de exportar couros, por exemplo, quando o couro, na realidade, para a pecuária, é um subproduto. Não se tinha nenhuma previsão de exportar gado vivo, quando o fundamento era estabelecer um piso ao preço interno, determinado pela disparidade de exportação.

A reforma da lei de arrendamento rural estabelecia que quem conseguia um campo arrendado podia ficar nele além dos prazos legais, quer dizer, por imposição de ordem pública, ignorando prazos dos contratos, e que a renda poderia estar sujeita à revisão por parte do arrendatário, deixando fora o estabelecido no contrato. As mudanças no texto da lei recuperaram a livre contratação dos arrendamentos, fato muito importante, não somente por franquear uma possibilidade de acesso à terra e por golpear a formação de expectativas dos pecuaristas.

Há abundante informação sobre o que alguns chamam de “a instrução de vantagens comparativas” que estabeleceu o Uruguai. Ao estabelecer uma estrutura de impostos incompatível com a vocação de país exportador, tem que ser pela magnitude do seu mercado interno. Por isso dizemos que desde 1929 até 1990 nunca chegamos a esta prática, mas a inserimos progressivamente. Hoje podemos fazer estudos econométricos e medir quanto implica a produção de bens exportáveis ou o aumento nos impostos de importação, porém isso é um artifício acadêmico, porque durante 60 anos não pudemos fazê-lo politicamente.

Em 1990, pudemos começar a abordar as coisas na sua origem natural. A abertura e a desregulação nestes países são, em nossa opinião, caminhos para levar esses países ao que foram no fim do século.

Enfim, a eliminação de transferências entre setores econômicos, a incorporação de transparências nas relações de preços, o golpe na formação de expectativas dos empresários é o que definitivamente explica o desenvolvimento alcançado, sem esquecer de uma importante reforma tributária ocorrida em 1996, que recorre a este princípio de igualdade entre setores econômicos, desprezando e tentando igualar a pressão fiscal entre setores e, ainda, dentro do setor agropecuário, entre seus subsetores.

Há um capítulo que é a reforma de política pública de segunda geração, que tem a ver com tudo o que é reforma dos serviços. Como sabem, os serviços não tem competitividade tão associada à escala como a produção material agropecuária

ou industrial. Portanto, para o Uruguai, é decisiva a desregulação dos serviços e monopólios do estado e dos setores de turismo. Há, pois, uma quantidade de temas sobre os quais se tem que avançar, por fazerem a identidade própria do país, e que não são tão dependentes de escala, como são as atividades sem competitividade em outros produtos, nos quais o Uruguai pode ser competitivo.

Quanto aos desafios que temos pela frente, aqui estão algumas reflexões vinculadas à necessidade de se refletir sobre a próxima rodada da OMC, a que vamos estar todas presentes. É uma opinião que foi largamente fundamentada no fato de se discutir exportação frente a países que desenvolvem subsídios para a exportação. Parece-nos muito mais importante concentrarmos os esforços na retomada do conceito dos acessos. Cremos que são infinitos os caminhos pelos quais se abrirão novas barreiras aos acessos vinculados ao meio ambiente, qualidade e a uma quantidade de temas sobre os quais existe maior profissionalismo. Porém, desde o ponto de vista da ameaça maior à produção como a nossa, que são os subsídios, que se vá querendo estabelecer uma disciplina que conduza a solucionar as atitudes protecionistas dos europeus. Ademais, está nascendo entre eles um gigantesco esforço em mantê-los, em função de sua realidade política. Não adianta somente os brasileiros defenderem sua extinção na mesa, quando, na realidade, há um processo em marcha e existem outros mecanismos mais sutis, pelos quais podem complicar as negociações internacionais.

O que é certo é que nossos países não poderão continuar um relacionamento político com outro grupo econômico, deixando de lado o tema agropecuário. Não cabe dúvida que o relacionamento político é muito mais que o relacionamento comercial, mas não pode haver relacionamento político se não se começar pelo comercial. Por isso, custa-me tanto entender a OMC, onde existem 32 nações que não somente são diferentes em coisas elementares, como que ignoram a coexistência aqui de exportadores de alimentos. Países com tradições européias, hispanos ou ibero americanos, ibéricos, de língua inglesa, de língua francesa, brancos, negros, distintos, com uma identidade que não encontra mais que o contorno geográfico do continente.

É importante para países como o nosso a abertura comercial, que nos permite provermo-nos de equipamentos de que hoje não dispomos. Se não começam a encarecer pelo efeito dos impostos externos comuns, poderíamos, por um acordo de livre comércio, ter bons equipamentos da Europa e EUA. Porém,

parece-nos muito pobre, em termos de Mercosul, como argumento para montar a estratégia da reunião.

Queremos terminar com um par de reflexões sobre o Mercosul. O Mercosul é uma avançada forma de comércio, algo que nós os burocratas, que trabalhamos nas negociações internacionais, nos surpreendemos muitas vezes com algumas coisas que se relacionam a análises de temas de fronteiras e outros. O povo encarrega-se de fazer crescer o comércio e pressionar as regulações.

Para o Uruguai, quase 50% de seu comércio hoje em dia está concentrado no Mercosul, tanto de importações como de exportações. Qual é o desafio para a estratégia agroalimentar no Mercosul? Queremos deixar projetado aqui, antes de terminar, que existe um grande desafio por diante, que é começar a pensar nos problemas comuns. Aí vamos entender como comuns, como próprios, os êxitos e os fracassos de nossos vizinhos, que já não são somente vizinhos, mas que compartilhamos um caminho comum.

É preciso, para poder realmente tomar e ter posições políticas comuns, poder entendermo-nos muito melhor. O que queremos dizer com isto? Que um país deve ter muito claro que os problemas do feijão, algodão em vastas zonas do Brasil, são também nossos problemas. Que a pequena produção leiteira, uma que já conhecemos, a de Minas Gerais, não é alheia a nós, e é também nosso o êxito agrícola e leiteiro de Goiás. Temos que ver as coisas deste modo, para pensar em comum, ou considerar os problemas que temos que entender, os problemas que tem a indústria curtidora de Novo Hamburgo e a luta de alguns estados para ficarem livres da febre aftosa. Também temos que entender o problema do algodão no Paraguai, como funciona a economia ervateira no Paraguai, que é associada a uma identidade cultural de uma raça inteira e que tem expansão até por aqui, no Uruguai, em Pelotas e em outros lugares mais.

Na Argentina, temos que começar a sentir como nossos os problemas de desemprego em zonas aparentemente afastadas geograficamente, que, no entanto, tem que estar próximas do nosso coração. Podemos analisar este tema em termos de competitividade e em termos de índices deste tipo, mas é um absurdo; temos que analisar este tema com outra visão.

O Mercosul pode ser um espaço geográfico, um espaço econômico, ou um verdadeiro comércio, termo que incorpora elementos da vizinhança de projetos comuns, de sentimentos afins. O que tem de diferente no Mercosul pode vir a ser um projeto político comum, por termos raízes comuns e problemas que teremos que

lutar para sentir como comuns. Há um mecanismo de relações que não deve ficar de fora. Se um agricultor do RS se prejudica pelo ingresso de produtos do Uruguai, mais baratos, não consegue entender que este agricultor é seu colega. Também teremos que visualizar os temas assim, do contrário não será um projeto político.

Terminamos com a referência de agradecimentos a esta cidade, a qual já conhecíamos, que resume muito bem parte destas coisas que estamos falando, por ser uma cidade que se formou com gente vinda da Colônia do Sacramento, que os portugueses fundaram no meio do império espanhol, que obrigou a fundação de Montevideu e termina sendo base da fundação de Pelotas. Esta cidade conhecida por uma economia agropecuária como a nossa, onde nos encontramos com o feito de fundação, em julho de 1812, coincidente com o ano mais importante para definição de nossa identidade como país independente.

Terminamos com uma frase. "O Mercosul não é um capricho, nem um cometa que desaparecerá, é o resultado de uma lógica histórica, política e cultural. É a decisão de nossos países para unirem-se e somar forças em benefício de nosso povos". Dita por João Felipe Lampréia, nada temos a agregar.

## Palestra 5 – Uruguay (II)

Alvaro Ramos

Creemos que a própria metodologia e o próprio desenvolvimento deste seminário afirmam a idéia da utilidade de uma busca do aperfeiçoamento do processo de integração regional. Creemos que todos que falaram na Mesa Redonda de hoje expuseram, com muita clareza, que o Mercosul é uma realidade importante, porém temos que aperfeiçoá-lo e, em particular, aperfeiçoar a realidade agrícola.

Entendemos que a agroindústria, a distribuição e as cadeias produtivas tem muita importância na definição das práticas do comércio. Potenciar as atuais correntes de comércio em definitivo está demonstrando, em nosso ponto de vista, a necessidade de existência de uma rede de intercâmbios. É preciso adotarmos, em última instância, um instrumento para melhor analisar a realidade econômica, para melhor atuar sobre a realidade do Mercosul e para melhorar a qualidade na formulação da política pública em matéria agrícola. Como se dizia recentemente, é necessário harmonizar, desde o momento de sua formulação, as políticas públicas agrícolas, dispor de informações confiáveis e em tempo real, sobre o comportamento da economia, e o setor sobre o comportamento das principais cadeias e complexos agro-industriais, que podem ser importantes e estratégicas do ponto de vista da sustentabilidade, para cada país. Em definitivo, o que se apresenta é o porque de um órgão para elaborar um pensamento estratégico regional, com relação à agricultura, no processo de integração.

Creemos que poderíamos resumir, até aqui, a necessidade e o objetivo sobre o qual estamos trabalhando, elaborar um pensamento estratégico, poder compreender os distintos pontos de partida, compreender os enfoques com os quais cada país se aproxima do processo de integração, compreender as realidades culturais, econômicas e sociais. Em definitivo, é preciso pensar sem limitações, não só administrar a conjuntura, que vai ser importante para os governos e governantes, porém, pensar na participação acadêmica, na geração do pensamento pertinente, no assessoramento no âmbito do apoio às decisões políticas. Este é um tema importante, para gerar o pensamento estratégico regional.

Vamos tratar brevemente dos temas, a partir do que julgamos ser o ponto de partida. Quais são as características do Mercosul de hoje? Temos uma maneira imperfeita, entre outras coisas, por exemplo, por não termos um código fitozoosanitário comum. São essas pequenas coisas que travam o comércio. Vamos

mostrar, depois, que definitivamente, temos que aperfeiçoar a operacionalidade do Mercosul.

Temos que evitar os impostos externos comuns, isto é, nos colocarmos de acordo sobre o índice do imposto externo comum, eliminar algumas dificuldades que, do ponto de vista conjuntural, às vezes se apresentam, a nível dos países. Temos que passar desta união imperfeita, que hoje temos, a um espaço econômico ampliado, desde a segurança alimentar, na qual se tem que entender alguns países, como o caso do Brasil, que a coloca como uma estratégia básica pelas demandas sociais de sua população, até outras formas de visualizar as vantagens do Mercosul, como a que tem o Uruguai, onde a abertura econômica lhe ajuda a competir. Requer-se harmonizar a formulação das políticas agrícolas e minimizar os conflitos, dentro do Mercosul, do ponto de vista político, econômico e comercial, consolidar a integração e potencializar as correntes do comércio, que se constituem em um bom desafio para esse pensamento estratégico regional.

Quais são os elementos que caracterizam o Mercosul? Estrutura institucional, a liberalização do comércio entre zonas, feito que implantamos em Assunção e, posteriormente, em Ouro Preto, em 1994, e a existência do imposto externo comum.

Os órgãos do Mercosul se tem regido, nestes anos, por dois princípios: pragmatismo e austeridade. Pragmatismo para sermos suficientemente compreensivos ante os problemas dos sócios e austeridade para entender que não criando uma grande burocracia internacional vamos evitar os problemas.

Temos que reconhecer, também, que conhecendo a relação institucional que se gera no Mercosul, estamos, ao mesmo tempo, reconhecendo a realidade do Mercosul. Não é um acordo supranacional, quer dizer, não compromete aos países mais além de suas próprias decisões políticas, não tem cláusulas de caráter supranacional, é um acordo intergovernamental, interestatal, somos quatro sócios e mais dois associados em equivalência de condições. Portanto, não há nenhum órgão do Mercosul acima de cada um dos governos. Não é o momento de tomar decisões que tendam a harmonizar a característica das políticas, neste caso das políticas agrícolas de cada um dos quatro países mais dois associados.

Um outro elemento que nos dá conteúdo de importância é a revolução progressiva linear e automática nas barreiras comerciais, que se vem fazendo desde as primeiras etapas do Mercosul e culmina no período de exceções, até 1998, para

Brasil e Argentina, e até 1999 para Paraguai e Uruguai, objetivos que viemos a alcançar e vamos concretizando.

O imposto externo comum é outro elemento distintivo na união aduaneira, junto com a política comercial comum, a qual exercemos nas negociações com a União Européia, com a comunidade Andina e com a ALCA, assim como a política agrícola comum que hoje exercitamos entre os quatro sócios e compartilhamos com os dois países associados, Bolívia e Chile.

O imposto externo comum do Mercosul tem sido sustentavelmente reduzido, de forma tal que as importações de bens primários, no momento da vigência total do imposto externo comum, terão um imposto médio de 6,3%, os semi-manufaturados de 9,4% e os produtos finais de 13,3%, Haverá exceções até o ano 2001 para Argentina e Brasil e até o ano 2006 para Paraguai e Uruguai. Recordemos que não estão contidos nestes acordos a que estamos fazendo referência, nem açúcar, nem o setor automotivo.

O Mercosul é, desde o ponto de vista do pensamento internacional, um acordo tributário de um pensamento regional aberto. Que quer dizer isto? Que o Mercosul é uma plataforma e não uma fortaleza; está criando para potenciar, para competir melhor, comercializar melhor, para nos integrarmos melhor no mundo, para tornar mais forte nossa capacidade de competir nos mercados internacionais, para estar de acordo, aceitar e atuar em função das regras gerais da OMC e não para nos defendermos do comércio extra zona. Vamos cumprir as regras do regionalismo aberto; teremos que ser consistentes com a proposta de que o Mercosul é plataforma e não fortaleza.

De alguma maneira, nós temos demonstrado, desde 1990 até agora, nossa disposição de cumprir tais metas. Recordamos que o imposto médio dos quatro países, em 1989, era em torno de 29% e em 1996 caiu para 11,4%. Mais de 60% do nosso imposto foi rebaixado, mais do que indicava a OMC.

Porém, nem só as exportações cresceram, também as importações. Não se pode acusar o Mercosul de fazer desvio de comércio; temos nos filiado ao regionalismo aberto, em que os países crescem exportando e aumentando de forma dramática as importações de fora da região. As importações em bloco desde o exterior incrementaram aproximadamente em 20% cumulativos, passando de um mil milhões de dólares em 1991, a mais de 78 milhões em 1996.

Não se pode, pois, acusar o Mercosul de fazer um desvio de comércio, porque temos sido consistentes com a definição do bloco, adaptando-nos e

trabalhando com as normas do regionalismo aberto. O fluxo de inversão direta até o Mercosul é importante. A quem diz hoje que a melhor maneira de começar a competitividade é pela auto estima, podemos demonstrar muito bem que os países do Mercosul tem sido exitosos em termos de transmitir, a nível internacional, credibilidade em seus processos econômicos nacionais, não só cada um dos quatro, como em conjunto. O Mercosul, como uma área com credibilidade para captação de inversões, tem hoje sete vezes mais em volume de inversões do que no início do processo de integração; são cerca de 15 milhões de dólares ao ano.

O produto bruto do Mercosul se pode demonstrar que tem crescido, apesar de cada diferença que os expositores expressaram sobre cada país, diferenças sociais, de distribuição de renda, problemas de produto interno bruto. Essa é uma forma muito fria de avaliar o contexto, mas marca que o bloco está bem encaminhado e que, em 1996, os países superaram o bilhão de dólares do PIB, o qual creio que vale a pena ser tomado em conta.

Por que dizíamos que vale a pena passar desta união aduaneira imperfeita que temos ao impasse econômico criado? Por tudo que se tem dito aqui, porque o espaço econômico implica a complementação produtiva, a especialização setorial, economias de escala e, sobretudo, a significação política internacional.

Não é um mero acordo comercial, podemos criar um espaço econômico ampliado, que nos permita melhorar nossa condição de competição a nível internacional. Queremos dar ênfase a esta visão e objetivo, se é que vamos conseguir realizar uma análise muito concreta, detalhada e acurada de como estamos formulando nossa política internacional e, entre outras coisas, como estamos formulando nossas políticas agroalimentares.

Para transformarmos em um espaço econômico ampliado, temos que varrer as barreiras no que respeita a legislação, condições e acesso aos nossos mercados. Implica em eliminar as restrições ao acesso, avançar em políticas comuns, aprofundar a estrutura institucional e estreitar a coordenação macro-econômica. Estamos buscando o mais eficiente destino aos recursos regionais que contribuem com a redução de custo de produção. Resulta óbvio que teremos que fomentar os intercâmbios e estimular a formulação da política, que desde o seu início seja a mais harmônica possível.

Os sistemas de soluções de controvérsias que geramos no Mercosul se criou, como dizíamos, com pragmatismo e austeridade. Um sistema de solução de controvérsia que tem que passar por uma consulta, uma reclamatória e, finalmente,

uma exigência política. A solução de controvérsia no Mercosul termina, a maior parte das vezes, a mais difícil, sendo resolvida pelo Ministro ou pelo Presidente, para evitar conflitos. Quanto mais temas têm que resolver os Ministros e o Presidente, mais estaremos tensionando a relação interna no Mercosul. Portanto, se uma regra de conhecimento e análise da formulação da política pública nos permite eliminar situações de conflito estaremos trabalhando, muito consistentemente, para melhorar o posicionamento do Mercosul e eliminar as hipóteses de conflito e controvérsias.

O objetivo geral deste seminário, esperamos que compartilhem a idéia conosco, é mostrar como é necessário e vale a pena contribuir para a consolidação e aprofundamento do Mercosul, melhorar a consistência das políticas públicas com os objetivos gerais do processo de integração, a partir da diferença de cada país, mas conseguindo compatibilizar as exigências de cada país com os objetivos do processo de integração, superar as barreiras do comércio, sistematizar os intercâmbios e informações, e avaliar setores e complexos agro-industriais.

O elemento básico para alcançar essa meta seria conciliar a diversidade de origem das organizações participantes. Esta Universidade, de âmbito acadêmico, tem um papel relevante, para apontar o pensamento estratégico em matéria de organização do setor acadêmico, organização da formulação das políticas e o acesso ao governo na formulação das políticas. Isso tem a ver com algumas organizações com estrutura federal, com os governos centrais, com a estrutura estadual e provincial, principalmente na Argentina e Brasil.

É uma postura que tem que respeitar a realidade de cada país, harmonizar critérios, análises, avaliações e, finalmente, influir na elaboração de um pensamento estratégico regional.

Creio que todos os acadêmicos, os especialistas e assessores têm muito para apontar aos governos e negociadores, neste processo de aprofundamento e consolidação do Mercosul, o que não está feito e, quando mais não seja, para transformar-se no elemento decisivo, em matéria de "marketing" agropecuário e de intercâmbios em matéria comercial agrícola.



## Palestra 6 - Brasil

Enio Marques

O Brasil é um acidente geográfico muito grande. Temos 6,5% da área do mundo e quase 3% da população. Em relação à América Latina, metade da população e metade do espaço é essa área geográfica. Vamos aproveitar para fazer alguns comentários, reflexões, a partir de alguns indicadores que fazem parte deste “check list” de apresentação.

Como já houve um seminário aqui no Brasil, a maior parte dos participantes são brasileiros. Temos aqui os dois documentos principais, que entregaremos a secretária, na forma que estão na “internet” do Ministério da Fazenda. São materiais que utilizamos em apresentações internacionais, tendo todos os perfis, todos os dados a respeito de organização política e comércio no Brasil. Temos um PIB de 800 bilhões de dólares, que nos dá uma renda “per cápita” que aumentou significativamente, se compararmos o que éramos há duas décadas atrás. Somos hoje uma população de 160 milhões de habitantes e uma população economicamente ativa de 72 milhões de habitantes. Na agricultura, se considerarmos o agronegócio, praticamente metade ou um pouco mais da metade dessa população está envolvida no setor.

Este tipo de seminário que a universidade lançou, contou com a colaboração de uma série de entidades, inclusive o IICA e o próprio ministério da Agricultura, o que já é um indicador de quebra de paradigmas. Primeiro, porque já considera a agricultura um fenômeno isolado, a nível de propriedade rural e já trata com estratégias agroalimentares dos países, nessa configuração de Mercosul. Segundo, porque retira, como sempre foi a nossa tradição e cultura, os estudos e as reflexões sobre o futuro, sobre a maneira de ordenar todas as ferramentas de política, da área governamental, permitindo fazer com que o mundo acadêmico e o mundo real, que as pessoas e os agentes econômicos realizem seus negócios, operando no cenário de uma mudança muito grande, para que tenham a oportunidade de influenciar seus próprios futuros.

O Brasil tem inúmeros indicadores sociais desfavoráveis, comparados com os de outros países. Nós poderíamos congregá-los todos eles na pobreza. Neste último plano econômico, praticamente se incorporou, ou considerando a década de 90, nós incorporamos 30 milhões de pessoas no mercado de consumo. Isso significa uma oportunidade enorme, em termos de realizações de negócios, e nos adianta saber que temos talvez 30 milhões mais para incorporar.

O que é um problema, na visão tradicional, passa a ser uma grande oportunidade, quando compreendermos que a incorporação destas pessoas vai significar, além da necessidade de infra-estrutura, uma série de outras oportunidades em relação à economia e aos negócios. Temos uma inflação estável, chegando este ano a 3%. No ano passado foi 6,5%; sem dúvida representa um indicador de sucesso de um plano de estabilização, que se passou a desenvolver desde 1994.

As mudanças na política geral, após os anos 90, em especial no ano de 1994 até esta data, em relação à abertura econômica e às reformas estruturais, estão nos dando uma condição razoável, em termos indicadores de crescimento relativamente satisfatórios, se considerarmos as dificuldades vividas pela economia mundial, nestes últimos dois anos.

Já trabalhamos nossas políticas públicas considerando a agricultura como cadeia, como agronegócio, levando em conta os vários agregados que compõe este sistema, desde o produtor rural ao fornecedor de insumos, equipamentos e de serviços, que estão no suporte deste produtor rural, no canal de comercialização e, principalmente, na visão de que os consumidores tem que dispor de uma categoria de gestão, que permita fazer com que eles, independentemente de onde estejam, possam ser satisfeitos em suas necessidades.

A agricultura do Brasil é enorme, tanto em termos de alimentação, como de energia e de fibras. Detemos a maior reserva de terras apta para ser utilizada no mundo, terra que, em alguns lugares e principalmente aqui, nesse exato momento, constitui razão de movimentos sociais. Ela era muito importante há 100 anos atrás, quando era reserva de capital. As questões de seu uso deixam de ser apenas estratégicas e passam a ser "muito mais estratégicas" na visão presente; o conhecimento é muito mais estratégico e a conseqüente preparação das pessoas é indispensável, para poder transformar essa quantidade fantástica de recursos naturais, que são vantagens comparativas, em evidentes vantagens competitivas.

É muito difícil, até, falarmos de como estamos quanto à locação desses recursos no Brasil. Temos 5% do território brasileiro com clima subtropical e o restante do território tropical. Há grande diversidade e uma região, talvez a mais promissora nos próximos anos, denominada "cerrado".

A tecnologia de alta eficiência para permitir o desenvolvimento de uma ação, é crítica e nem sempre está disponível. O conhecimento gerado, que é fundamental nessa questão toda, existe com ótima qualidade sobre nossas regiões. Se

verificarmos os profissionais ligados a esse campo de animais e plantas, em relação a todas às profissões de importância, nossa região tem índices significativos: o dobro do que ocorre nos EUA e Europa. Este é um indicador extremamente importante.

No caso do Brasil, já estamos tentando incorporar nossa crítica como elemento contribuinte, para que as políticas públicas tenham maior qualidade. O mesmo está acontecendo nos outros países e, com esse conhecimento mútuo, provavelmente constitua-se um dos pontos fortes da condição de nos levar, nesses próximos 10 anos, a assumir a liderança da produção agropecuária.

O Mercosul foi reajustado há dois anos atrás, só que, no caso da agricultura, esse redesenho de organização não está funcionando. Procurou-se fazer com que, através do grupo da agricultura, se procurasse trabalhar em simetria com as regras internacionais da OMC, ou com a sua forma de organização, uma vez que, após 1995, tivemos alterações na maneira e nos compromissos primários do Mercosul. Ainda não conseguimos colocar todos os subgrupos ou comitês deste grupo em funcionamento. Existe uma influência muito forte de uma compreensão ainda equivocada, de que a agricultura é produtor rural, que indústrias de alimento e alimentos tem que mexer com normas técnicas. Há algumas debilidades, alguns pontos negativos, que constituem incertezas, que ainda estão a dificultar um avanço maior dos nossos trabalhos.

Outro ponto que pode representar alguma dificuldade, nesse avanço normal que vai acontecer, ainda é a desconfiança de um país em relação ao outro, em função dos princípios de defesa do interesse do consumidor. Se há ponto que possa dificultar esse avanço da nossa região do Mercosul nessa posição de liderança mundial, somos nós mesmos.

Até o momento, os países tem tido maturidade, com uma participação maior dos segmentos privados e, com o chamamento da parte acadêmica, se acredita que a tendência de diminuição dos atritos, por aspectos protecionistas, possa diminuir. Isso é um ponto de risco. O outro ponto de risco grande nisto tudo, seriam os próprios acordos internacionais não funcionarem.

Temos hoje cerca de 200 bilhões de dólares em protecionismo; políticas de proteção a produtos, proteção a mercados, políticas de apoio, para que excedentes de alto custo, possam ser colocados em mercados terceiros, dos EUA e União Européia, que acabam gerando distorções e criam situações em que os mais pobres, os mais débeis pagam a conta.

Em linhas gerais, seriam esses os dois aspectos que podem, caso não sejam bem administrados, impedir que esses passos geográficos, sociais e econômicos vingam e permitam fazer com que, especialmente aqui no Brasil, nossos indicadores sociais melhorem, em relação à expectativa de vida, mortalidade infantil, renda e uma série de outros índices.

## Palestra 7 – Câmara de Comércio Brasil - Japão

Mami Ueno

Cada vez mais as lideranças precisam tomar consciência do que de fato significa a globalização. O segundo tópico são as oportunidades de negócios, de relações de mercado, entre a Ásia Oriental, mais especificamente o Japão, com o Mercosul e como aproveitar essa oportunidade.

Primeiro, falemos sobre a globalização, que é uma realidade presente, que cavalga velozmente, que está mudando todo um mercado, uma economia, a cultura e milênios de histórias da humanidade. O que isso significa? Significa que cada vez mais não interessa a raça, a cultura, a história. Tudo é relativo, interessa saber o jogo vencedor, qual é o ponto crucial. A globalização não é um sonho, é uma opção, já possui um caminho escolhido, é história que veio para ficar.

Para sermos vencedores, neste processo, a liderança é fundamental. Para se ter sucesso, há quatro pontos capilares, que, em conjunto, determinam a condição do poder econômico ou sua ausência.

Então, vamos passar a esses quatro pontos capilares, rapidamente. O primeiro ponto é de fato a consciência do que é globalização em si. Significa que onde quer que se evidencie o dinheiro, existem produtos, os melhores produtos, ou seja, não é preciso girar o mundo para encontrar o melhor produto. Com a globalização não existem mais fronteiras, superam-se as línguas, as ideologias, as filosofias, as políticas, as raças, aspectos que, até então, serviram como pontos de apoio e garantia de mercado. Até então, fronteiras, culturas, eram modos de fazer a reserva de mercado, ou um modo de obtê-la. Atualmente, isto não serve mais, vence quem é melhor.

O segundo ponto é a tecnologia digital. O que se entende por tecnologia digital? Pode-se dizer que este é o principal meio e instrumento que possibilita realizar o jogo do mercado em tempo real, em qualquer parte do mundo. De qualquer parte do mundo em que estivermos podemos realizar o “business” em tempo real; não existem mais distâncias. Pode-se mover bilhões em minutos, basta digitar a informação e transferi-la. É o caso típico das bolsas, que todos os dias se põe em evidência. Uma nação pode dormir rica e amanhecer pobre, ou vice-versa. Portanto, a informática possibilita gerir uma economia globalizada em qualquer parte do planeta, em tempo real.

Essa é a realidade humana atual. Podendo realizar o jogo vencedor, pode-se realizar o próprio sucesso, que é o capital humano, terceiro ponto a considerar. O

que significa capital humano? É o quociente de inteligência; e o que vem a ser o quociente de inteligência? Hoje se fala muito de ter a inteligência aguçada. A palavra inteligência vem de uma composição do latim: Intus=dentro, Lengere=ler, Action=ação, portanto, significa a capacidade intrínseca de ler dentro da ação, a capacidade de colher o íntimo da ação, isso é inteligência. Pode parecer muito teórico, mas é concreto e prático. Significa colher o real, não as opiniões, as ideologias, o que dizem os jornais, a mídia, as revistas, a política. A verdade desses meios é sempre relativa. Portanto, a inteligência é a capacidade nata, que cada um tem, de colher o real. Para isso é preciso ter a capacidade de transcender todos esses fatores. É o ponto do mundo do “business”; vence aquele que realmente consegue colher a fíziça da realidade, usa a informação real e faz o negócio vencedor. A intuição é o capital humano.

O processo de globalização está induzindo o homem, ao natural, a resgatar e priorizar a capacidade nata de inteligência, provocando uma revolução no mundo interior de cada um. A única garantia é o homem líder resgatar a exatidão da própria inteligência, fazendo coincidir o que ele pensa com o que ele é. Esse processo hoje é possível de ser feito. Por que colocar isto? Porque fala-se muito na globalização, nos fatos ocorridos, nas bolsas de valores, nas crises, porém quem está por trás disto tudo é a figura do homem, a qual precisa ser resgatada. O homem é o epicentro de qualquer realidade terrestre, dependendo de sua intenção.

O quarto ponto é a arma da lei, não mais a arma da guerra. Esse é o ponto básico. a lei hoje é a espada, a arma do homem líder. Principalmente as lideranças brasileiras precisam compreender melhor a lógica, a estrutura das leis internacionais, como a da ONU e da OMC, como se articulam e refletem no mercado internacional. O tabuleiro de xadrez é composto por estes elementos: a globalização, a tecnologia digital e a lei. Vence aquele que tem o domínio máximo do capital humano, usando a sua inteligência e conhecendo melhor estes três pontos que compõem o dialético internacional.

Como se insere o Brasil, o Mercosul, o Rio Grande do Sul nesse processo global? A melhor oportunidade de mercado no mundo é o Mercosul. Está totalmente evidente, todos concordam com isto, portanto é fundamental e importante o fortalecimento do bloco Mercosul, para sairmos vencedores nas negociações com outros blocos. E o Brasil? O Brasil é um gigante enorme, com uma riqueza natural invejável a qualquer nação do mundo.

É um povo adolescente, jovem, aberto, sem racismo, que possui leis flexíveis, apesar de sua complexidade.

A participação brasileira no PIB do Mercosul está em torno de 69%. Portanto, é uma enorme oportunidade para qualquer nação realizar o “business” com o Brasil. Os países desenvolvidos precisam do Brasil, para dar continuidade à sua própria revolução econômica. Não somos somente o pulmão verde do mundo, mas também da economia mundial.

O Rio Grande do Sul é ponto geo-politicamente estratégico do Mercosul. Alguns fatores evidenciam isto. Citaram-se, durante o dia, várias coisas, desde a sua posição em relação ao Rio Guaíba, à Lagoa dos Patos, em relação ao mar, os projetos que estão sendo desenvolvidos de modo muito acelerado, o projeto Mar de Dentro, o Pró-Guaíba, o Porto dos Casais, a melhoria da infra-estrutura das Usinas hidrelétricas, as privatizações; tudo isto são indícios de que as oportunidades estão aqui. Não é por acaso que estamos realizando este seminário aqui em Pelotas, porém precisamos acordar para isso.

Essa oportunidade pode ser gerida, protagonizada pelos gaúchos, brasileiros, ou por outros; depende de como as inteligências desta terra se posicionarem, frente a esta realidade da globalização.

Em relação à Ásia Oriental e ao Mercosul, existe, com relação fundamentalmente ao Japão, um enorme interesse deste país em investir no Brasil. Temos recebido, através das Câmaras, missões empresariais freqüentes. Pode-se dividí-las em dois momentos: o anterior à crise da bolsa e o posterior a ela. No momento anterior, a mobilização foi muito maior; agora, no momento posterior, está havendo uma reorganização interna da economia daquele país, mas continua a prioridade de investimentos em relação ao Mercosul. Isto tudo contém alguns indícios. O Brasil, por exemplo, possui a maior colônia japonesa e no Japão existem mais de 200 mil brasileiros trabalhando, os quais, a curto prazo, devem retornar e precisam se recolocar no mercado brasileiro.

A JICA tem feito projetos pesados em relação ao Rio Guaíba e ao Mar de Dentro; a JETRO tem promovido diversas missões empresariais. Estão se estruturando, também, a Tecnocentro, aqui no Brasil, dentro do setor agroalimentar, em relação ao Mercosul e Japão. Como as coisas estão? O Japão logo no pós-guerra largou a agricultura e o foco do negócio agrícola. Hoje está no ramo eletro-eletrônico, automobilístico e de tecnologia digital, com tendências a mudar para o desenvolvimento tecnológico e não necessariamente à produção. Com isto, a

tendência é de cada vez mais aumentar o mercado de importação de alimentos no Japão. O Mercosul sendo um dos maiores produtores de alimentos e o Japão sendo um dos países mais escassos em alimentos, tornam possível uma grande relação econômica funcional para os dois lados. Neste ponto, vemos que se pode realizar, potencializar, ambas as partes podem resolver sua crise econômica e, no nosso caso, impulsionar nossos negócios aqui.

Em nome da Câmara japonesa, gostaríamos de dizer que aqui no Brasil temos dois grandes órgãos, que são a JICA e a JETRO, os quais dão orientação para aqueles que querem fazer parcerias nas relações econômicas.

A Câmara japonesa, na região Sul, faz essa mediação entre brasileiros com empresários do Japão.

# **ESTRATEGIAS AGROALIMENTARIAS PARA EL MERCOSUR**

Marcos Sawaya Jank  
Primavera Garbarino  
André Meloni Nassar

## **I. PERFIL DEL MERCOSUR AMPLIADO**

La liberalización, los cambios tecnológicos y la disminución de las barreras arancelarias están transformando radicalmente el paisaje económico mundial. Todos los días asistimos y participamos de una creciente interdependencia económica entre países, que se refleja en el incremento de los flujos de bienes, servicios, capital y "know how" que atraviesan las fronteras: es la era global.

El escenario económico globalizado actual, se caracteriza por un lado, por la existencia de una fuerte interrelación entre regiones, sectores, organizaciones y actores económicos y sociales. Interrelación que va desfigurando en forma paulatina antiguas divisiones y aproximaciones temáticas, poniendo a la vez, por otro lado, el énfasis en la imperiosa búsqueda por todas y cada una de las organizaciones, del equilibrio entre la doble presión que ejerce la necesidad de innovar en forma continua junto a la permanente lucha por la generación de empleo.

Cambios y riesgos continuos parecen ser la moneda corriente con la que se debe convivir. Mientras que la creatividad, flexibilidad, estrategias inteligentes y una actitud de negociación permanente parecen ser los instrumentos principales con los que se debe interactuar. Nuevas formas de la organización del trabajo, de la producción, de la innovación, así como nuevas formas de gestión e intervención de las empresas y el sector público, se están procesando.

Donde la lógica geográfica sobre la que se fundamentó la mayoría de las políticas que incidieron sobre la competitividad de los países, ha dado paso a una lógica de la interrelación y complementariedad a escala mundial.

Frente a esta globalización de mercados, los países del MERCOSUR, decidieron consolidar su apertura económica a través de la opción de la integración regional. La región debía constituirse entonces, en una escuela, donde se aprendía a ganar competitividad para la inserción en un mundo cada vez más exigente. Muchos esfuerzos se han realizado ya, en pro del éxito de este nuevo espacio regional, que hoy aspira a convertirse en el cuarto bloque mundial, cuyo relacionamiento es apetecido por muchos y visto con cuidado por otros. En la marcha de esta sociedad han habido tropiezos de toda índole: políticos,

económicos, sociales, avances y retrocesos, los cuáles a pesar de diferencias y divergencias de unos y otros, ha logrado por la expresa voluntad política, económica y social de todos sus actores, crecer y avanzar hacia desafíos mayores.

MERCOSUR tiene fortalezas adquiridas, que le otorgan credenciales dentro y fuera de la región. Sus esfuerzos se han visto premiados por resultados internos y categorizaciones externas, que hablan por un lado de una expresiva búsqueda de una competitividad sistémica por todos y cada uno de los socios y por otro de temas pendientes, los cuales seguramente deberán ser abordados de forma de continuar el proceso de profundización de las fortalezas ya adquiridas.

## **1. POSICIONAMIENTO**

### **1.1. Del entorno**

El MERCOSUR ampliado - Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Uruguay y Paraguay - con un mercado de 223 millones de personas representa un 4% de la población mundial y ocupa el 10.3% del área global. En comparación, tiene el 33% de la población americana y el 58% de la de América Latina, equivaliendo su mercado al 60% del mercado europeo. Ocupa el 37% de la superficie americana, el 76% de la de América Latina y es cuatro veces y media más extenso que la Unión Europea.

Su producto y comercio no son de gran relevancia, respecto del comercio mundial, participando con el 4.2% y el 4.3% respectivamente. Sin embargo, tiene gran significancia a nivel de América Latina, donde los guarismos son mayores, contribuyendo en este caso con más del 70% del PBI y con más del 40 % del comercio de esa región. Es interesante asimismo, visualizar los indicadores de intercambio respecto del esfuerzo productivo. Es así que mientras el comercio a nivel mundial representa una media del 38% del producto, esta cifra para el caso de América, se acerca al 23%, mientras que la de MERCOSUR ampliado asciende a más del 16%, lo que lo sitúa a la mitad de la media mundial, pero no tan lejos de la realidad americana.

### **1.2. Comportamiento de las macro-variables**

El PBI de la subregión ha manifestado en los últimos años una tendencia creciente situándose su tasa de aumento en el orden del 4.2% para el año próximo pasado, significando en términos absolutos un Producto del orden de los 1.154.000 millones de dólares y un PBI per cápita de 6.200 dólares. Junto con este crecimiento, se observa a la vez, una sensible disminución en los niveles de

inflación, los cuales muestran una tendencia decreciente en todos los países situándose promedialmente en niveles del orden del 5%, para el último año.

La región a su vez, muestra niveles de desempleo que buscan una estabilización, deonde se observan importantes descensos en Argentina y Uruguay y búsqueda de control por parte de Brasil. restantes. Se observa, además un esfuerzo de los distintos países por mejorar el entorno financiero, donde también sus tasas nominales señalan descensos de importancia.

### **1.3. Del comercio**

Una de las grandes fortalezas del proceso de integración del nuevo bloque regional ha estado medido por sus éxitos en materia de comercio exterior. Sus exportaciones y sus importaciones reflejan expansiones por demás significativas. Estos crecimientos se observan tanto en materia intra-bloque como en en lo que respecta al intercambio externo, relativizando así los tan mentados comentarios sobre presumibles desvíos de comercio. Sin embargo, las importaciones regionales han aumentado más que las exportaciones mostrando la balanza comercial un déficit por demás significativo. Lo que señala entre otras consecuencias, el hecho de que expansiones sucesivas y necesarias en materia de inversiones regionales estarán directamente ligadas a la posibilidad de captación de recursos financieros externos.

El crecimiento comercial del MERCOSUR ha estado acompañado a su vez, por crecientes niveles de apertura. Apertura que sitúa el nivel arancelario promedial pactado en el orden del 11%, lo que comparativamente coloca a la región con niveles de protección mayores que los presentes en la Unión Europea o Estados Unidos, pero sensiblemente menores que casos como Tailandia, México, etc.

Sin embargo, esta situación promedial no refleja la realidad de lo que comparativamente sucede en materia de apertura comercial, especialmente en lo relativo a los mercados desarrollados como U.E. y EE:UU. En este sentido, los niveles arancelarios señalan diferenciaciones importantes para el caso de los productos agrícolas, donde la situación se revierte, presentando MERCOSUR, indicadores de apertura, medidos por niveles arancelarios y políticas de acceso a mercados sensiblemente mayores para una serie de productos de la canasta del agribussines, como es el caso, a vía de ejemplo, del jugo de naranja, azúcar, frutas y hortalizas, carnes en general, tabaco, etc.

Nadie niega que ha existido una importantísima expansión del intercambio interno, el cual reflejó tasas constantemente crecientes en el período 1991-1997,

multiplicándose por cinco. Pero a la vez, resulta evidente que el intercambio con el resto del mundo también creció a un ritmo cercano al 20% anual, lo cual refleja un aumento de casi tres veces mayor al incremento del comercio mundial del orden del 7,8% en igual período.

Este análisis puede ser complementado por la visualización de lo que sucede con la estructura del comercio del Bloque, la cual revela a la Unión Europea como el principal socio comercial, seguida por NAFTA, presentando ambos saldos negativos para el comercio regional, comprando MERCOSUR en estos mercados más de lo que consigue colocar en ello.

Sin duda que MERCOSUR, ha aumentado su comercio intrarregional, pero también es cierto que su actual nivel comercial interno, del orden del 20% para 1995, es sustancialmente menor a los intercambios internos que reflejan otros bloques como UE o NAFTA, con guarismos comparables del orden del 63.5% y 46%, respectivamente.

#### **1.4. La inversión externa**

Otro de los indicadores significativos del comportamiento regional ha sido la positiva evolución que muestra la corriente de inversión extranjera directa. MERCOSUR, es considerada hoy como una atractiva plaza emergente en materia de inversión externa, registrando flujos mayores para el período 1990-95, que otras zonas como México y Malasia, por ejemplo. El sector que ha liderado en esta materia ha sido la industria automotriz y de autopartes seguida por la química farmacéutica y la de alimentos y bebidas.

La canalización de inversiones directas continúa, registrándose en los últimos dos años y actualmente nuevas e importantes inversiones en materia energética, destacándose muy especialmente las relativas a las inversiones de los nuevos corredores gasíferos que se están construyendo en el bloque, las cuales unidas a las recientes privatizaciones en materia de infraestructura, energía y telecomunicaciones provocarán seguramente cambios en la matriz de inversiones regionales.

#### **1.5. De la infraestructura**

El bloque se encuentra procesando importantes inversiones en materia de infraestructura, con proyectos de carácter regional algunos, binacionales otros y también de índole nacional. De acuerdo con estimaciones realizadas por el Banco Interamericano de Desarrollo, el monto de requerimientos en inversión bruta en infraestructura para el período 1996-2000, se debería situar en el orden de los 200

mil millones de dólares, implicando inversiones en proyectos regionales y nacionales y suponiendo una tasa de crecimiento del PBI del orden del 5%.

Obras en puertos, carreteras, aeropuertos, energía eléctrica, gas, telecomunicaciones, etc., buscan mejorar la ecuación de los costos país y la competitividad MERCOSUR. La mayoría de estas inversiones han tenido el indicador común regional de una fuerte participación privada.

En materia de obras de carácter regional, y de acuerdo con un inventario preliminar realizado a mediados de 1997, el monto de inversiones en los proyectos en materia de interconexiones eléctricas, energía, gas y transporte ya consolidados, asciende a los 41 mil millones de dólares.

### **1.6. Consolidación y Profundización de la Unión Aduanera**

El bloque se encuentra trabajando en la consolidación de una Unión Aduanera, la cual en grandes líneas ha venido cumpliendo. Las negociaciones han estado pautadas últimamente, por temas muchos de ellos naturales de todo proceso de negociación: problemas relativos al acceso a los mercados de los Estados Parte, las condiciones de competencia vigentes en cada uno de ellos, la necesidad de establecer políticas comunes para el funcionamiento de la Unión Aduanera.

Además el Programa de Acción para el MERCOSUR hasta el 2000 adoptado por el GMC en diciembre de 1995, establece, entre otras, la necesidad de profundizar la Unión Aduanera, donde la meta estaría marcada por la construcción de un Mercado Común. En ese sentido, el avance más destacado quizás haya sido el relativo a la reciente firma del Protocolo de Servicios.

### **1.7. Relacionamiento Externo**

MERCOSUR ha desarrollado desde sus inicios una importante agenda externa, donde se unieron dos vertientes, la propia voluntad del bloque y las demandas externas por relacionarse con él por el resto de los países y regiones ante la evolución positiva que iba mostrando. Partiendo de acuerdos internos, ha consolidado su actuación externa como Bloque, consensuando antes las posiciones de sus miembros, lo cual le ha otorgado un peso relativo de destaque en todas sus acciones externas.

Dentro de ellas ha privilegiado principalmente tres:

- La consolidación de Zonas de Libre Comercio con el resto de los países sud-americanos.
- Su activa participación en el ALCA.
- El relacionamiento con la Unión Europea.

### **1.8. Necesidad de la búsqueda de la equidad**

Además del posicionamiento de partida y más allá de los logros conseguidos, importa destacar el hecho de que un proceso de integración comercial como en el que se está participando, aspirando a credenciales mayores de índole económico y político, debe de estar en la interna, estrechamente ligado a la posibilidad de que todos y cada uno de sus socios, tengan la opción de participar en sus beneficios, buscando una distribución equitativa y aceptable entre los mismos.

La región, no solamente presentaba desigualdades importantes entre sus socios a la hora del "arranque MERCOSUR", sino que al interior de cada uno de ellos las diferencias entre situaciones extremas se hacían más evidentes. La región hoy, presenta a su interior, desigualdades en el campo económico, social y cultural de importancia. Bastaría con señalar que mientras el PBI "per cápita" promedio, se sitúa en el orden de los U\$S 6.200, existen subregiones con niveles más allá de los U\$S 10.000, con estándares de consumo similar a la de los países desarrollados y otras que apenas alcanzan los U\$S1.000.

De un modo u otro todas las provincias, estados, departamentos, subregiones, que configuran el mapa político institucional de los Estados partes se están planteando cada cual por su cuenta, y en algunos casos participando en foros creados por ellos mismos, la necesidad de tener como objetivo económico estratégico: el de subirse al tren de la integración..

En ese sentido, el aporte a estudios y creación de instrumentales de política que favorezcan y sumen en esta orientación, seguramente redundará en un mayor nivel de cohesión socio-económica del proceso como un todo.

## **2. LAS TENDENCIAS**

La región en grandes números se encuentra actualmente culminando lo que se podría denominar como las reformas de primera generación, donde la estabilización de la economía y la lucha contra la inflación fueron los principales frentes a conquistar, acompañados por fuertes desregulaciones y dentro de un proceso de integración regional con dosis crecientes de apertura.

Pero ha iniciado, a su vez, el proceso de lo que se ha llamado como las reformas de segunda generación, las cuales constituyen desafíos mayores tanto para los gobiernos como para los actores privados. Estas abarcan desde el encare de fuertes procesos privatizadores, estimulados por la necesidad de vehiculizar importantes corrientes de inversiones para la mejora de la plataforma de la

infraestructura regional, pasando por nuevas desregulaciones y por programas que encaran la reformulación de los tradicionales roles del Estado.

MERCOSUR, constituye hoy, por tanto, un modelo de desarrollo regional, una respuesta inteligente pero esforzada de sociedades latinoamericanas a un escenario caracterizado por una creciente globalización.

El bloque a su vez, no ha estado solo en este devenir y hacia la externa ha procesado una fuerte internacionalización, destacándose la formación de zonas de libre comercio con sus asociados Chile y Bolivia, sus esfuerzos aplicados a la construcción del ALCA, hacia la extensión de zonas de libre comercio con el resto de los países sudamericanos y hacia la Unión Europea, buscando hacer lo propio con su principal mercado de intercambio.

Sin duda que la apuesta a un regionalismo abierto, integrador y sin exclusiones continuará animando al MERCOSUR. Pero también, seguramente, y dentro de una futura agenda, se comenzarán a procesar nuevos cambios que pautarán el accionar del bloque más allá del 2000. Y en ese sentido, se reconocen al menos dos grandes vertientes en la búsqueda de una necesaria profundización del proceso:

- la consolidación de lo acordado y
- la definición de nuevas prioridades y paradigmas por otro.

Dentro de la consolidación de lo acordado, el Bloque tendrá que concentrar esfuerzos, tanto en la pronta aceleración de la admisión en el derecho positivo de cada uno de sus socios, de las normas aprobadas, como en la apuesta a la negociación de temas pendientes.

Pero, será en la definición de las nuevas prioridades y paradigmas donde el proceso de integración deberá auscultar aquellas áreas que mejoren su posicionamiento para el nuevo siglo. Estas nuevas acciones seguramente estarán direccionadas por un alto contenido estratégico junto con la búsqueda de nuevos escenarios renovadores para su mejor consecución.

A su vez, parecería interesante el explorar que estos vientos renovadores, y retroalimentadores, tan necesarios en procesos como los que viven nuestros países, puedan tener como móvil principal la concepción del futuro como la permanente invención de posibilidades, lo cual lleva consigo el hecho de que aquellos paradigmas que forjaron el proyecto en sus primeras etapas puedan ser distintos de los que servirán de guía para la entrada al nuevo siglo. En ese sentido, seguramente que las innovaciones hacia adentro deberán contemplar una necesidad creciente

en materia de participación y socialización de los beneficios de la integración, tanto como que los posicionamientos externos deberán empezar a considerar nuevas posturas que podrán surgir de adhesiones a frases como: "regionalismo abierto sí, pero con contrapartida".

Dentro de todo este proceso, la vocación exportadora será uno de los principales objetivos a perseguir, el aumento de la producción de bienes y servicios, uno de sus principales instrumentos y el compromiso con la equidad, su obligación moral y ética.

## II. PERFIL DEL SECTOR DE AGROALIMENTARIO

### 1. Tendencias Generales

La década de los noventa se caracterizó por profundos cambios en el sector agroalimentario del MERCOSUR ampliado. A pesar de que la región presenta importantes heterogeneidades en términos de población agrícola, PBI agrícola total y "per cápita", superficies disponibles, flujos de comercio y otras referencias estadísticas básicas, varios son los cambios y tendencias comunes que fueron encontradas en los seis países. Los principales cambios que están presentes en el bloque ampliado, a largo de ésta década, pueden ser resumidos en los siguientes puntos comunes:

- Crece expresivamente la **productividad** del sector agropecuario y agroindustrial en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay. Existen expectativas de aumento de rendimientos físicos del sector primario tanto en Paraguay como en Bolivia.
- Mejora significativa en los niveles de **tecnificación** y **especialización** de los agricultores, incluyendo el crecimiento de la **tercerización** de determinados servicios (plantación, cosecha, etc.) y actividades (como viveros, por ejemplo). Aumenta el número de productores preocupados con el gerenciamiento empresarial y el aumento de la rentabilidad de la actividad agrícola. Estas tendencias son más visibles en Chile, en la región de la pampa húmeda argentino-uruguaya y en algunas regiones del centro-sur brasilero.
- Tendencia a la **reducción de la pobreza rural** en todos los países, en parte gracias a los cambios señalados anteriormente, en parte como consecuencia del proceso de exclusión de productores, que transfirió parte de la pobreza rural para el ambiente urbano.
- Creciente **internacionalización de los hábitos de consumo**, de una importante proporción de la población regional, a semejanza de lo que ocurre con los países

desarrollados, con aumento del consumo de proteínas de origen animal (carnes y lácteos), aceites vegetales, frutas y verduras, etc.

- Mayor **concentración** del sector agroalimentario en todos los niveles, a partir de un intenso proceso de exclusión de productores, agroindustrias y distribuidores. Aumentan expresivamente las fusiones, adquisiciones y alianzas estratégicas entre empresas agroalimentarias.
- Creciente **internacionalización del capital** de las empresas del sector agroindustrial. Surgimiento de inversiones directas internacionales también en el sector agropecuario (más visibles en Argentina y Chile).
- Marcada presencia de pequeños productores viviendo de **actividades de subsistencia**, principalmente en Bolivia, Paraguay y en las regiones más pobres de Brasil.
- Tendencia a la **disminución de la participación relativa** de la agricultura en el PBI nacional de todos los países de la región.
- Crecimiento del **comercio intra y extra-bloque**, predominado por el efecto de "creación de comercio", dados los niveles crecientes de apertura del sector agrícola en los países de la región.

## 2. Situación de los Recursos Naturales

En todos los países de la región existe un gran potencial de crecimiento de los rendimientos físicos, en lo que respecta a la ampliación de la frontera tecnológica. Tanto en lo que se refiere al aumento del área cultivada como en lo que respecta a las actividades agropecuarias, el mayor potencial de crecimiento se encuentra en Brasil, Bolivia y Paraguay. Estos tres países cuentan con enormes áreas de "cerrados" (o vegetaciones similares) que podrían ser ocupadas con actividades agropecuarias, manifestándose como factores restrictivos en ese sentido, la escasa disponibilidad de infraestructura de apoyo facilitadoras de tales expansiones.

Se constatan a su vez, crecientes problemas en materia de degradación de los recursos naturales renovables en todos los países de la región, lo que exige la ampliación urgente del uso de técnicas adecuadas de manejo de suelo, agua, bosques nativos y otros ítems.

## 3. Situación del Capital Físico y Humano.

Todos los países del MERCOSUR ampliado pasaron o están pasando por procesos de privatización y descentralización de sectores de infraestructura, en las áreas de transporte carretero, ferroviario e hidrovía, puertos, energía y

telecomunicaciones. Esto ha permitido el surgimiento de nuevas inversiones en estos sectores, principalmente de origen privado, visualizándose la ampliación y mejora de la estructura logística de apoyo al sector.

En lo que se refiere a la disponibilidad en términos de cantidad y calidad de la infraestructura de apoyo al sector, puede afirmarse que Uruguay, Argentina y Chile se encuentran en posición más avanzada y privilegiada en lo que al proceso de desregulaciones y privatizaciones respecta en comparación con la situación observada en el resto de los países.

Brasil es un país, bastante heterogéneo, en este sentido, y se podría decir que en términos de costo y calidad de las carreteras y puertos conviven mejoras importantes con situaciones que podrían ser calificadas de malas a razonables. En el caso de Paraguay y Bolivia, la situación aún es más complicada, siendo este factor uno de los causantes de la pérdida de competitividad relativa de estos países.

En lo que respecta a la situación del capital humano en el sector agroalimentario del MERCOSUR ampliado, el hecho más importante tiene que ver con la reducción de la población agrícola, factor constante en todos los países. Solamente en Brasil, esta población se redujo en casi un 30% entre 1988 y 1996, pasando de 23.4 a 16.6 millones de personas. A pesar de esta tendencia, el sector aún absorbe el 50% de la PEA de Bolivia y el 50% de la de Paraguay.

En términos de nivel educacional medio de la población rural, los datos muestran que la situación es mejor en Argentina, Chile y Uruguay, países que también cuentan con una mayor proporción relativa de agricultores profesionales. Brasil, Bolivia y Paraguay todavía enfrentan grandes problemas en el nivel educacional medio y en el grado de profesionalización de sus agricultores, siendo que estos países están marcados por la presencia de contingentes de productores de subsistencia.

La inexorable tendencia hacia la exclusión de productores impuesta por la competencia global, la elevada importancia relativa del sector en términos de PEA y el bajo nivel educacional de los productores en las regiones más pobres del MERCOSUR, son factores que indican la necesidad de políticas específicas de los gobiernos para atenuar los problemas sociales del campo.

El proceso de globalización también ha provocado ajustes estructurales en las empresas del sector industrial, que redundaron en la reducción de la fuerza de trabajo menos calificada en todos los países. Este hecho también tiene relación con la problemática de la calificación de la mano de obra necesaria para aplicar a las

agroindustrias las cuales requieren de permanentes aumentos en materia de productividad.

#### 4. Perfil de las Agroindustrias

Crece en todos los países del MERCOSUR ampliado, las inversiones en el sector agroindustrial, con aumentos en los niveles de concentración e internacinalización del capital. Los valores de destaque en este tipo de inversiones tienen como principal destino Argentina, Brasil y Chile, países donde el movimiento de adquisiciones y alianzas estratégicas ha sido más intenso.

Brasil se caracteriza por la presencia de una agroindustria que opera con escala elevada, tecnología actualizada y alta competitividad en el área de los *commodities* agro-industriales. El sector se encuentra bastante diversificado y encuentra su mayor dinámica de crecimiento en la satisfacción de su mercado interno, principalmente después de la estabilización de la economía brasilera.

Argentina posee una histórica eficiencia en *commodities* agropecuarias, reconocida mundialmente en el caso de granos, carne bovina y producción de lácteos. La presente década ha sido caracterizada por nuevas inversiones en el sector agroindustrial del País, buscando ampliar su eficiencia en productos de mayor valor agregado y aumentar la diversificación de las cadenas productivas. La parte más dinámica del *agribusiness* argentino está orientada a la exportación, donde el mercado brasilero ha ganado en importancia relativa en productos como trigo y lácteos.

Uruguay cuenta con una agroindustria altamente especializada en los segmentos de carne bovina, lana, leche y arroz. Esta industria se caracteriza por la aplicación de un buen nivel tecnológico y su dinámica también ha estado pautada por su mercado externo.

Chile es una economía volcada a la producción y exportación de las llamadas *especialidades* de origen agrícola, que en su mayoría presentan un alto contenido de valor agregado. El destaque está relacionado con la fruticultura, la viticultura, y las actividades ligadas a la forestación.

Bolivia y Paraguay son países que presentan un pequeño desenvolvimiento del sector industrial.

#### 5. Caracterización de producción y mercados.

El sector agroalimentario se ha desarrollado y cumple un rol estratégico en la economía del MERCOSUR, tanto por su configuración actual, como por las posibilidades de ampliación de sus fronteras físicas y tecnológicas.

Posee una oferta muy variada en materia de productos, abarcando aquellos derivados de clima templado y los originarios de clima tropical.

Muestra índices de eficiencia en la producción de *commodities* agropecuarias y agroindustriales, así como ofertas en materia de *especialidades* agrícolas que perfilan un interesante mercado emergente. En términos de **producción**, el MERCOSUR ampliado tiene participaciones superiores al 15% del total mundial apenas en media docena de productos: soja (granos, harina, y óleo), caña de azúcar, girasol, café, mandioca y carne bovina. En los demás productos la participación del bloque es inferior a este nivel.

Pero sin duda, que la trascendencia mayor está pautada por su incidencia actual y potencial en materia de **intercambios comerciales**. En lo que respecta al valor comercializado en 1996 el bloque exportó casi U\$S 32.000 millones de dólares en productos de *agribusiness* (9.7% del total mundial), siendo U\$S 27.200 millones extra-bloque y U\$S 4.700 millones intra-bloque. Los productos que más se destacaron en términos relativos fueron soja, girasol, algodón, jugo de naranja, café, azúcar y carne bovina. Las importaciones del bloque sumaron U\$S 10.000 millones de dólares en 1996 (correspondiendo el 55% de este valor al comercio extra-bloque y el 45% al intra-bloque), lo cual respresenta el 3% del total importado en *agribusiness* a nivel mundial. En esta materia el destaque fue para el algodón, el trigo y el arroz.

## **6. Políticas Públicas para el Sector Agroalimentario**

Dos vertientes distintas de políticas públicas marcan el comportamiento reciente de los gobiernos del MERCOSUR ampliado. Las primeras son las políticas con un marcado perfil social, tales como las relativas al financiamiento de la agricultura familiar, al proceso de reforma agraria y a la solución de los problemas derivados de las deudas acumuladas de productores y cooperativas entre otras. En esta línea el mayor destaque en términos de volumen de recursos probablemente está relacionado con el aplicado a las políticas adoptadas por Brasil ( Pronaf, Proceca, etc.), destacándose que todos los gobiernos de la región han manifestado grandes preocupaciones con el tema.

La segunda vertiente son las políticas que se relacionan con el aumento de la competitividad del sector agroalimentario, principalmente en lo que se refiere a su capacidad para generar un mayor volumen de divisas por medio del incremento de las exportaciones. En este caso, se destacan varios programas de apoyo a la agricultura comercial desarrollados por Argentina, Chile y Uruguay: SIIAP, Calidad

2000, Procar, Promex, Comerciar, Cambio Rural, Finagro, Prenader, Programa de Reconversión de Productores Vitivinícolas, etc.

En esta segunda vertiente, también se encuadran varios instrumentos alternativos de financiamiento, crédito, comercialización y seguro, desarrollados después de la desregulación de las políticas estatales para el sector. Ejemplos de estos nuevos mecanismos, son la ampliación del uso de *warrants*, las operaciones en los mercados a término, de futuros y de opciones y el desarrollo de fondos privados de inversiones para el sector.

De manera global, los mayores desajustes todavía presentes en las políticas públicas de la región hacen referencia a las asimetrías de orden tributario y a las elevadas tasas de interés prácticas en algunas economías.

## **7. Identificando el Rol**

Tratando de perfilar el rol que a nivel del proceso negociador ha jugado el sector agroalimentario, se han identificado tres etapas:

### **1° Etapa: 1991-1994**

En la primera etapa, coincidente con el inicio del MERCOSUR y los esfuerzos tendientes a la consolidación de una Zona de Libre Comercio, el sector agrícola conformó un verdadero rol aglutinante, donde solamente en el sector azúcar se observan faltas de consenso entre los socios. Se reconoce en esta primera etapa las ventajas comparativas de arranque que posee la región y las posibilidades de complementación intra y extra bloque. Al finalizar esta primera etapa, y negociado el inicio de la Unión Aduanera Imperfecta, el sector agrícola vuelve a mostrar una buena performance desde el punto de vista negociador, pactándose un Arancel Externo Común cuyo promedio simple regional se sitúa en el 10%.

### **2° Etapa: 1995-1997**

Se inicia la Unión Aduanera Imperfecta, el sector va adquiriendo mejores performances en materia productiva y comercial, si bien continúa con participaciones muy débiles a nivel extrarregional. En esta etapa, se completan la desregulaciones, aumentan las inversiones externas sectoriales y se incrementan las fusiones y alianzas intrarregionales.

El sector juega un rol dinamizador hacia la interna del bloque. A nivel del posicionamiento externo del proceso negociador, la agricultura vuelve a ser un factor aglutinante, ya que representa el factor más sensible en la conformación de las

zonas de libre comercio extrarregionales, lo que ayuda a fortalecer posiciones comunes en la interna.

### 3° Etapa: 1998 en adelante.

A partir de 1998 se procesan, por un lado, las crisis externas, lo que agrava el peso relativo de la situación deficitaria de los saldos comerciales. Este hecho ha puesto "sobre la mesa" el peligro que ocasionaría para la buena marcha del proceso regional la posibilidad de reinvidicar viejas posturas proteccionistas. A la vez, que se observan mayores reclamos en agronegocios ante medidas unilaterales. En este sentido el sector agrícola pierde parte del poder facilitador observado en las dos primeras etapas.

Sin embargo, a nivel de las negociaciones externas, el sector vuelve a ser un factor gravitante alrededor del cual se alinean los Estados Partes, ya sea en sus reclamos exitosos ante el ALCA para la constitución de un grupo negociador específico para el Sector Agrícola, como en la postura contestataria frente a la posibilidad de exclusión que a nivel sectorial plantea la Unión Europea a la hora de negociar una Zona de Libre Comercio entre ambos bloques.

En ese sentido, parecen rescatarse dos grandes direccionamientos que se encuentran detrás del análisis estratégico que se desarrolla seguidamente:

- la necesidad de fortalecer proyectos en común, que colaboren en la adquisición de nuevas ventajas competitivas;
- el accionar como bloque en pro de la liberalización del comercio mundial sectorial.

### **III. VISUALIZACION DE SU COMPETITIVIDAD EXTERNA**

MERCOSUR tiene credenciales reconocidas en el área del *agribusiness*, las cuales deberá buscar mantener y expandir. Dentro del marco de competitividad sistémica conseguido, los líderes políticos y empresariales deberán desafiar la construcción de una verdadera revolución sostenible que afecte principalmente la manera como las empresas del *agribusiness* compiten.

Apoyadas en plataformas macroeconómicas estables, las empresas deberán poder tomar decisiones estratégicas cada vez mejores, que resulten en una mayor rentabilidad, crecimiento, inversión y empleo.

La competitividad, entonces, no se la visualiza como un fenómeno espontáneo, no se regala, se crea. Es el resultado de estrategias y políticas

deliberadas, dirigidas a crear condiciones específicas que alientan al adopción de capacidades productivas intensivas en atributos adquiribles y diferenciables.

Para ello, se parte por reconocer que ya no existen los países agrícolas, o los industriales o los de servicios, sino que existen países donde el sector agrícola, el industrial y el de servicios interactúan con imaginación en pro del reconocimiento competitivo de las sociedades en su conjunto.

Si bien en este esfuerzo, parecería no haber una panacea universal, y permanentemente se asiste a que nuevos paradigmas, sustituyen con extrema rapidez a dogmas considerados hasta ayer como verdades reveladas, se observa que un principio de gran acuerdo gira alrededor de la importancia que tiene el poder crear espacios donde se aprovechen las ventajas relativas que ofrece el mercado, el Estado y la sociedad civil a la hora de proyectos donde la voluntad explícita es el sumar.

Es dentro de este marco, que partiendo de los posicionamientos encontrados se han propuesto grandes lineamientos que buscan sumar en la necesaria conformación estratégica del MERCOSUR AGRO-ALIMENTARIO más allá del 2000.

## Análisis SWOT de la Competitividad Extra-Bloque del MERCOSUR Ampliado

Debilidades	Fortalezas	Amenazas	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordinación de las políticas sectoriales.</li> <li>• Ausencia de objetivos comunes en las políticas públicas de los países.</li> <li>• Existencia de elevadas asimetrías tributarias</li> <li>• Bajos índices de calificación de la mano de obra</li> <li>• Pobreza rural/agricultura de subsis-tencia</li> <li>• Necesidad de nuevos instrumentos de financiamiento y sistemas más modernos de gestión empresarial específicos para el agribusiness</li> <li>• Desenvolvimiento de instrumentos más eficientes de regulación para el disciplinamiento de la integración regional</li> <li>• Escasa prioridad en materia ambiental (de fuerte impacto en la actividad agropecuaria)</li> <li>• Bajos índices de productividad del sector agropecuario</li> <li>• Graves deficiencias en la infraestructura de transporte y puertos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vocación natural para el agribusiness: ventajas competitivas en agricultura y agroindustria.</li> <li>• Alta disponibilidad de tierra y agua. Condiciones climáticas favorables.</li> <li>• Bajos costos agrícolas y agroindustriales</li> <li>• Competitividad en las exportaciones</li> <li>• Disponibilidad de tecnologías modernas</li> <li>• Frontera física y tecnológica de envergadura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fuerte heterogeneidad de los sistemas productivos de la región, en términos tecnológicos, organizaciones y gerenciales</li> <li>• Acceso a los mercados: permanencia de elevado proteccionismo agrícola en los países desarrollados (UE y EE:UU)</li> <li>• Presiones para la imposición de medidas proteccionistas, provocando una retracción en el proceso integrativo</li> <li>• Existencia de política de protección para algunos sectores de la industria de insumos y máquinas, que pueden perjudicar la eficiencia del sector agropecuario</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potencial de aumento de la demanda intra y extra-bloque (crecimiento del mercado comsumidor)</li> <li>• Diplomacia comercial más activa e integrada en las negociaciones multilaterales</li> <li>• Especialización regional y aprovechamiento de las sinergias en proyectos conjuntos específicos buscando mayores competi-vidades en tecnología e innovación</li> <li>• Reducción de proteccionismo mundial favorece a los países del MERCOSUR</li> <li>• Reducción de costos con mejoras de infraestructura regional (transportes, puertos, energía, etc)</li> <li>• Implantación de sistemas de promoción comercial: financiamiento de las exportaciones y marketing internacional</li> <li>• Desarrollo de marcas regionales y sello "MERCOSUR", buscando la promoción y generación de incentivos para la canalización de inversiones internacionales</li> </ul>

Nota: Las fortalezas y debilidades se refieren a la situación actual del bloque, mientras que las amenazas y las oportunidades hacen referencia a las expectativas futuras.

#### IV. AGENDA MERCOSUR

##### PROPUESTAS PARA UNA ESTRATEGIA AGRO-ALIMENTARIA COMUN

RELACION DE POLITICAS PUBLICO-PRIVADAS	Regu- lamen- tación	Ejecución		
	GOB	GOB	AIP	EMP
<b>POLÍTICAS SOCIALES</b>				
● Políticas para la educación y mejor calificación de la mano de obra rural y agroindustrial (productores, empresarios y asalariados)	X	X	X	
● Políticas sociales para la sustentación de pequeños productores, buscando el desarrollo regional y la disminución de los flujos migratorios campo-ciudad	X	X		
<b>INFRA-ESTRUCTURA</b>				
● Modernización y ampliación de la infra-estructura de la región: carreteras, vías férreas, hidrovías, puertos, energía y telecomunicaciones	X	X		X
● Integración de los sistemas de transporte entre los países del MERCOSUR		X		X
● Desarrollo de la informática y la telemática aplicada al sector agroalimentario		X	X	X
<b>SISTEMA DE COMERCIALIZACION Y CREDITO</b>				
● Reglamentación que facilite la ampliación y la mayor eficiencia de instrumentos alternativos de financiamiento, comercialización y seguro de productos agropecuarios (warrants, bolsas de futuro y opciones, fondos privados de desarrollo, etc.)	X			X
● Integración electrónica de las bolsas de físico en los países	X	X		X
<b>COMERCIO INTERNACIONAL</b>				
● Desarrollo de estrategias conjuntas buscando un mayor acceso a los mercados externos y reducción de subsidios internacionales	X	X		
● Diplomacia comercial más activa e integrada en las negociaciones multilaterales		X	X	
● Creación de sistemas de promoción comercial del bloque vía agencias especializadas: crédito a las exportaciones, marketing internacional, etc.	X	X	X	
● Desarrollo de estrategias conjuntas para la abertura de nuevos mercados y sectores específicos		X	X	
● Aplicación efectiva de políticas de defensa comercial en el ámbito del MERCOSUR: antidumping, derechos compensatorios, salvaguardias, fiscalización de reglas de origen, etc.	X	X		

<b>GESTION DE CALIDAD</b>	<b>GOB</b>	<b>GOB</b>	<b>AIP</b>	<b>EMP</b>
● Adecuación de normas/padrones y sistemas oficiales de fiscalización sanitaria, de acuerdo con las normas internacionales vigentes en ésta área (SPS, Codex Alimentario, etc.), buscando aumentar la seguridad alimentaria cualitativa de los alimentos (food safety)	X	X		
● Desarrollo de políticas coordinadas entre los países compatibles con un crecimiento sustentable del sector agropecuario y la necesaria protección del medio ambiente	X	X	X	
● Creación de mecanismos que faciliten la implantación de certificados de calidad y denominación de origen en el bloque	X	X	X	
<b>COMERCIO INTRA-BLOQUE</b>				
● Reformulación de los sistemas aduaneros en las fronteras: desburocratización de los procedimientos y agilización de las fiscalizaciones en materia de sanidad y calidad	X	X		
● Creación de sistemas armonizados de padronización y clasificación de productos con flujos comerciales de significancia (principalmente horti-frutícolas)	X	X		X
<b>COORDINACION SISTEMICA</b>				
● Desarrollo de sistemas agroindustriales coordinados que aprovechen mejor las ventajas competitivas de la región.			X	X
● Marco regulatorio para facilitar la creación de asociaciones de empresas y emprendimientos conjuntos (franquicias, licencias, co-producción, joint-ventures, etc)	X		X	X
<b>PESQUISA</b>				
● Definición de proyectos prioritarios de investigación pasibles de ser implantados en niveles técnicos, con duración y espacio geográfico limitados	X	X		
● Provisión de informaciones primarias del bloque en las áreas de mercados, políticas nacionales, estrategias comunes, etc.	X	X	X	
<b>CAPACITACION Y GESTION</b>				
● Socialización del proceso de integración del MECOSUR, por medio de programas continuos de capacitación	X	X	X	X

**LEASE:****GOB** = Gobiernos**AIP** = Asociaciones de Interés Privado**EMP** = Empresas

## V. TEMAS PARA DEBATE

- Aún persiste un bajo nivel de comprensión de las bases del proceso de integración del MERCOSUR, en relación a los efectos de creación/desvío de comercio y el propio concepto de "regionalismo abierto".
- El comercio mundial del *agribusiness* es ampliamente dominado por multinacionales integradas globalmente. La región debe consolidarse como una sólida "base de producción", para atraer inversiones externas, siempre con el objetivo de exportar *commodities* competitivas y o productos de mayor valor agregado.
- El desarrollo del *agribusiness* del MERCOSUR, pasa por la resolución del trinomio "Competitividad-Equidad-Sustentabilidad". Todavía existe un desbalance en las acciones de los gobiernos nacionales en relación a las prioridades en términos de políticas públicas de carácter económico, social y ambiental, siendo necesaria una mayor uniformización de las mismas en la región.
- Por definición, en economías abiertas e integradas en bloques de países, no existe espacio para políticas nacionales que privilegien prioritariamente el abastecimiento y la seguridad alimentaria. De la misma forma en un mercado integrado, teóricamente no existe el concepto de reducir la dependencia de un país respecto de otro.
- La actual cohesión del MERCOSUR, fue una respuesta a las restricciones impuestas extra-bloque. Parecería que ha llegado la hora de buscar agentes internos, de corte institucional, organizacional, etc. que estimulen el carácter endógeno del proceso y le otorguen una mayor dosis de pertenencia.
- Existe la necesidad de una mayor visión sistémica y coordinación de agentes a lo largo de las cadenas productivas de la región, buscando ganar competitividad por medio del aprovechamiento de las ventajas complementarias. Parecería prioritario el desafío de crear instrumentos comunes de gestión buscando la conquista de nuevos mercados.



**ANEXO 1**  
**DADOS DE SUPORTE**



# Seminario

## “Estrategia Agroalimentar para el Mercosur”

**Síntese Final**  
**Mercosul Ampliado**  
**Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguay**

Marcos Sawaya Jank  
Primavera Garbarino  
André Meloni Nassar

Pelotas (RS), 28 e 29 de Agosto de 1998

## PRESENTACION

- **PERFIL DEL MERCOSUR AMPLIADO**
  - ↳ Posicionamiento
  - ↳ Tendencias
- **PERFIL DEL SECTOR AGROALIMENTARIO**
  - ↳ Posicionamiento
  - ↳ Tendencias
  - ↳ Trascendencia
- **VISUALIZACION DE SU COMPETITIVIDAD EXTERNA**
  - ↳ Matriz SWOT-DAFO
- **CONSTRUCCION DE UNA AGENDA INTERACTIVA**

## POSICIONAMIENTO

- CUARTO BLOQUE MUNDIAL
- REGIONALISMO ABIERTO
- PLAZA DE INVERSIONES EMERGENTE
- DISPARIDADES INTERNAS
- CONSOLIDACION Y PROFUNDIZACION DE LA UNION ADUANERA
- FUERTE RELACIONAMIENTO EXTERNO

## TENDENCIAS

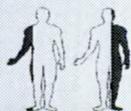
- CRECIMIENTO CON BAJA INFLACION
- AUMENTO DEL COMERCIO Y APERTURA
- VULNERABILIDAD EXTERNA: SBC NEGATIVA
- DESREGULACIONES Y CAMBIOS EN EL PAPEL DEL ESTADO
- PRIVATIZACIONES Y NUEVAS INVERSIONES EN INFRAESTRUCTURA DE APOYO
- PROBLEMAS GENERALIZADOS DE ACCESO A MERCADOS EXTERNOS DE LOS PAISES DESARROLLADOS

*NECESIDAD DE CONSOLIDAR LO ACORDADO  
DEFINIR NUEVAS PRIORIDADES Y PARADIGMAS*

# Del Entorno

## Población

Tiene el 33% de la población americana y su mercado equivale al 60% del Mercado Europeo.



33% 60%

## Superficie



MERCOSUR ocupa el 37% de la superficie de América y es cuatro veces y media más extenso que la Unión Europea.



455%  
+ grande



## Relaciones con:

	El Mundo (%)	A.Latina (%)
Area:	10,3	76
Población:	4,0	58
PBI:	4,2	72
Comercio:	4,3	42

## Comercio como% del PBI

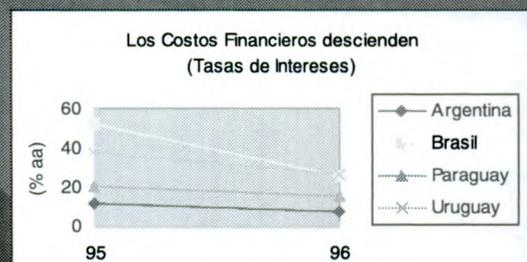
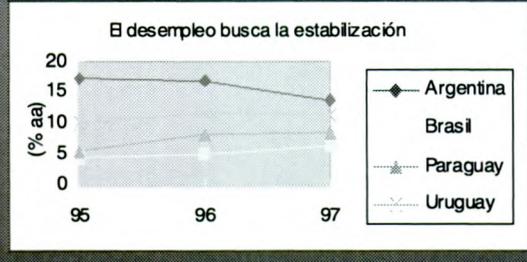
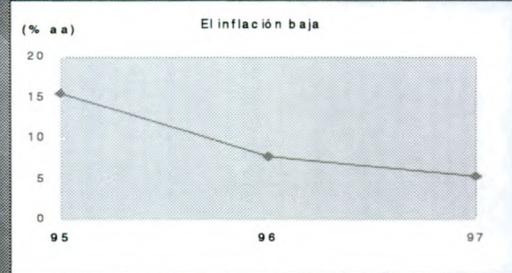
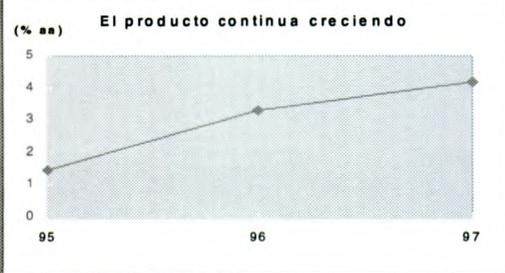
Mercosur + (Chile y Bolivia)	16,3
América	23,0
Mundo	38,0

## INDICADORES DE BLOCOS ECONÓMICOS SELECCIONADOS

	União Europeia	NAFTA	Japão	Mercosul	Tigres Asiáticos	China	India	Russia	Mundo
População (milhões)	373	393	126	223	249	1.222	936	148	5.768
% População mundial	6%	7%	2%	4%	4%	21%	16%	3%	100%
Comércio (US\$ bilhões)	4.446	1.984	717	186	607	283	69	158	10.615
% Comércio mundial	42%	19%	7%	2%	6%	3%	1%	1%	100%
PIB (US\$ bilhões)	8.654	8.556	4.600	1.154	961	701	310	441	29.200
% PIB mundial	30%	29%	16%	4%	3%	2%	1%	2%	

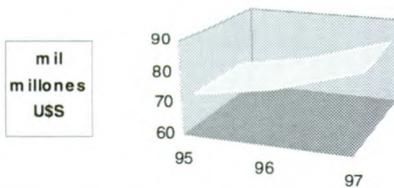
Fonte: FMI - Anual Report / FAO - FAOSTAT

# Crecimiento con baja Inflación



## Comercio : Crece

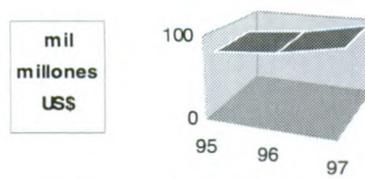
Las Exportaciones Crecen...



Chile:	19.297	18.711	20.800
Bolivia:	1.234	1.281	1.330

## Apertura: Aumenta

Las importaciones también.....



Chile:	17.980	20.086	22.100
Bolivia:	1.582	1.669	1.970

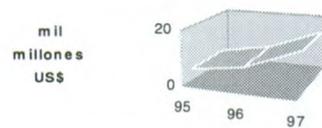
con Niveles Crecientes de Apertura...

Descensos en los niveles Arancelarios:  
Arancel Externo Común (AEC): 11%

Tailandia: 23.0% U.E. : 9.2%  
Mexico : 13.5% E.E.U.U : 6.8%  
Malasia : 11.5%

Chile : 11%  
Bolivia: 10%

pero con un déficit en el saldo de la Balanza comercial en Aumento.



Chile:	1.371	(-1375)	(-1300)
Bolivia:	(348)	(-388)	(-640)

## UNION EUROPEA: Principal Socio Comercial

### MERCOSUR:



**Intercambio Intra-Extra: Exportaciones**

Participación relativa (%)	91	93	95	97
Intra-Región	11.1	18.6	20.5	24.5
Resto del Mundo	88.9	81.4	79.5	75.5

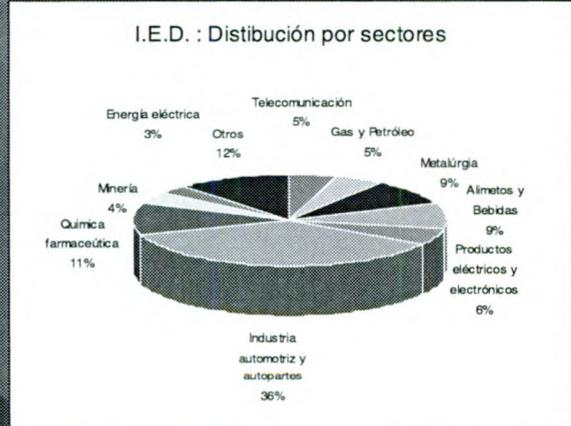
Otros Bloques: intercambio intra

UE: 63.5%      NAFTA: 46.0%  
ASEAN: 22.7%

1995

## Plaza de Inversión Emergente: Atractiva

### I.E.D.: Inversión Extranjera Directa



## PERFIL DO SETOR AGROALIMENTAR

### ■ Mercosul Ampliado: forte heterogeneidade

- » Ocupação populacional, renda per capita, terras disponíveis, fluxos de comércio, etc.

### ■ Tendências Comuns (6 países):

- ↳ Aumento da produtividade agrícola e agroindustrial
- ↳ Tecnificação, especialização, terceirização
  - » Produtores mais preocupados com gerenciamento empresarial e aumento da rentabilidade da atividade agrícola
- ↳ Redução da pobreza rural
- ↳ Internacionalização dos hábitos de consumo

## PERFIL DO SETOR AGROALIMENTAR

### ■ Tendências Comuns (6 países):

- ↳ Concentração do setor agroalimentar:
  - » Aquisições e alianças estratégicas
  - » Exclusão: produtores, agroindústrias e varejistas
- ↳ Internacionalização do capital no setor agroindustrial.
  - » Investimentos externos também no setor agropecuário
- ↳ Marcante presença de produtores de subsistência
- ↳ Redução da participação relativa da agricultura no PIB
- ↳ Crescimento do comércio intra e extra-bloco:
  - » Predomina "criação de comércio"

## PERFIL DO SETOR AGROALIMENTAR

### ■ Recursos Naturais

- ↳ Fronteira tecnológica
  - » Potencial de aumento dos rendimentos físicos em todos os países
- ↳ Aumento da área cultivada
  - » Enorme potencial (cerrados do Brasil, Bolívia e Paraguai).
  - » Maior restrição: disponibilidade e custo da infra-estrutura
- ↳ Menor disponibilidade de área total: Uruguai e Chile
- ↳ Problema comum: degradação dos recursos naturais
  - » Manejo e conservação do solo, água, vegetação, etc.

## PERFIL DO SETOR AGROALIMENTAR

### ■ Capital Físico - Infra-estrutura

- ↳ Rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, energia e telecomunicações
- ↳ Privatização, descentralização, novos investimentos: ampliação/modernização

### ■ Capital humano

- ↳ Redução da população rural: exclusão
  - » Brasil: -30% entre 85 e 95 - de 23,4 para 16,6 milhões de pessoas
  - » Setor ainda absorve 40% da PEA na Bolívia e 50% no Paraguai
- ↳ Nível educacional e grau de profissionalização dos agricultores
  - » Melhor (Arg, Chile, Uru), maiores disparidades (Bra, Bol, Par)
- ↳ Agroindústrias: redução da força de trabalho menos qualificada
- ↳ Políticas específicas dos governos para atenuar problemas sociais
  - » Qualificação da mão-de-obra, reconversão, adição de valor, etc.

## PERFIL DO SETOR AGROALIMENTAR

### ■ Agroindústrias

→ Investimentos: concentração/internacionalização

↳ Brasil: escala, diversificação, tecnologia atualizada, eficiência nas *commodities* agroindustriais, dinâmica de mercado interno

↳ Argentina: eficiência histórica nas *commodities* agropecuárias  
novos investimentos no setor agroindustrial (agregação de valor e diversificação), dinâmica nas exportações

↳ Uruguai: especialização setorial, dinâmica nas exportações

↳ Chile: especialidades de origem agrícola (fruticultura, vinhos)  
produtos de maior valor unitário, dinâmica nas exportações

↳ Bolívia e Paraguai: menor desenvolvimento do setor agroindustrial

## PERFIL DO SETOR AGROALIMENTAR

### ■ Políticas Públicas: duas vertentes distintas

↳ Políticas de cumho mais social: agricultura familiar, reforma agrária, endividamentos de produtores e cooperativas, etc.

» Governos manifestaram fortes preocupações com o tema

↳ Políticas de aumento da competitividade do setor agroalimentar  
objetivo de geração de divisas

» Destaque para programas desenvolvidos na Arg, Chile e Uruguai

» Instrumentos alternativos de financiamento, crédito, comercialização e seguro: *warrants*, mercados de futuros e opções, fundos privados de investimento, etc.

↳ Atenção: assimetrias nas políticas públicas da região

» Tributação, taxas de juros, taxas de câmbio, custos trabalhistas, etc.

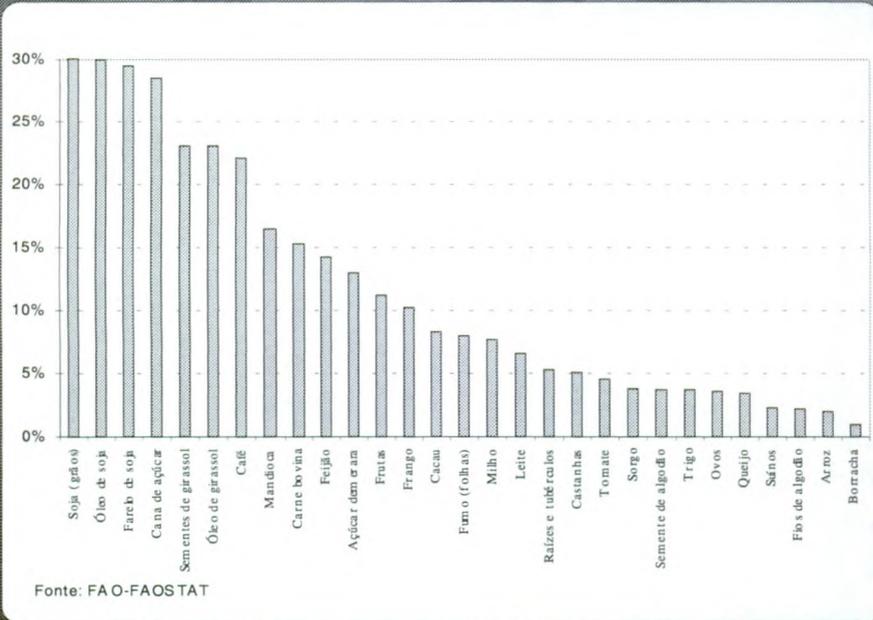
## PRODUTOS E MERCADOS

- ELEVADA IMPORTÂNCIA DO AGRIBUSINESS
- AMPLA GAMA DE PRODUTOS: TROPICAIS E TEMPERADOS
- EFICIÊNCIA NAS *COMMODITIES*: AGROPECUÁRIAS E AGROINDUSTRIAIS
- EMERGENTE NAS *ESPECIALIDADES*
- TENDÊNCIA DE AUMENTO DE PRODUÇÃO: PRODUTIVIDADES E ÁREA PLANTADA
- IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO EXTERNO: DIVISAS

## DIFERENÇAS BÁSICAS ENTRE COMMODITIES E ESPECIALIDADES

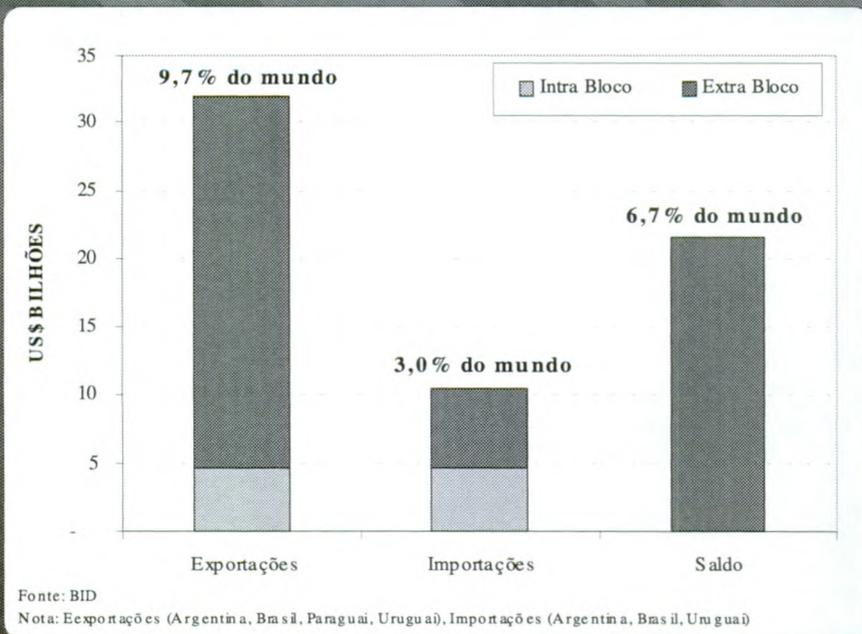
CARACTERÍSTICAS	COMMODITIES	ESPECIALIDADES
Controle sobre preços	Nenhum	Maior
Margem de comercialização (margem sobre vendas)	Baixa	Alta
Giro de vendas	Alto	Baixo
Barreiras à entrada	Menores	Maiores
Estratégia genérica da empresa	Liderança em Custos / Escala	Diferenciação
Fatores de sucesso (exemplos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exploração de economias de escala e escopo</li> <li>• Inovação / racionalização de processos</li> <li>• Rápida incorporação de tecnologias de sucesso</li> <li>• Eficiência na logística</li> <li>• Eficiência financeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção e exploração de marcas</li> <li>• Posicionamento em segmentos específicos do mercado</li> <li>• Inovação de produtos</li> <li>• Exploração de nichos</li> <li>• Denominações de origem</li> <li>• Selos de qualidade</li> </ul>

## PRODUÇÃO DO AGRIBUSINESS PARTICIPAÇÃO DO MERCOSUL AMPLIADO NO MUNDO - 1996



Fonte: FAO-FAOSTAT

## AGRIBUSINESS COMÉRCIO EXTRA E INTRA MERCOSUL - 1996

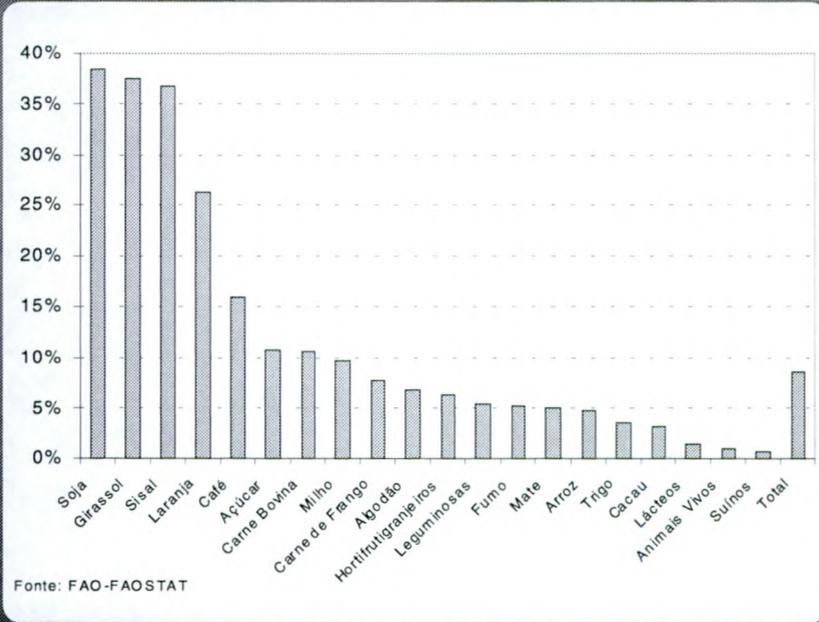


Fonte: BID

Nota: Exportações (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai), Importações (Argentina, Brasil, Uruguai)

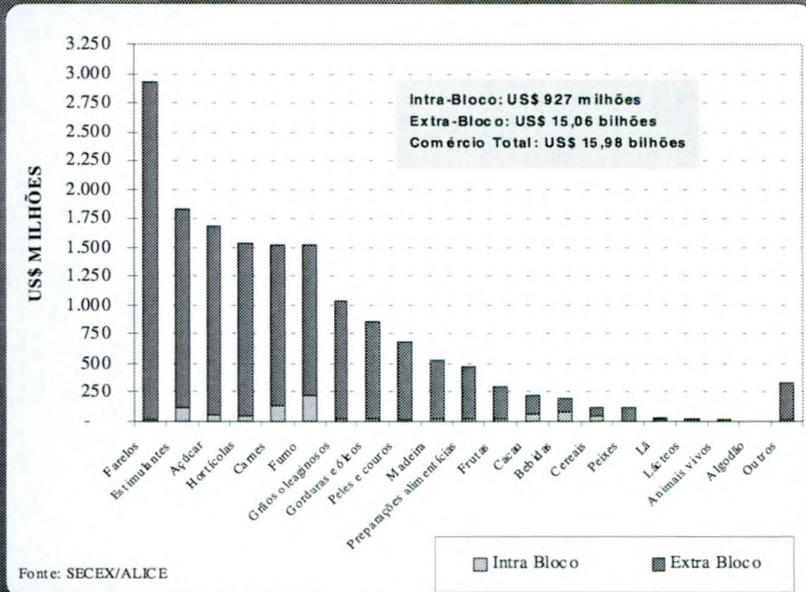
# EXPORTAÇÕES DO AGRIBUSINESS

## PARTICIPAÇÃO DO MERCOSUL AMPLIADO NO MUNDO - 1996



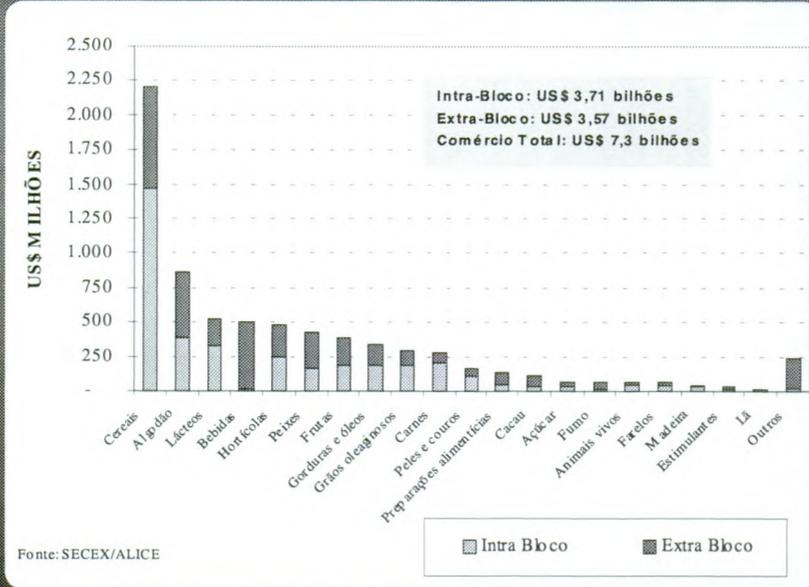
# BRASIL

## EXPORTAÇÕES INTRA E EXTRA MERCOSUL - 1996



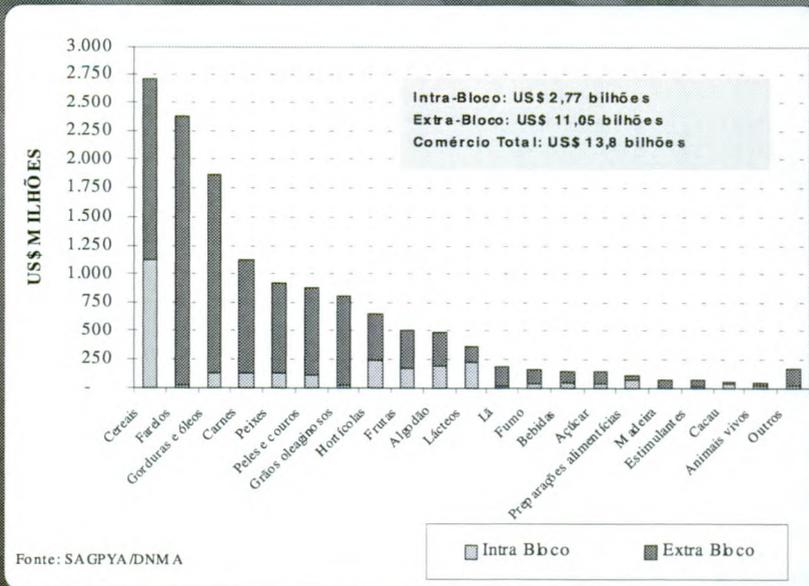
## BRASIL

### IMPORTAÇÕES INTRA E EXTRA MERCOSUL - 1996



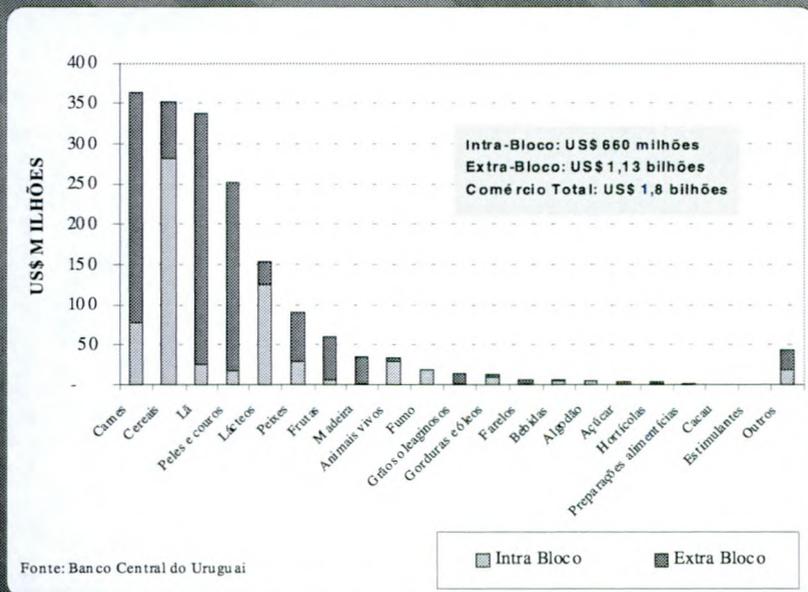
## ARGENTINA

### EXPORTAÇÕES INTRA E EXTRA MERCOSUL - 1996



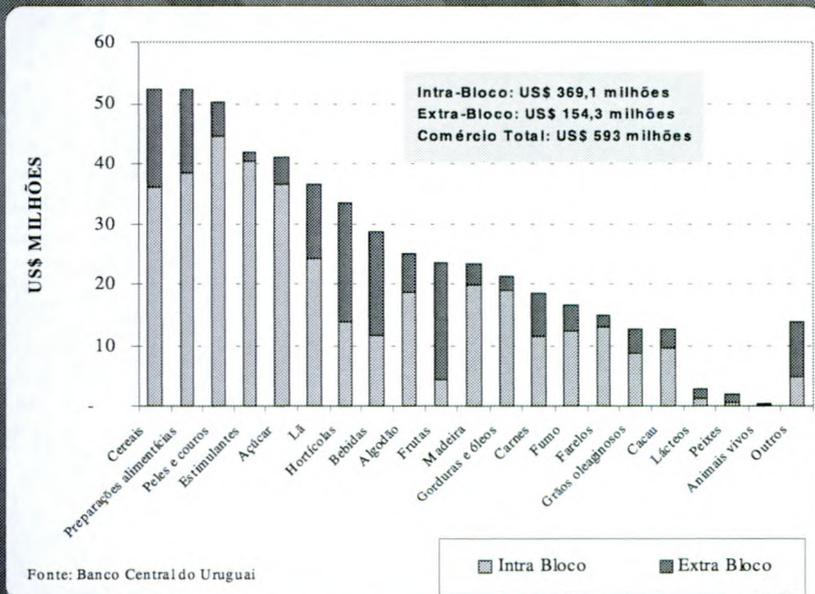
## URUGUAI

### EXPORTAÇÕES INTRA E EXTRA MERCOSUL - 1996



## URUGUAI

### IMPORTAÇÕES INTRA E EXTRA MERCOSUL - 1996



# ROL: ETAPAS EN EL PROCESO

## I. 1991 - 1994

- Sector Agrícola no plantea problemas en las negociaciones (excepción: Azúcar)
- Visión: complementación entre socios
- Ventajas comparativas de Arranque
- Es un sector aglutinante
- TEC: 10%

## II. 1995 - 1997

### ■ En la Interna

- ↳ Producción: Tendencia Creciente
- ↳ Intercambio: Importante aumento Intra-Regional
- ↳ Participación Externa: Débil - 3 productos + del 50 %
- ↳ Mercados: Se completa desregulación
- ↳ Inversiones:
  - » Aumentan externas
  - » Se incrementan fusiones y alianzas intra - regionales

### ■ En lo externo

- ↳ ZLC: Se destacan las diferencias de posiciones sobre los Productos Agrícolas

### III. 1998 en adelante

- En la interna
  - ↳ Déficits en los SBC de los países socios
  - ↳ Aumentan reclamos en Agro-negocios ante medidas unilaterales
- En lo externo
 

↳ ALCA	MERCOSUR	Prioriza el
↳ UE		Sector Agrícola


- Tendencias
  - ↳ Fortalecer el Proyecto Común:
    - » Adquirir ventajas competitivas
  - ↳ Accionar del Bloque por la liberalización del Comercio Mundial

## PROCESO DE COMPETITIVIDAD CONTINUA

- TRASCENDENCIA DEL AGRI-BUSINESS
- PARTIENDO DE PLATAFORMAS MACRO-ECONOMICAS ESTABLES
- NECESIDAD DE GANAR COMPETITIVIDAD
- VISUALIZANDO: SWOT-DAFO
- ARTICULANDO TODOS LOS ACTORES: EMPRESAS-GOBIERNO-ACADEMIA
- CONSTRUYENDO UNA AGENDA INTERACTIVA

## COMPETITIVIDADE DO MERCOSUL AMPLIADO ANÁLISE SWOT - COMÉRCIO EXTRA-BLOCO

### Pontos Fracos

- Coordenação das políticas setoriais
- Ausência de objetivos comuns nas políticas públicas
- Elevadas assimetrias tributárias
- Qualificação da mão-de-obra
- Pobreza rural/agric. de subsistência
- Instrumentos de financiamento de longo prazo
- Sistemas de gestão empresarial
- Disciplinamento da integração regional
- Problemas de ordem ambiental
- Baixos índices de produtividade
- Deficiências na infra-estrutura: transportes e portos

### Pontos Fortes

- Vocação natural: vantagens competitivas na agricultura e agroindústria
- Disponibilidade de terra e água. Condições climáticas favoráveis
- Baixos custos agrícolas e agroindustriais
- Exportações competitivas
- Disponibilidade de tecnologias maduras
- Fronteira física e tecnológica de envergadura

## COMPETITIVIDADE DO MERCOSUL AMPLIADO ANÁLISE SWOT - COMÉRCIO EXTRA-BLOCO

### Ameaças

- Heterogeneidade dos sistemas produtivos da região: tecnológica, organizacional, gerencial
- Acesso aos mercados: elevado protecionismo nos países desenvolvidos (UE e EUA)
- Pressões para a imposição de medidas protecionistas: retração no processo integrativo
- Proteção para setores da indústria de insumos e máquinas

### Oportunidades

- Potencial de aumento da demanda intra e extra-bloco
- Diplomacia mais ativa e integrada nas negociações multilaterais
- Especialização regional e aproveitamento sinergias em projetos comuns
- Redução do protecionismo mundial
- Melhoría da infra-estrutura: reduções expressivas nos custos
- Sistemas de promoção comercial: financiamento das exportações, marketing internacional, etc.,
- Marcas regionais e selo "Mercosul"

## AGENDA MERCOSUL

### PROPOSTAS PARA UMA ESTRATÉGIA AGRO- ALIMENTAR COMUM

- POLÍTICAS SOCIAIS
- INFRA-ESTRUTURA
- SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E CREDITO
- COMERCIO INTERNACIONAL
- GESTÃO DA QUALIDADE
- COMERCIO INTRA-BLOCO
- COORDENAÇÃO SISTÊMICA
- PESQUISA
- CAPACITAÇÃO E GESTÃO

## AGENDA MERCOSUL

### PROPOSTAS PARA UMA ESTRATÉGIA AGRO- ALIMENTAR COMUM

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS	Regula- men- tação		Execução	
	GOV	GOV	AIP	EMP
<b>POLÍTICAS SOCIAIS</b>				
<input type="checkbox"/> Educação e qualificação da mão-de-obra rural e agroindustrial	X	X	X	
<input type="checkbox"/> Sustentação dos pequenos produtores	X	X		
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>				
<input type="checkbox"/> Modernização/ampliação da infra-estrutura da região	X	X		X
<input type="checkbox"/> Integração dos sistemas de transporte da região		X		X
<input type="checkbox"/> Informática e telemática aplicadas ao setor agroalimentar		X	X	X
<b>SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E CREDITO</b>				
<input type="checkbox"/> Regulamentação de instrumentos alternativos de financiamento, comercialização e seguro	X			X
<input type="checkbox"/> Integração eletrônica das bolsas de físicos nos países	X	X		X
<b>COMERCIO INTERNACIONAL</b>				
<input type="checkbox"/> Estratégias conjuntas para ampliar o acesso aos mercados e reduzir os subsídios internacionais	X	X		
<input type="checkbox"/> Diplomacia mais ativa e integrada nas negociações multilaterais		X	X	
<input type="checkbox"/> Promoção comercial via agências especializadas	X	X	X	
<input type="checkbox"/> Abertura de novos mercados		X	X	
<input type="checkbox"/> Políticas ativas de defesa comercial no Mercosul	X	X		

## AGENDA MERCOSUL

### PROPOSTAS PARA UMA ESTRATÉGIA AGRO-ALIMENTAR COMUM

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS	Regula- men- tação		Execução	
	GOV	GOV	AIP	EMP
<b>GESTÃO DA QUALIDADE</b>				
<input type="checkbox"/> Normas/padrões e sistemas oficiais de fiscalização sanitária adequados aos acordos internacionais ( <i>food safety</i> )	X	X		
<input type="checkbox"/> Desenvolvimento sustentável da agropecuária (meio-ambiente)	X	X	X	
<input type="checkbox"/> Mecanismos para a implantação de certificados de qualidade e denominações de origem	X	X	X	
<b>COMERCIO INTRA-BLOCO</b>				
<input type="checkbox"/> Sistemas aduaneiros nas fronteiras: desburocratização e agilização da fiscalização nas questões de sanidade e qualidade	X	X		
<input type="checkbox"/> Sistemas harmonizados de padronização e classificação de produtos com grande fluxo comercial	X	X		X
<b>COORDENAÇÃO SISTÊMICA</b>				
<input type="checkbox"/> Coordenação dos sistemas agroindustriais: sinergias, especialização, competitividade internacional			X	X
<input type="checkbox"/> Associações de empresas em empreendimentos conjuntos (franquias, licenciamentos, co-produção, <i>joint-ventures</i> , etc.)	X		X	X
<b>PESQUISA</b>				
<input type="checkbox"/> Projetos prioritários de pesquisa implantados em nível técnico	X	X		
<input type="checkbox"/> Provisão de informações primárias oficiais do bloco	X	X	X	
<b>CAPACITAÇÃO E GESTÃO</b>				
<input type="checkbox"/> Socialização do processo de integração do Mercosul	X	X	X	X

## Temas para Debate

- Base do processo integrativo: criação de comércio/regionalismo aberto
- Economias abertas e integradas
  - ↳ Pouco espaço para políticas nacionais de abastecimento/segurança alimentar
  - ↳ Não existe "dependência" de um País por outro
- Comércio mundial do agribusiness: dominado por multinacionais integradas globalmente
  - ↳ Mercosul como "base de produção": atração de investimentos externos
  - ↳ Objetivo: exportar commodities e especialidades
- Futuro: Equação "Competitividade x Equidade x Sustentabilidade"
  - ↳ Harmonização das políticas nacionais: econômicas, sociais e ambientais
- Principal desafio institucional: criar instrumentos comuns de gestão que facilitem ganhos de competitividade em terceiros mercados
  - ↳ Da exploração de "vantagens comparativas estáticas" para a construção de "vantagens competitivas dinâmicas supra-países"

## **ANEXO 2**



# COMENTÁRIOS SOBRE PROPOSTAS ESTRATÉGICAS PARA O AGRONEGÓCIOS DO MERCOSUL

Marcos Jank

A agenda de propostas que colocamos aqui tem 22 pontos, subdivididos em nove grandes grupos de ordem temática, vamos chamar assim: 1. o que se refere a Políticas Sociais; 2. a infraestrutura; 3. ao Sistema de Comercialização e Crédito; 4. às Ações relativas ao Comércio Internacional; 5. à Gestão da Qualidade; 6. Intra-bloco; 7. à Coordenação Sistêmica; 8. à Pesquisa; 9. à Capacitação e Gestão.

Os temas não estão em ordem prioritária; nós não chegamos a dizer o que é mais importante e, simplesmente, colocamos estes temas que foram tirados dos Workshops de cada país, tomamos os pontos que se repetem nos Workshops e os reunimos em uma agenda que deveria ser tratada conjuntamente.

O que é essa agenda, em termos de políticas sociais? Seriam as políticas ligadas à educação e à qualificação da mão-de-obra rural e agroindustrial, e as políticas de sustentação de pequenos produtores, em que, de um lado estaria o treinamento e do outro a sustentação. É preciso ter clara uma política que visaria reduzir o fluxo migratório campo - cidade, mais do que tudo, principalmente no momento em que percebemos os problemas que são causados pelo fluxo acelerado. Jamais eliminaremos o fluxo campo - cidade; isto tem que estar claro, para quem formula a política. A tendência é termos menos de 10% ou 5% da população vivendo no campo, produzindo mais do que os atuais 20%, 30% ou 40% que estão lá. Podemos regular este fluxo a partir da ação da política pública, particularmente importante no caso do Brasil, Paraguai e Bolívia, mas, também, diria, no caso da Argentina, Chile, Uruguai. Todos os países necessitam ter uma política de cunho social, de atenção à pequena produção, de atenção ao processo de exclusão.

O segundo ponto é a questão da infraestrutura. Aqui entraria, primeiro, a ampliação e modernização da infraestrutura da região. É muito importante a integração dos sistemas de transportes da região, que ainda são extremamente heterogêneos, mesmo dentro do nosso país, onde o sistema ferroviário é heterogêneo. É muito importante essa integração do sistema de transporte e,

também, do sistema produtivo como um todo, e o desenvolvimento da informática aplicada ao setor agroalimentar.

No que se refere ao sistema de comercialização e crédito, foram levantados nos Workshops, a necessidade de uma regulamentação de facilite a ampliação e a maior eficiência dos instrumentos alternativos de financiamento, comercialização e seguro; o próprio uso dos *warrants*, a ampliação das bolsas de físicos e futuros, e de opções; os fundos privados de investimento. Uma das coisas que deveria ser feita seria a integração eletrônica das bolsas de físicos do Mercosul. Na verdade para cada uma dessas ações colocamos um X nas que necessitam de regulamentação do setor público em que não existe uma regulamentação adequada e, na parte de execução, dividimos em dois grandes grupos que poderiam se encarregar da tarefa: um seria o próprio governo (feito pelo próprio governo) e o outro seria formado por Associações de Interesse privado, Associações de empresários e as próprias empresas.

Podem perceber pelos vários X que foram colocados no quadro, que hoje não é concebível pensar numa política apenas de cunho público; a maioria delas tem uma forte interação, ou deveria existir uma forte interação nos setores público e privado. Não falamos só de políticas públicas, mas de políticas público-privadas.

Na parte de Comércio Internacional propomos o desenvolvimento de estratégias conjuntas, visando maior acesso aos mercados no exterior, e a redução dos subsídios internacionais. Portanto, a integração maior das diplomacias, no que se refere às negociações internacionais, uma diplomacia comercial mais ativa e integrada, falando particularmente da promoção e tudo mais, a promoção comercial do próprio bloco através de agências especializadas, créditos nas exportações, marketing, etc.

Também propomos o desenvolvimento de estratégias conjuntas para abertura de novos mercados e, finalmente, a aplicação de políticas efetivas de defesa comercial, no âmbito do Mercosul, significando “antidumping”, direitos compensatórios, salvaguardas, regras de origem e tantos outros pontos que ainda tem provocado novos problemas.

No grupo que se refere a Gestão da Qualidade, colocamos, em primeiro lugar, a adequação das normas e padrões, e dos sistemas oficiais de fiscalização sanitária aos acordos internacionais, visando aumentar a segurança alimentar qualitativa dos alimentos. Em segundo lugar, pusemos o Desenvolvimento de

políticas coordenadas dos países em relação à proteção do Meio Ambiente, já que existe pouca coordenação da região em relação a essas questões.

Em terceiro lugar, salientamos a criação de mecanismos que facilitem a implantação de certificados de qualidade e denominações de origem do bloco, isto porque a Europa, por exemplo, é um bloco que se utiliza muito do que se chama de Denominação de Origem Controlada, no caso do vinho e do queijo. Nós temos muito pouco de tradição de uso desse instrumento, por que é muito importante, para desenvolver especialidades, você ter certificado de origem comprovados, selos de qualidade etc.

Para comércio intra-bloco, a sugestão relativa ao grupo todo foi a reformulação dos sistemas aduaneiros nas fronteiras, com desburocratização e agilização da fiscalização, e a criação de sistemas harmonizados de padronização e classificação, para produtos com grande fluxo comercial, particularmente os hortifrutícolas.

Para o grupo da Coordenação Sistêmica, sugere-se o desenvolvimento de sistemas agroindustriais coordenados, que aproveitem melhor as vantagens competitivas da região e um marco regulatório, para facilitar a criação de associações de empresas em empreendimentos conjuntos, assim como o nível de franquias, de licenciamento de coprodução, de "joint ventures" ainda muito pequeno. Ainda estamos transacionando, ainda existe muito pouco em termos de relações contratuais entre empresas do Mercosul, a não ser o caso das multinacionais que, por definição, estão presentes em todos eles. Acabam por ser uma ação do Mercosul, mas, em termos das indústrias nacionais, temos ainda um nível de relação muito pequeno, como por exemplo, no sentido de "joint ventures", no processo de franquias e coisas deste gênero.

Depois, temos mais dois itens; a pesquisa, onde se propõe a definição de projetos prioritários de pesquisa, para serem implantados em nível técnico com duração e espaço geográfico delimitado. Estamos pensando em projetos específicos, já aplicados a nível técnico com objetivos bem delimitados, mais do que reunião de eventuais técnicos e formação de comissões. Pensando em projetos aplicados, um ponto muito importante é a provisão de informações primárias, a qual é uma função muito importante de governo.

Nós não temos nenhuma confiança nas estatísticas do Mercosul. Quem trabalha com isto sabe que a base das estatísticas é muito problemática. Se formos falar sobre quanto é o nosso consumo de leite, ou de carne no Mercosul, estamos

falando de mercados informais que, em alguns casos, chegam a 40% e 50% do mercado global. Fica muito difícil, pois, ter-se um número preciso e aí entra a questão da provisão da informação pública.

Por fim, o grupo de Capacitação e Gestão, onde o projeto grande que envolve todos os atores, como governo, associações e empresas, seria a socialização do processo de integração no Mercosul. Se percorrermos a agricultura brasileira e falarmos sobre o que é esse processo, o que diferencia o Mercosul das interações com os outros blocos.

A agenda foi construída a partir do que foi colocado nos Workshops, está traduzindo aquilo que que emergiu ao longo dos 6 Workshops que antecederam este seminário, o qual foi apresentado pela comissão técnica que referendou essa agenda, transformada nestes 22 pontos apresentados.

Precisa-se, principalmente, desenvolver políticas econômicas no sentido de ganhar competitividade da região no mundo. Hoje o bloco exporta em torno de 33 bilhões de dólares, sendo 5 bilhões intra-bloco e 28 bilhões extra-bloco. Pode-se aumentar estes valores. O bloco hoje, tem aproximadamente 10% do comércio mundial do agribusiness, podendo chegar a 15% e 20% nos próximos 10 ou 15 anos, desde que venha a ter políticas que ajudem a competitividade do setor.

A mais importante seria a integração da diplomacia comercial nos países, no sentido de ter uma ação mais enérgica no mercado internacional, seja uma ação nos fóruns que estão hoje discutindo a questão do protecionismo agrícola, a partir do próximo ano, com a rodada do milênio na OMC, como também uma ação na linha de promoção das exportações do bloco, criação de selos de qualidade do bloco, denominações de origem, investimentos em "marketing" internacional. O exportador não tem que se preocupar somente com vender e colocar no Porto, mas em ter mais contato com o que está acontecendo com seu produto lá fora, ter maior contato com os importadores, com aqueles que estão distribuindo o produto no mundo e, com isso, agregando valor à marca Mercosul.

Temos basicamente cinco temas que a gente está chamando de temas para debate. São temas que parecem importantes de serem esclarecidos, porque não estão claros.

O primeiro é a base do processo de integração do Mercosul, é o regionalismo aberto, e pouca gente entende o que é. Estamos falando de alíquotas de importação que caíram muito (no caso do Brasil, a alíquota média caiu de 55% em 1987 para 12% hoje). Todo o bloco passou por um processo de abertura

comercial e, junto com isso, levamos a tarifa intra-bloco a zero. Portanto, não dá para falar em desvio de comércio; o que mais aconteceu foi a criação de comércio, já que os países se abriram para o resto do mundo. Este é um ponto que tem que ficar claro, porque tem gente falando em desvio de comércio, etc.

O segundo tema são as economias abertas e integradas, sobrando muito pouco espaço para políticas nacionais de abastecimento, segurança alimentar. Se estamos falando de economias integradas, qual é o sentido de um país promover uma política de abastecimento nacional, ou de auto suficiência, por exemplo de um produto que não é competitivo. Isso perde sentido numa economia integrada, mas ainda tem esse discurso acontecendo. Em muitos casos, ainda se fala em dependência da Argentina pelo Brasil, o que é algo que perde o sentido quando se fala de uma economia aberta, seremos importadores e exportadores ao mesmo tempo; por definição, podemos ser grandes exportadores de soja aqui no Brasil e estarmos importando soja do Uruguai, Argentina e Paraguai em algumas épocas do ano; não faz sentido a noção de auto suficiência.

Um ponto importante, que foi colocado pelo Guilherme Dias aqui no Brasil, foi a questão de olhar o comércio do *agribusiness* sob o ponto de vista das lógicas das multinacionais, porque mais do que a integração dos seis países, estamos participando de uma globalização do capital internacional nesta área. Aqui no Brasil está ocorrendo a forte internacionalização na soja, no leite, nas indústrias, na área de suínos e aves, como uma lógica que ultrapassa de longe a questão do Mercosul. Fica a idéia de que o Mercosul tem que servir como uma base de produção e atração de investimentos externos, com o objetivo de exportar commodities e especialidades. Dentro da lógica de globalização, o Mercosul é uma base de atração de capital externo e aí é muito importante que a gente aprofunde a questão, a partir da lógica das empresas multinacionais, que a gente olhe a transnacionalização junto com o regionalismo.



## **ANEXO 3**



# DEPOIMENTOS DE AUTORIDADES SOBRE O SEMINÁRIO ESTRATÉGIA AGROALIMENTAR PARA O MERCOSUL

(Elaborado com base nas entrevistas feitas pela  
Jornalista Thaís D' Ávila, do Canal Rural – Grupo RBS, Porto Alegre, RS)

**Thaís D' Ávila - Jornalista do Canal Rural.**

Você acompanha a partir de agora um programa especial sobre o Seminário Estratégia Agroalimentar para o Mercosul, que aconteceu neste final de semana na Faculdade de Agronomia, da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

O Seminário começou com a leitura de uma mensagem enviada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que destacou a agricultura como ponto central no processo de desenvolvimento do Brasil e do Mercosul. Já no discurso de abertura, o Ministro Francisco Turra defendeu a liberalização da economia e o fim do protecionismo nos países desenvolvidos.

**Dr. Francisco Turra.**

**Ministro da Agricultura e do Abastecimento do Brasil.**

“Nós do Brasil e Argentina, temos um entendimento, temos uma vontade e estamos determinados a impor, queremos que isto aconteça, se Deus quiser, que a liberalização aconteça”.

**Jornalista:**

Já no começo do Seminário uma frase foi unanimidade entre os representantes dos países do Mercosul: acabar com a competição interna, para poder competir com força com os outros blocos econômicos. As autoridades admitem que os problemas existem, mas garantem que a solução já está a caminho.

**Dr. Francisco Turra**

“A consolidação de um bloco não acontece apenas com documentos, acontece na prática e o exemplo desse Seminário, em Pelotas, é de que nós estamos com vontade que a consolidação do bloco aconteça de direito e de fato”.

**Jornalista:**

O Seminário promovido pela Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul e pela UFPel contou com a presença de autoridades agrícolas e econômicas dos países do Mercosul ampliado: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia.

Neste encontro, que vai se transformar em fórum permanente de discussão, foi definida uma agenda para o Mercosul, com 22 pontos relevantes para o setor agroalimentar do bloco. Os tópicos estão divididos em 9 áreas, que são: Políticas Sociais, Infraestrutura, Sistema de Comercialização e Crédito, Comércio Internacional, Gestão de Qualidade, Comércio Intra-bloco, Coordenação Sistêmica, Pesquisa, e Capacitação e Gestão.

A seguir, vamos acompanhar as conclusões do Seminário e entrevistas com as principais autoridades presentes no encontro.

**Dr. Afonso Mota - Vice-Presidente Corporativo da RBS**

“Eu entendo que esse encontro é um encontro de reflexão, onde há uma troca efetiva de informações sobre a realidade de cada um dos países, um processo que já vem sendo desenvolvido em todas as frentes, nos diferentes países, e há aquele fortalecimento de uma relação que precisa de tempo. As pessoas precisam de lideranças, as entidades, os governos precisam conhecer essas realidades, precisam se conhecer e, a partir daí, incrementar os negócios, que já estão crescendo e se desenvolvendo, as importações e exportações. As trocas entre os países interessados participantes do Mercosul já é uma realidade hoje.

**Dr. Ailton Barcelos Fernandes**

**Secretário Executivo do Ministério da Agricultura**

“A intervenção do estado no passado foi causa de muita ineficiência no sistema agrícola, tanto que, no passado, gastávamos, em termos de crédito oficial, 400 dólares para obter uma tonelada de grãos; na última safra tivemos uma média de 40 dólares por tonelada de grão, o que comprova que esta geração, quando é menor é mais eficiente para os produtores e para a sociedade, traduzida nos seus consumidores”.

**Jornalista:**

O Senhor defende também, como não poderia deixar de ser, a integração da economia, a globalização. De que forma os pequenos blocos, como é o caso do Mercosul e que acontece também em outras regiões, podem colaborar para a elevação da economia interna de cada país?

**Dr. Ailton Barcelos.**

“Sobre o Mercosul a minha tese é que nós podemos nos transformar, num curto prazo, apesar de ser um bloco recente. A Europa ficou 40 anos para materializar o Mercado Comum Europeu, mas nós produzimos com certeza (tenho

convicção disso), temos toda chance de, em curto a médio espaço de tempo, nos transformarmos no segundo maior bloco produtor de agronegócios no planeta; o primeiro é os EUA, por ter uma pujança muito grande e, depois, o próprio Mercosul; isso no contexto de vendas internacionais. Com a interação da própria OMC, com a reunião chamada reunião mundial do próximo ano, em que a temática da agricultura vai voltar a tônica, com certeza nós teremos uma abertura de mercado cada vez maior na agricultura. Acho que nossa vocação é ser o segundo maior bloco exportador de alimentos para o mundo”.

**Jornalista:**

Custo dos transportes é uma coisa que onera bastante o custo final dos alimentos no Brasil. De que forma, em termos de Mercosul, podem-se reduzir estes custos com sistemas intermodais de transportes?

**Dr. Eliseu Padilha.**

**Ministro dos Transportes do Brasil.**

“Nós hoje já temos uma redução de custo de frete de São Paulo a Buenos Aires da ordem de 50%, simplesmente porque nós instalamos e implantamos a hidrovia do Tietê-Paraná, onde se viabiliza o transporte por navegação, a um custo de R\$ 66,00 por tonelada, quando era R\$ 132,00, quer dizer, redução de 50%. A preocupação do Presidente Fernando Henrique Cardoso é fazer com que nós tenhamos, à disposição do produtor brasileiro e do transportador, um sistema logístico efetivo, que contemple ferrovias, hidrovias e rodovias, inclusive dutovias, porque já temos um sistema razoável, que possa fazer com que os produtos brasileiros sejam competitivos em qualquer parte do mundo”.

**Jornalista:**

E o Mercosul como fica neste contexto, onde a Argentina tem produtos muito mais baratos em função do baixo custo de transporte. É possível equalizar com todo o Mercosul?

**Dr. Eliseu Padilha.**

“Há plena possibilidade de nós termos o transporte brasileiro ao custo do transporte argentino. O transporte brasileiro hoje é aberto às empresas do Mercosul, onde qualquer empresa do Mercosul pode operar no território nacional. Logo, com a disponibilização das hidrovias, ferrovias e rodovias competitivamente, nós teremos preços que serão uniformizados no Mercosul”.

**Jornalista:**

O Uruguai exporta cerca de 70% de sua produção; isso é um exemplo a ser seguido pelos outros países do Mercosul?

**Dr. Sérgio Chiesa****Ministro de Ganaderia, Agricultura y Pesca del Uruguay**

Creio que sim e, dentro do Mercosul, todos os países que o integram, estamos nessa direção. Cremos que o Mercosul é uma região de grandes oportunidades internas de poder montar um comércio intra-Mercosul, muito sólido, forte e aberto, sendo de confiança a todos os sócios. Por isso não termina nossa etapa de consolidação. Teremos que formar uma posição forte, em conjunto, para o resto do mundo, sabendo que temos grande potencial para produção de alimentos, que é uma zona do mundo já visualizada e preferida por muito que, lamentavelmente, estejamos sofrendo a consequência de um protecionismo na União Européia, que está afetando o comércio com outros países. Por isso, devemos buscar, dentro do Mercosul, uma posição comum, para enfrentar uma nova onda de negociações da OMC, no próximo milênio.

**Jornalista:**

O que falta para o Paraguai se tornar mais competitivo dentro do Mercosul, para dar mais ganho econômico para o Mercosul, frente a outros blocos?

**Dr. Ricardo Pedretti.****Representante do Ministro da Agricultura do Paraguai.**

Todos os países do Mercosul são muito competitivos, na maioria de suas linhas principais de produção. O problema está em estarmos na mesma região e possuímos recursos naturais muito similares. No momento em que somos mais competidores do que parceiros, então o tamanho do mercado representa ser muito grande, 200 milhões de habitantes, um tamanho enorme, mas não é só. Também muitos são os produtos onde competimos entre nós. Há um momento em que todos terão um excesso de produção, porque não complementamos bem. Para alguns produtos, que são muito estáveis, como todos estamos no Hemisfério Sul, então há momentos que somos exportadores e outros que passamos a ser importadores. Isso não é um problema, porque, no fundo, nós devemos pensar que somos um grande super-país, onde procuramos exportar o máximo e importar o mínimo a cada ano.

**Dr. Ênio Marques**

**Secretario de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Abastecimento do Brasil.**

Nós temos que participar de uma forma mais organizada nos fóruns internacionais. No ano de 1999, inicia uma nova rodada de negociação, em que novos itens passam a ser avaliados no comércio multilateral, onde a agricultura vai sofrer uma revisão. Nós que estamos avaliando o processo de negociação, precisamos contar com uma participação mais forte da iniciativa privada. Há necessidade de que todos os produtores tenham, na cabeceira de sua cama o acordo da agricultura, desde o acordo sobre aplicação de medidas sanitárias e fitosanitárias, até obstáculos técnicos ao comércio, sobre licença de importação, enfim, são muitos acordos, inclusive os acordos plurilaterais. Há necessidade de que esses produtores comecem a discutir como que funciona o sistema de produção em terceiros países, quais são os papéis da iniciativa privada, quais os papéis da parte pública, para que possamos fazer igual.

A partir de 1995, os países perderam a soberania, perderam a liberdade de fazer as políticas ao modo que bem entendam. Para que nós possamos pegar a oportunidade de todos começarem no momento zero, é indispensável que se avalie melhor o estágio presente, a transição, com a decisão dos próprios produtores, e jogarmos duro, nas mesmas regras que os outros. Se alguma regra não está sendo cumprida, vamos reclamar, vamos apresentar queixas na OMC. Afinal, para cada acordo existe um comitê de seguimento. Temos que estar mais presentes e isto está acontecendo nestes últimos anos. Agora, mais do que nunca, o Brasil resolveu praticamente todos os seus contenciosos de acessos a terceiros mercados. Hoje, o Brasil é um criador de disputa internacional; nós temos uns sete ou oito pontos de crítica de outros países em relação ao Brasil.

Entretanto, na questão da velocidade maior, para que os países que tem políticas protecionistas desarmem estas políticas todas, vai depender de uma diplomacia mais presente, de produtores mais organizados e de uma ação concentrada, que não permita que os países do Hemisfério Norte criem artifícios. Aqui mesmo ouvimos da importância da agricultura sustentável, da importância cultural da propriedade rural. Todas essas questões são maneiras que os europeus, principalmente, estão encontrando para continuar mantendo subsídio agrícola, com justificativa de que a propriedade tem que ser mantida por ser culturalmente importante, porque o paisagismo é fundamental, e sobre as questões do Meio

Ambiente, então, os produtores brasileiros tem que conhecer bem. A academia, que agora está participando dessas ações todas, também tem que largar o romantismo e encarar esta situação de frente. A parte acadêmica tem que ser a massa crítica, para que as decisões do governo sejam as decisões mais adequadas, mais pensadas e assim sucessivamente.

**Jornalista:**

Destes 22 pontos que foram eleitos como pontos principais resultantes deste seminário, o que o senhor destaca como mais importante, a curto prazo, para o desenvolvimento do Mercosul?

**Dr. Marcos Jank**

**Professor ESALQ/USP.**

Principalmente desenvolver políticas econômicas, no sentido de ganhar a competitividade da região, no mundo. Hoje o bloco exporta em torno de 33 bilhões de dólares, sendo 5 bilhões intra-blocos e 20 bilhões extra-blocos. Pode-se aumentar isto. O bloco, hoje, tem aproximadamente 10% do comércio mundial do *agribusiness*, podendo chegar a 15% e 20% nos próximos 10 ou 15 anos, desde que tenha políticas que ajudem a competitividade do setor.

A mais importante seria a integração da diplomacia comercial nos países, no sentido de ter uma ação mais enérgica no mercado internacional, seja uma ação nos fóruns que estão discutindo a questão do protecionismo agrícola, a partir do próximo ano, com a rodada do milênio na OMC, como uma ação na linha de promoção das exportações do bloco, criação de selos de qualidade do bloco, denominações de origem, investimentos em "marketing" internacional. O exportador não tem que se preocupar com seu produto lá fora, mas ter maior contato com os importadores, com aqueles que estão distribuindo nosso produto no mundo e com isso agregando valor à marca Mercosul.

**Jornalista:**

O Mercosul passa a uma nova fase depois das discussões desse seminário?

**Dr. Hélio de Macedo Soares**

**Diretor do Centro Regional Sul do IICA**

Eu não diria que se inicia uma nova fase, mas que há uma continuidade absoluta e ativa. Sempre se está pensando, se está criando, e esta tem a

particularidade de ser uma das poucas vezes em que se está pensando a longo prazo, em um planejamento, uma estratégia com visão no futuro, para as nações todas componentes do Mercosul. Isso é muito positivo.

**Jornalista:**

O que o senhor destaca como marco das definições tomadas neste seminário?

**Dr. Hélio de Macedo Soares**

Eu diria que é a primeira vez que saímos de uma reunião com uma agenda de 22 pontos, para serem discutidos a seguir. São pontos com uma visão estratégica do problema do comércio no Mercosul, o que é positivo, porque são 22 temas para discussão. Temos uma plataforma viva para continuarmos nos encontrando. Todas essas reuniões tem, em comum, sempre, como resultado extraordinário, a intimidade e o conhecimento interpessoal que se cria.

**Jornalista:**

O Seminário Estratégia Agroalimentar para o Mercosul cumpriu o seu objetivo?

**Dr. Luiz Clovis Belarmino**

**Presidente da SARGS e Representante da Embrapa para Clima Temperado**

Plenamente e trouxe uma surpresa muito grande, porque todos os setores, acadêmico, público e privado, estavam envolvidos neste processo desde o início, nas etapas nacionais e nesta internacional. Isso mostrou a necessidade de continuidade deste processo e a geração de 22 pontos que foram elegidos como os principais aspectos que devem ser considerados nesta transição, que precisa acontecer nas nossas cadeias agroindustriais, consideradas nossas potencialidades, que são muito superiores a das outras regiões integradas. Para nós chegarmos a um momento onde essas potencialidades se transformem em uma efetiva participação no comércio de alimentos, temos que percorrer um caminho e é esse caminho que define o papel do setor público e do setor privado. Mostrou esse seminário, com bastante clareza e profundidade, uma maneira científica de construir e montar esse cenário.

**Jornalista:**

O que a senhora destaca como aspectos mais importantes, segundo a opinião do Gabinete da Presidência da República?

**Adriana Fetter Dias da Costa**

**Assessora do Gabinete Pessoal da Presidência da República Federativa do Brasil.**

Há um ano atrás eu me encontrava em Pelotas, discutindo as possibilidades de desenvolvimento regional, no seminário da UFPel, e não sabíamos onde nos encontrávamos naquele momento, qual seria a nossa tradição. Em uma discussão em Brasília, víamos que realmente a agropecuária e o pampa sempre terão esta tradição. A partir daí, é tratar de buscarmos as origens e soluções para esta pampa. Vejo hoje que a busca foi um sucesso.

**Jornalista:**

Ao encerrar este Seminário, como a Universidade Federal de Pelotas avalia este evento?

**Professora Inguelore Scheunemann de Souza****Reitora da UFPel**

A UFPel, através da sua área agrária, que é uma área bem desenvolvida, de tradição, vem avaliando que é necessário que se mostre pró-ativa, propositiva neste setor. Desta forma, vem buscando alteração de currículos, para formação de profissionais que sejam realmente necessários ao mercado de trabalho que hoje se avizinha, assim como tem a plena consciência da necessidade da inserção da universidade na área agroalimentar e de outras conjunturas de outras universidades, ou outras instituições, assim como de instituições não só brasileiras, mas internacionais, levando em consideração o processo que está presente, que está crescendo numa economia globalizada. Este seminário traz a certeza de que é possível discutir os problemas comuns, os aspectos diferenciais e chegar a uma harmonização de políticas, no que se refere ao setor agroalimentar, para todos os países que compõem o Mercosul ampliado.

É uma tranquilidade este momento e uma satisfação realizada, chegarmos neste sábado com a participação efetiva das pessoas que vieram a este seminário de 28 e 29 de agosto. Foram aqueles todos e outros tantos que desenvolveram conosco as etapas preliminares em cada um dos países onde estivemos, com a participação ativa dos Ministérios da Agricultura e a coordenação eficiente, através dos mecanismos de capilaridade que possui o IICA, na figura do Dr. Hélio Macedo Soares, que é um entusiasta, um defensor, um grande amigo e além de tudo é um

empreendedor e acredita no que é possível se fazer para o setor agroalimentar, entre os nossos países e, além destes 6, outros tantos da nossa América Latina.

Neste processo, desde o início tivemos alguns adeptos como a Dr<sup>a</sup>. Adriana, como Dr. Hélio, como Dr. Aílton Barcelos, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e Abastecimento do Brasil, que nos deu apoio e continua nos dando apoio, para que tenhamos as condições de desenvolver este projeto. A figura do Dr. Francisco Turra, que, também sem sua anuência, concorrência e entusiasmo, isto também não teria acontecido. No decorrer do processo fomos ganhando novos adeptos, no Uruguai, Chile, Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil. Como por exemplo, Dr<sup>a</sup>. Rita Milagres, Dr. Marcos Jank, Primavera Garbarino. Sem eles não teríamos tido esta competência de trazer até aqui o seminário e plantar para o futuro este empreendimento, futuro este que se concretiza neste momento, ao apontar 22 pontos para uma agenda de discussão, análise e proposição, apontar também a necessidade imprescindível da participação dos governos, da iniciativa privada, através dos produtores e da academia, das universidades, um entrosamento extremamente profícuo e produtivo.

Cada um com sua experiência própria, do seu setor, complementarará o outro, o que se traduz numa discussão extremamente rica, que vai nos levar a todos os objetivos que traçamos ou viermos a traçar. O estabelecimento de um fórum de discussão permanente para o setor agroalimentar, envolvendo estes três segmentos, envolvendo todos os países, é de extrema significância e o fator preponderante para que possamos seguir estes pontos apontados e agendados e se tenha consciência de que todos saímos daqui mais convencidos do que chegamos, de que somente a concorrência para pontos comuns, a harmonização dos nossos pontos de vista, a respeito de tudo aquilo que se faz necessário para o desenvolvimento harmônico das políticas do setor agroalimentar, vão nos levar a um crescimento, seja considerado individualmente país a país, seja considerado no conjunto dos países que hoje formam o Mercosul e seus dois associados.

Este entusiasmo, esta convicção que hoje daqui vamos levar e traduzir a todos aqueles com quem convivemos, trabalhamos e tivemos oportunidade de discutir estes assuntos, vão garantir um futuro para um empreendimento desta natureza, que teve como objetivo, em primeiro lugar, dar um passo inicial, motivar, agregar pessoas, agregar comunidades, setores e países em torno de uma discussão única, franca, produtiva, amiga, com a busca do bem de todas. Não só temos a agradecer a todos e dizer que Pelotas, a UFPel se sente extremamente

orgulhosa de ter podido tê-los todos, nesses dois dias e que considerem Pelotas e a UFPel, como sempre, à sua disposição.

Gostaria de traduzir o agradecimento ao Marcos, com uma pequena lembrança da cidade e UFPel; à minha amiga Primavera Garbarino e ao Dr. Hélio Macedo Soares, para que lembrem com carinho, que sei que têm por todos nós. Obrigado a todos, em nome da UFPel, SARGS e de todos aqueles que, desde o início, ou do meio do caminho, ou do fim deste empreendimento, trabalharam em conjunto. Tenham um bom retorno às suas casas e voltem sempre.

**ANEXO 3**  
**LISTA DE DISERTANTES CON SUS CARGOS Y**  
**DIRECCIONES**



Dr. Mario Sosa – Secretaria de Agricultura e Ganaderia do Mexico.

Dr. Yarisse Zoctizoum – Colégio de Mexico.

Dr. Jorge Iturriza – Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Pesca y Alimentación del  
Ministério de Economia y Obras Públicas, Buenos Aires, Argentina.

Dr. Miguel Carriquiry – IICA, La Paz, Bolívia.

Dr. Roy Rogers – Vice-Ministro de Agricultura y Ganaderia, Santiago, Chile.

Dr. Ricardo Pedretti – Ministério de Agricultura y Ganaderia – Programa de  
Modernización Agropecuaria y Florestal.

Dr. Julio Preve Folle – Diretor da OPyPA, Ministério de Ganaderia, Agricultura y  
Pesca, Montevideo, Uruguay.

Dr. Alvaro Ramos – Ministro das Relações Exteriores do Uruguai.

Dr. Enio Marques Pereira – Secretário de Defesa Agropecuária Ministério da  
Agricultura e do Abastecimento, Brasília, Brasil.

Dra. Mami Ueno – Coordenadora da Camara de Comércio Japão-Brasil no RS.



## **ANEXO 4**



## **Mensagem do Senhor Presidente de República por ocasião do seminário “Estratégia Agroalimentar para o Mercosul” (Pelotas, 28-29 de agosto de 1998)**

Tenho especial satisfação ao enviar esta mensagem, através do Ministro Francisco Turra, aos organizadores e participantes do seminário “Estratégia Agroalimentar para o Mercosul”, na cidade de Pelotas, que vem se destacando como um dos centros de reflexão sobre esse tema no Brasil e na América Latina.

E não é por acaso que falo de satisfação. De fato, poucos temas receberam tanta atenção em meu governo como o apoio à agricultura e o da oferta de alimentos para a população, especialmente a de mais baixa renda.

A agricultura é central no processo de desenvolvimento, no Brasil e em nossos sócios no Mercosul. É também uma preocupação essencial para qualquer projeto de promoção da justiça social e redução das desigualdades, uma vez que os mais pobres gastam uma fração maior de sua renda na compra de alimentos. Dessa forma, assegurar fartura de alimentos, a preços mais baixos, é um objetivo que a estabilidade econômica assegurada pelo Real contribuiu muito para fazer avançar.

Enfrentamos, hoje, a necessidade de criar as condições de uma agricultura capaz de responder ao desafio, tão antigo quanto a própria humanidade, de prover alimentos para todos, e também aos desafios mais contemporâneos, como o de assegurar a sustentabilidade da atividade agrícola ou o de incorporar os avanços científicos vertiginosos registrados em áreas como a da biotecnologia.

Para isso, o diálogo e a cooperação entre os países do Mercosul pode e deve desempenhar um papel de grande importância, ajudando a identificar potencialidades, problemas comuns, demandas sociais e possíveis linhas estratégicas para o desenvolvimento da agricultura e para a garantia da segurança alimentar.

Envio-lhes, assim, minhas calorosas felicitações pela realização desse seminário, que trará sem dúvida uma contribuição de relevo para fortalecer ainda mais o desenvolvimento agrícola dos países do Mercosul. Quero deixar registro, igualmente de meu reconhecimento à Universidade Federal de Pelotas por essa iniciativa e de meus votos de pleno êxito nesse importante evento.

Fernando Henrique Cardoso  
Presidente da República Federativa do Brasil









Promoção e Realização:



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PELOTAS



SARGS

SOCIEDADE DE AGRONOMIA  
DO RIO GRANDE DO SUL



INSTITUTO INTERAMERICANO  
DE COOPERAÇÃO  
PARA A AGRICULTURA



EMPRESA BRASILEIRA  
DE PESQUISA  
AGROPECUÁRIA

Apoio:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL